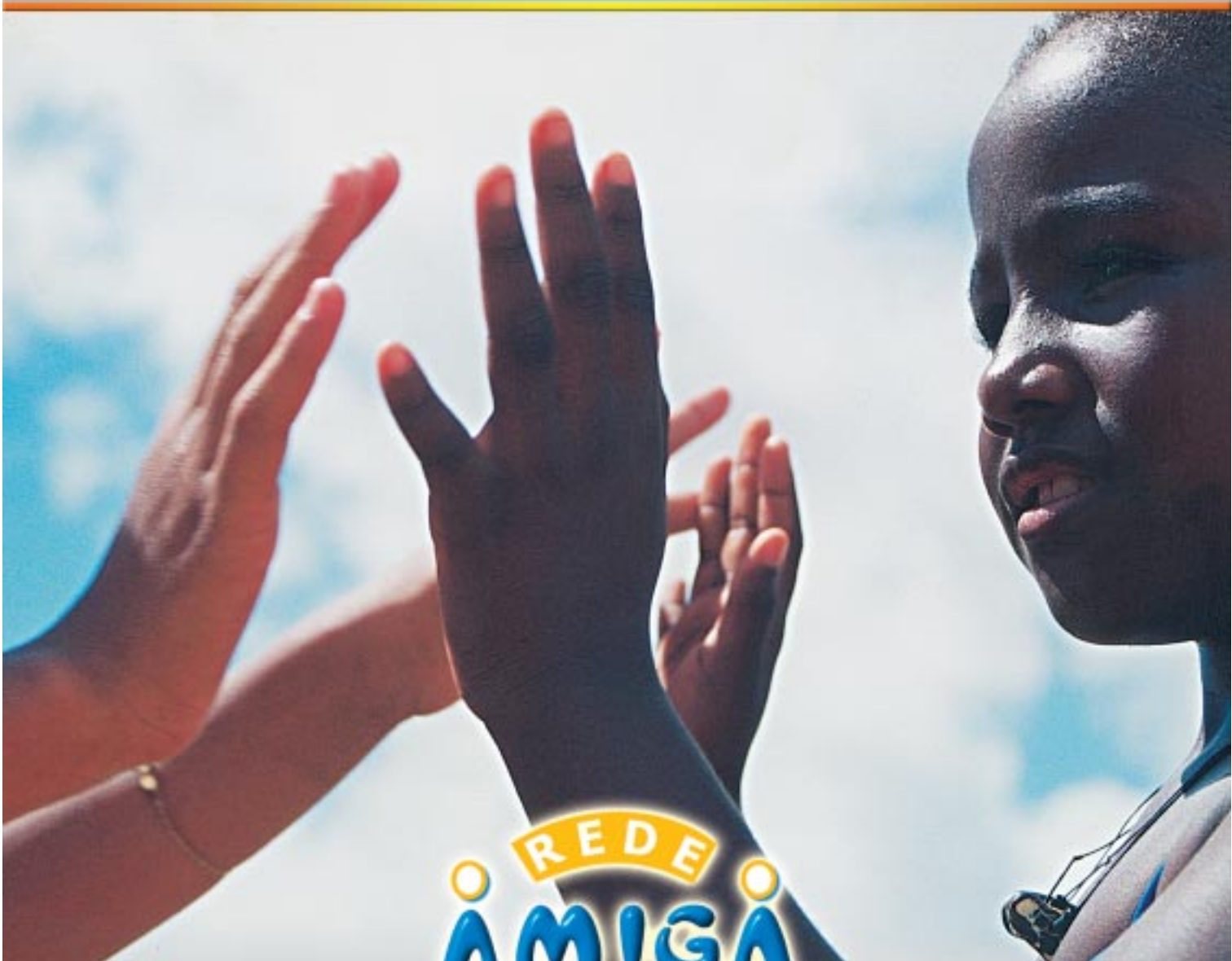


Rede Amiga da Criança

Uma experiência de articulação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua



São Luís
2003

Sistematização

Maria Jacinta da Silva

Assistente de sistematização

Dagmar Assunção dos Santos Claro da Silva

Grupo de Trabalho de Sistematização

Claudia Rejane Martins Gouveia

Edith Ferreira Ribeiro

Elizabeth Ramos

Lissandra Leite

Lúcia Regina de Azevedo Pachêco

Edição

Lissandra Leite

Projeto Gráfico e Capa

Pedro Paulo Segtowich

Impressão e acabamento

Estação Gráfica

Fotos

Rafael Bavaresco

Crianças e adolescentes das fotos (integrantes de projetos das organizações da Rede)

Adrielle Luci do Nascimento Gomes, Devanir Suoza Menezes, Jose Cutrim dos Santos Junior, Josivânia de Jesus Vieira Lopes, Jucielma dos Santos Gaspar, Marcio dos Santos Silva, Maria Madalena dos Santos, Patrícia Raquel Macedo Saraiva, Rayani M. Santos, Robenilson Santos, Sara Maria Sá Menezes e Vanessa Costa Aroucha

Revisão de Texto

Luanda Belo

Contatos e Solicitação de livros

Rua da Saavedra, 147, Centro - CEP 65010630 - São Luís - MA

Fone/Fax: (98) 231.2544 • e-mail: redeamiga@uol.com.br

Silva, Maria Jacinta da (org.)

Rede Amiga da Criança: Uma experiência de articulação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua. - São Luís; Unicef; Fondation Terre des hommes; Rede Amiga da Criança, 2003.

I

109 p. : il.

1. Rede Sociais - Maranhão. 2. Direitos de Crianças e Adolescentes. I.
Título

CDD.: 341.5241

CDU.: 347.157.1

A todas as crianças e adolescentes,
razão maior da existência da Rede
Amiga da Criança.

missão

“Um sonho que se sonha só é só ilusão,
Um sonho que se sonha junto é realidade.”

Toda criança vem a este mundo para ser feliz, ser embalada por sua família e respeitada por sua comunidade. Deve ter sua história nas mãos, e construí-la conforme seus desejos, idéias, vocações... Só assim teremos um mundo de cidadãos.

Nisso acredita a Rede Amiga da Criança, articulação de organizações afins que intervêm na realidade de crianças e adolescentes em risco de viver situações de rua, que já as vivem, ou estão em processo de sair delas.

Em busca de realizar o sonho conjunto da garantia plena dos direitos de crianças e adolescentes, ela defende o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os princípios de fortalecimento da convivência familiar e comunitária e da valorização das competências e potencialidades de cada um.

Bem Estar Familiar no Brasil - BEMFAM
Centro Comunitário Cultural e Eclesial de Vila Passos - CCCEVP
Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN
Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes Pe. Marcos Passerini - CDMP
Centro Educacional Profissionalizante do Maranhão - CEPROMAR
Comitê pela Democratização da Informática - CDI-MA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Conselho Tutelar do Centro
Conselho Tutelar da Cidade Operária
Conselho Tutelar do Coroadinho
Conselho Tutelar do Itaqui-Bacanga
Desafio Jovem do Maranhão - DJOMA
Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC
Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS
Fondation Terre des hommes - TDH
Grupo de Apoio às Comunidades Carentes - GACC
Grupo de Dança Afro Malungos - GDAM
Lar do Menor Dom Calábria
Movimento em Defesa da Pessoa Humana - NINHO
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR-MA
Pastoral da Criança
Pastoral do Menor - PAMEN
Projeto de Educação Alternativa Descobrimdo o Saber
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS
Sociedade da Redenção

fazem parte da Rede

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
CCCEVP - Centro Comunitário Cultural Eclesial de Base de Vila Passos
CCN - Centro de Cultura Negra
CDI - Comitê pela Democratização da Informática
CDMP - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini
CDPAE - Centro Dialético de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEPROMAR - Centro Educacional Profissionalizante do Maranhão
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CT da Cidade Operária - Conselho Tutelar da Área da Cidade Operária
CT do Coroadinho - Conselho Tutelar da Área do Coroadinho
CT do Itaqui-Bacanga - Conselho Tutelar da Área do Itaqui-Bacanga
CTC - Conselho Tutelar do Centro
DJOMA - Desafio Jovem do Maranhão
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Maranhão
FCC - Fundação Municipal de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Criança Cidadão
FMCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fórum DCA - Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente
FUMCAS - Fundação Municipal da Criança e Assistência Social
FUNAC - Fundação da Criança e do Adolescente
GDAM - Grupo de Dança Afro Malungos
GDS - Gerência de Desenvolvimento Social
IPEM - Instituto da Previdência do Estado do Maranhão
L D C - Sociedade dos Servos da Divina Providência Lar Dom Calábria
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NINHO - Movimento em Defesa da Pessoa Humana
PAMEN - Pastoral do Menor
PC - Pastoral da Criança
RIPP - Rede de Intervenção em Políticas Públicas
S R - Sociedade da Redenção
SEDESC- Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde
TdH - Fondation Terre des Hommes
UNAF - Unidade de Apoio Familiar
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFMA - Universidade Federal do Maranhão

lista de siglas

Esta sistematização se propõe ser a síntese da história da formação de uma rede pioneira de articulação de 23 organizações governamentais e não-governamentais, em São Luís do Maranhão, que atuam com crianças e adolescentes em situação de risco. A idéia é que esta publicação propicie o interesse por uma intervenção em rede, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes e a construção de um novo olhar sobre a situação da infância e da juventude.

A iniciativa partiu da necessidade de se pensar um projeto que fizesse valer os dispositivos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantindo a complementaridade das ações e políticas públicas direcionadas para crianças e adolescentes em situação de rua, numa forma de envolver todos os atores competentes na garantia do direito a oportunidades e acesso a inserção social.

Desde 1986, a fundação suíça Terre des hommes - Lausanne, que desenvolve projetos em 28 países do mundo, trabalha com crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, concentrando suas ações nas cidades de Fortaleza (CE), São Luís (MA), Rio de Janeiro (RJ) e Queimados, na Baixada Fluminense.

Terre des hommes vem desenvolvendo uma maneira de entender a realidade dessas crianças e adolescentes, através de suas falas, pela utilização do "Sistema Criança-Rua" (SCR), resultado de pesquisas do professor Riccardo Lucchini, responsável do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Fribourg, na Suíça, e adaptado para fins de intervenção nos projetos pelo sociólogo Daniel Stoecklin, especialista nessa área. Esse método favorece o processo de reflexão das crianças e adolescentes sobre sua realidade e histórias de vida, oferecendo condições para que as crianças e adolescentes se tornem sujeitos de sua própria transformação, participando de fato das discussões e ações que lhes dizem respeito.

Esta publicação é fruto da experiência de três anos de trabalho da Rede Amiga da Criança, na sua tentativa de alterar a realidade de crianças e adolescentes em situação de risco em São Luís, e vem coroar o processo de reflexão e construção do sentido de trabalhar e transformar em rede.

Anselmo Lima
Diretor de Terre des hommes no Brasil

O Unicef São Luís tem estimulado o registro de boas experiências em andamento, como a da Rede Amiga da Criança em São Luís, por entender que a partir de uma base concreta de reflexão sobre a construção de Redes, novas iniciativas semelhantes podem surgir e se beneficiarem. Acreditamos que as ações em Rede possuem, na sua característica democrática de construção, uma riqueza de possibilidades que potencializam esforços, anteriormente isolados, que certamente irão gerar um impacto muito maior sobre a realidade que queremos alterar.

Este processo pode ser facilitado quando se conhece não só as metodologias aplicadas e já testadas, mas também os desafios e as estratégias já vivenciadas para superá-las, portanto, as lições aprendidas na caminhada.

Atuar em Rede não é apenas operar com um conjunto de organizações com um mesmo propósito, mas exige um grande esforço conjunto de exercitar o respeito às individualidades, a soma de potencialidades, a superação de diferenças, o planejamento articulado e incorporado a objetivos e metas bem definidas, assim como a capacidade de se auto-avaliar continuamente: o que mudou na vida destas crianças, adolescentes e suas famílias? O que mudou quanto à garantia de seus direitos?

Parabenizamos aos que participaram ou participam do processo de construção coletiva da Rede Amiga da Criança, acreditando que esta publicação é também o resgate de muitas horas de trabalho árduo. Para isso foi fundamental o compromisso que manteve o grupo unido por laços, que a cada dia vão sendo fortalecidos, a partir da constatação de que fazer valer os direitos de nossas crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situação de exclusão social, ainda é um desafio.

Maria José Medeiros
Coordenadora do Unicef - Maranhão e Piauí

Introdução	17
1. E ASSIM, TUDO COMEÇOU	21
Uma “estrela” antes da Rede	23
A chegada de Terre des hommes a São Luís	27
2. COMEÇANDO A TECER A REDE	31
O primeiro Encontro Geral da Rede	34
O fortalecimento da Educação de Rua	35
Teoria também se faz em Rede	37
Vamos nos organizar?	39
Empenhando a palavra	41
3. DEFININDO A ROTA, AVALIANDO O PERCURSO	45
Vários planos, um só objetivo	47
Educação de Rua	48
Formação da Educação de Rua	51
Marketing e Captação de Recursos	52
O Planejamento Estratégico da Rede Amiga da Criança	54
Avaliar para seguir em frente	57
A revisão do Planejamento Estratégico da Rede	60
A Auto-avaliação e o planejamento da segunda fase da Rede	66
4. TRABALHAR EM REDE É TRABALHAR EM GRUPO	71
GT de Formação	73
GT de Marketing e Captação de Recursos	75
GT de Criança, Adolescente e Família	80
5. A EDUCAÇÃO DE RUA E O SISTEMA CRIANÇA-RUA	85
A Educação de Rua do Projeto Estrela da Rua	87
A Educação de Rua do Projeto Construindo Cidadãos	90
A Educação de Rua do Projeto Construindo Cidadãos a partir da Rede Amiga da Criança	93
O Sistema Criança-Rua no Projeto Construindo Cidadãos	99
6. RESULTADOS ALCANÇADOS	107
Eixo Criança, Adolescente e Família	109
Eixo Formação	110
Eixo Visibilidade e Sustentabilidade	110
Resultados no conjunto da Rede	111
7. DE OLHO NO FUTURO	113
ANEXOS	119
Protocolo de Intenções	121
Ficha Coleta	128
Ficha Sistema	129
Participantes	130



introdução



Rede Amiga da Criança é uma experiência concreta de articulação e intervenção na realidade de crianças e adolescentes visando transformá-la. Faz parte de uma prática social e histórica mais ampla, complexa, dinâmica e contraditória.

No seu processo de construção da experiência da Rede, diversos foram os momentos, os significados, as concepções, as interpretações, articulações, contradições e práticas, que naquele período não estavam devidamente explicitadas e compreendidas pelo conjunto das organizações que a integram. Tornou-se necessário sistematizar a experiência da Rede Amiga da Criança, a partir de sua reconstrução histórica, para descobrir e explicitar a lógica do processo vivenciado, com seus fatores intervenientes e suas interações.

O esforço de sistematização da experiência da Rede tem fundamento e origem nos princípios da educação popular, principalmente na “concepção metodológica dialética”, cujo ponto de partida é a prática, a experiência concreta. Só a partir dela pode ser possível o exercício de sistematizar, que ao mesmo tempo possibilita refletir sobre a experiência, explicitar suas contradições e avanços, visando repensar e construir uma nova prática, mais significativa e coerente.

Esta sistematização possibilitou a reconstruir ordenadamente a trajetória da experiência da Rede, descobrir e compreender a lógica do processo em seus momentos mais significativos, evidenciando seus resultados e fragilidades, e ao mesmo tempo, potencializando as condições para o alcance dos seus objetivos.

O trabalho de sistematização da experiência da Rede Amiga da Criança foi relativo ao período do início do ano 2000 até dezembro de 2002. No entanto, para melhor compreender a articulação foi necessário buscar informações relativas ao projeto Estrela da Rua, ou seja, uma década antes. Além disso, a educação de rua também exigiu um resgate histórico anterior ao período da articulação da Rede.

Para essa sistematização, foi fundamental desenvolver um processo de investigação, através de observação direta, de coleta e pesquisa de documentos, e da realização de entrevistas individuais e coletivas, com os Grupos de Trabalho (GT´s) da Rede e com o conjunto de suas organizações. Foi realizada de forma coletiva, com participação de todas as organizações integrantes, que mesmo de forma diferenciada, contribuíram significativamente para a reconstrução da experiência.

A participação das organizações ocorreu em vários momentos: no seminário que definiu os objetivos, o foco e os eixos da sistematização; nas visitas, entrevistas individuais e nas oficinas, que esclareciam as informações e refletiam sobre o processo da experiência da Rede; nas diversas reuniões de trabalho do GT de sistematização, que em conjunto com a assessoria, coordenava o processo de sistematização.

Ao final do processo de sistematização, o seu resultado/produto foi o relatório seguinte. Este documento foi resultado de um intenso trabalho de pesquisa e análise, e após ser elaborado foi revisado pela Rede, através do GT de sistematização.



1 E ASSIM,
TUDO COMEÇOU



As articulações iniciais de organizações governamentais e não-governamentais, que resultaram na criação da Rede Amiga da Criança começaram no início de 2000. No entanto, as condições que possibilitaram a construção destas articulações foram anteriores e podem ser compreendidas a partir da experiência do Projeto Estrela da Rua e, mais recentemente, da inserção e apoio da Fondation Terre des Hommes (Tdh) de Lausanne, na área da criança e do adolescente em São Luís, Maranhão.

A contribuição destas referências para a criação da Rede Amiga da Criança não seria possível se não houvesse, entre as organizações e os profissionais que efetivam suas práticas concretas, uma ambiência favorável, ou seja, uma cultura própria de trabalho articulado. E além disso, o desejo compartilhado de alterar a realidade de exclusão e de garantir os direitos das crianças e adolescentes que vivenciam as diversas situações de rua.

Uma “Estrela” antes da Rede

Antes da articulação da Rede Amiga da Criança, algumas ações conjuntas foram realizadas junto a crianças e a adolescentes em situação de rua em São Luís. De todas, a mais significativa ação articulada para este segmento foi o Projeto Estrela da Rua, que aconteceu de agosto de 1991 a novembro de 1993, um ano após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na época, quem trabalhava mais diretamente com crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís eram a Casa João e Maria, que desenvolvia um trabalho pedagógico em meio aberto, de proteção e promoção a crianças e adolescentes vitimizadas por diversas formas de exclusão e violência; o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que estava iniciando seu processo de organização de crianças e adolescentes e seu trabalho de formação de educadores; o Lar Dom Calábria, que abrigava crianças e adolescentes do sexo masculino; a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), que abrigava crianças e adolescentes; e a Prefeitura Municipal através do Núcleo de Ação Comunitária - NAC, que desenvolvia ações educativas com crianças e adolescentes trabalhadores. O Fórum em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente¹ (Fórum DCA) já estava funcionando e as discussões e articulações para a criação do Conselho de Direitos estavam em curso.

¹ O Fórum DCA é uma articulação de organizações não-governamentais que objetiva a garantia de direitos de crianças e adolescentes. No período da articulação do Projeto Estrela da Rua, entretanto, ele era composto também por organizações governamentais.

Em 1992, havia em São Luís crianças e adolescentes que trabalhavam, esmolavam, perambulavam ou eram explorados sexualmente nas áreas da Rua Grande, Terminal Rodoviário, Praça Deodoro, Portinho e Praia Grande (principalmente no espaço atingido pelo Projeto Reviver, que revitalizou parte do centro histórico de São Luís). Eles dormiam nas ruas e nas marquises do Cine Passeio, da Secretaria de Educação (Rua Grande) e do bairro São Francisco. Sofriam várias formas de violação dos seus direitos, marcadas pela exclusão social. A situação deles se caracterizava pela pobreza, fragilidade ou ausência de vínculos familiares e afetivos, falta de acesso à escola, necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência, exploração do seu trabalho, uso e abuso de drogas, envolvimento em atos infracionais e pela violência policial, com agressões físicas e prisões arbitrárias.

A violação dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua era cada vez mais crescente e acirrada. Apesar dos trabalhos desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais, com momentos de menor ou maior articulação, elas não conseguiam reverter o quadro de violência institucionalizada contra crianças e adolescentes. As iniciativas eram pequenas e tímidas face à amplitude e complexidade da realidade da exclusão e da violação dos direitos, que a cada dia apresentava novas exigências.

Diante desta situação, articularam-se no Projeto Estrela da Rua dez organizações governamentais e não-governamentais: a Prefeitura de São Luís, a FEBEM², a Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário do Maranhão - SEDESC, o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA, o Fórum DCA, o MNMMR, o Centro de Cultura Negra (CCN), o Lar Dom Calábria, a Terra Nueva e a Casa João e Maria.

Esta articulação foi formalizada através da assinatura de um Protocolo de Intenções, através do qual as organizações firmaram o propósito de mútua colaboração no desenvolvimento do projeto, traçando o seu significado, objetivos, estratégias gerais e definindo as atribuições de cada organização que o integrava.

A estrutura de organização do Projeto Estrela da Rua era composta por um colegiado coordenador, formado por sete organizações; uma secretaria executiva; uma assessoria pedagógica e uma assessoria técnica, com representantes do CBIA, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Terra Nueva.

O Projeto Estrela da Rua ganhou expressividade pela ousadia de assumir o desafio de alterar a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes nas ruas de São Luís, construindo formas alternativas de ação e de luta para a conquista da cidadania e para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes que faziam da rua seu espaço de sobrevivência.

² A FEBEM era ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário - SEDESC, e corresponde atualmente à Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, vinculada à Gerência de Desenvolvimento Social - GDS.

As condições que permitiram a existência desse projeto coletivo foram construídas a partir de articulações anteriores. Diferentemente de outros, o movimento de criança e adolescente em São Luís sempre teve como marca própria o não isolamento. A necessidade impulsionava para a conquista de aliados e para a mudança de mentalidade da sociedade. Assim, várias articulações e colaborações foram construídas com outros movimentos populares, mas também com o setor público, tanto na área da Justiça (com juizes e promotores), quanto com outras organizações de âmbito estadual e federal, através de profissionais comprometidos com crianças e adolescentes.

O Projeto Estrela da Rua foi uma ação de impacto que ampliou a atenção, proteção e promoção de crianças e adolescentes em situação de rua. O grande propósito era a difusão e a operacionalização do ECA, buscando transformar a realidade

Neste propósito, diversas lutas foram desenvolvidas para que crianças e adolescentes tivessem acesso aos serviços das políticas sociais básicas. Somou-se às lutas um conjunto de ações concretas na área da política de proteção especial, que fortaleceu iniciativas já existentes e implantou outras, buscando um atendimento justo, digno e eficaz, com base no ECA, à todas as crianças e adolescentes em situação de rua de São Luís.

As ações do Estrela da Rua eram efetivadas através de cinco subprojetos relacionados aos principais objetivos do projeto. O primeiro era a Educação de Rua, compreendida como estratégia pedagógica de construção e exercício da cidadania. Aconteceu através da convivência cotidiana dos educadores com as crianças e adolescentes no espaço das ruas, com uma inter-relação afetiva e libertadora e com acompanhamento social e jurídico permanente. Neste processo educativo, o educador era ator fundamental, que se constituía em uma referência positiva para a criança e para o adolescente e que refletia sobre a sua prática, compreendendo-se como um eterno aprendiz.

A Capacitação para a Cidadania era o segundo subprojeto. Através da alfabetização com princípios do Construtivismo e de várias oficinas realizadas na Casa João e Maria, crianças e adolescentes de sete a dezoito anos eram capacitados para o exercício de atividades de produção artesanal, na perspectiva da profissionalização como alternativa libertadora para a sobrevivência.

O terceiro subprojeto referia-se à Organização de Crianças e Adolescentes em situação de rua. O objetivo fundamental era que eles conhecessem os seus direitos e as suas potencialidades para enfrentar seus problemas. O quarto subprojeto oferecia abrigos no Lar Dom Calábria e na Funac para as crianças e os adolescentes que viviam nas ruas ou sem residência fixa.

O Restabelecimento e Fortalecimento das Relações Familiares era o quinto subprojeto. Apesar dos sucessos da experiência do "Estrela", o trabalho com as famílias era muito tímido e o acompanhamento nada sistemático. Em relação à

criança e ao adolescente, sim. Havia um trabalho sistemático de acompanhamento, com conhecimento da história de cada um, visando sua saída do espaço das ruas, apesar da debilidade no registro das informações sobre este trabalho.

A criação do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerine (CDMP), em setembro de 1991 foi, ao mesmo tempo, um objetivo e uma ação do Projeto Estrela da Rua, pois respondia aos anseios do movimento da criança e do adolescente. O CDMP tinha - e ainda tem - como princípio a defesa de direitos das crianças e dos adolescentes através da atuação jurídico-social.

O conjunto dos objetivos e ações do projeto exigiam a compreensão do ECA não só por parte dos profissionais que colaboravam diretamente, mas de todos os segmentos envolvidos e também de toda a sociedade. Por isto, o Projeto Estrela da Rua intensificou as discussões e a divulgação do ECA através de programas de rádio, seminários, palestras, estudos e reuniões. Alguns estudiosos³ foram convidados e ajudaram a esclarecer o papel dos profissionais e das instituições públicas e privadas, na perspectiva de criar condições para o reordenamento institucional que precisava ser feito para se adequar às exigências do Estatuto.

Atualmente, ao analisar a experiência vivenciada há mais de dez anos, alguns coordenadores e idealizadores do “Estrela” destacam que o trabalho tinha sucesso quando as crianças e adolescentes conseguiam sair das ruas, se inserir em um abrigo, deixar as drogas, participar das atividades e oficinas, freqüentar a escola, aprender uma profissão e um trabalho, retornar à família ou formar uma outra, definindo uma direção para sua vida.

Apesar do curto período da experiência e de todas as dificuldades enfrentadas, incluindo a debilidade no registro de informações, pode-se afirmar, a partir de depoimentos de educadores e técnicos que participaram do “Estrela da Rua”, que o Projeto teve êxito porque a maioria das crianças e adolescentes atendidas saiu das ruas. Isto foi fruto do trabalho da educação de rua, do compromisso e da dedicação dos educadores e dos outros segmentos envolvidos no Projeto.

Assim, o Projeto Estrela da Rua se tornou uma referência para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís. Mais do que resultados no atendimento direto, os impactos se deram em nível político, no conjunto das organizações da área, em setores do governo e da sociedade. E isto contribuiu para que a questão das crianças e adolescentes em situação de rua começasse a ser compreendida como violação de direitos.

A grande fragilidade do projeto foi não ter desenvolvido estratégias que garantissem sua sustentabilidade. Quando cessaram os principais financiamentos, apesar dos esforços da coordenação local, o projeto não teve continuidade.

³ Destacam-se o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, e os advogados Edson Sêda e César La Rocca, militantes pelos direitos das crianças e dos adolescentes, que participaram ativamente da construção do Estatuto da Criança e do Adolescente e continuam na luta para implementá-lo.

A chegada de Terre des hommes a São Luís.

A ong Fondation Terre des hommes, Tdh de Lausanne, Suíça, atua em alguns Estados do Brasil desde 1982. No Estado do Ceará, desenvolveu durante quatorze anos um trabalho na capital e em uma comunidade rural - o município de Tauá -, enfocando o segmento da criança e do adolescente. Concluindo sua ação direta, as ações da Tdh foram repassadas em Tauá para as cooperativas locais e, em Fortaleza para a Associação Curumins, visando a garantia da continuidade do trabalho na região.

A partir de então, Tdh passou a analisar possibilidades de apoio a novos projetos, porém ligados à crianças e adolescentes em situação de rua. Através de estudo dos indicadores sociais, do índice de desenvolvimento humano, e de outros fatores como o potencial de organização da sociedade civil, foram identificados os Estados do Maranhão e o de Alagoas como realidades que exigiam novas e ousadas formas de atuação.

Ao mesmo tempo, a experiência de Tdh em Fortaleza com crianças e adolescentes em situação de rua, através da Associação Curumins, possibilitou contatos com a presidente da FUNAC do Maranhão, Claudeth de Jesus Ribeiro, troca de informações e um convite para conhecer a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís.

Estes acontecimentos contribuíram para que Tdh realizasse um levantamento sobre a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís, com o objetivo de iniciar um novo projeto de trabalho. Assim, em fevereiro de 2000, foi realizado um levantamento da situação das crianças e adolescentes com base nos estudos locais publicados e nas informações das organizações governamentais e não-governamentais que atuavam na área, destacando o trabalho específico que realizavam com este público, seus objetivos, área de atuação e metodologia. No entanto, o que contribuiu mais significativamente para Tdh conhecer a realidade das crianças e dos adolescentes e elaborasse uma proposta de intervenção para São Luís foram as visitas realizadas às áreas de concentração deles nas ruas, aos abrigos e aos projetos sociais.

Inicialmente, a pretensão da Tdh era a de iniciar um projeto específico de intervenção junto à crianças e adolescentes em situação de rua. Entretanto, durante o levantamento, Tdh percebeu que havia uma ambiência favorável para a realização de um trabalho articulado. As pessoas contatadas referiam-se às outras organizações e iniciativas de trabalho com crianças e adolescentes demonstrando não haver isolamento, e sim uma articulação entre as experiências, mesmo que informal. Isto porque foi construído historicamente em São Luís, na área da infância e da adolescência, um esforço de articulação entre as organizações não-governamentais e destas com as governamentais. Assim, a fundação achou que não seria coerente e que pouco acrescentaria iniciar mais um projeto específico sem considerar o acúmulo, a força articuladora, a energia positiva e o desejo de trans-

formar a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua, já presente no conjunto das organizações que constroem o movimento da área da infância e adolescência em São Luís.

Nos contatos realizados pela Tdh, o Projeto Circo Escola, da Fundação Municipal da Criança e Assistência Social (FUMCAS), chamou a atenção pela inovação e participação de outras organizações, inclusive não-governamentais, no processo de formação de educadores. Com o claro objetivo de desenvolver um trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, os representantes da Tdh imaginaram que o Circo Escola pudesse ser o espaço concreto, aglutinador das demais organizações, sendo necessário apenas um trabalho para potencializá-lo. Mais tarde, no processo de construção da Rede Amiga da Criança, foi definido que a educação de rua desenvolvida pelo Projeto “Construindo Cidadãos”, também da FUMCAS, é que deveria ser potencializada, devido ao seu papel estratégico no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua.

Ainda no final do ano 1999, Tdh passou por um processo de reestruturação interna, visando melhorar sua organização e realizar práticas mais exitosas. Para isso, dentre outras estratégias, a equipe de Fortaleza vivenciou uma oficina de formação sobre planejamento estratégico. Num exercício prático, um exemplo concreto estudado foi a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua de São Luís. Neste treinamento, a idéia de um trabalho em rede ficou mais clara e definida. Faltava apenas esboçar melhor a proposta.

Em março de 2000, quando Anselmo Lima, representante de Tdh no Brasil, esteve em São Luís pela segunda vez, explicitou claramente para as organizações a proposta de realizar um trabalho voltado a crianças e adolescentes, através de uma articulação em rede. Esta proposta causou um impacto positivo, principalmente nas organizações não-governamentais, que vislumbraram a possibilidade de fazer ressurgir o Projeto Estrela da Rua. Aos poucos, foram compreendendo que não seria uma rearticulação do “Estrela”, mas uma nova forma de articulação, tendo-o como uma grande referência.

Vale ressaltar que, no início, a chegada da Tdh em São Luís criou uma expectativa animadora na maioria das organizações da área, que a viam como uma oportunidade de garantir financiamento para os projetos que estavam precisando de apoio, caso do Circo Escola, que estava começando. Neste período, não havia ainda clareza ou um objetivo definido de construção da rede. Aos poucos, foi sendo definida a idéia de um trabalho articulado, mas não necessariamente de uma rede. Depois, com as sucessivas reuniões, a estratégia de criação da rede foi sendo gestada em um processo de discussão e elaboração coletiva que, naturalmente, recebeu influência de diversos fatores do contexto das relações que as organizações estavam inseridas.

Neste sentido, Tdh contribuiu significativamente para a construção da Rede Amiga da Criança porque desempenhou o papel de um agente externo que trouxe

à tona os desejos e anseios submersos na particularidade de cada organização. Ela foi uma motivação para as organizações potencializarem as articulações existentes e comungarem, de forma mais efetiva, do sonho de mudar a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís. Tdh foi a articuladora inicial e, ao mesmo tempo, integrou o coletivo da Rede. Seu diferencial, porém, era o de garantir as condições objetivas para a viabilidade da articulação colocando, além da cooperação financeira, sua estrutura e equipe técnica como suporte, apoio e à serviço da Rede.

Atualmente, a equipe de Tdh, visa articular e mobilizar as organizações integrantes da Rede, de modo a criar uma sinergia entre elas, através do apoio na mobilização de novos parceiros; da colaboração nas iniciativas de visibilidade e captação de recursos; do encaminhamento de demandas internas e externas da Rede; e do estímulo à e na participação nas ações cotidianas da Rede, como as assembleias, reuniões, eventos formativos, planejamento, acompanhamento e avaliação, dentre outras.



2

COMEÇANDO
A TECER A REDE



Vários fatores contribuíram para a construção da idéia de um trabalho em Rede, fazendo com que, entre março e junho de 2000, o conjunto das organizações avançasse na definição da concepção, objetivos, formas de gestão e funcionamento, visando produzir um impacto significativo para a redução da incidência de crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís.

Um dos fatores significativos para a criação da Rede foi a realização de um seminário, em março de 2000, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São Luís, com participação de várias organizações não-governamentais da área da infância e da adolescência⁴. O objetivo era analisar a situação das crianças e adolescentes e definir prioridades para os investimentos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FMCA).

A análise apontou como grande desafio mudar a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, o que foi definido como uma linha de ação prioritária. Em função desta prioridade, o CMDCA deliberou que 75% dos recursos do FMCA seriam destinados às ações voltadas para estas crianças e adolescentes. E, mais adiante, com a criação da Rede, deliberou também que para as organizações serem agraciadas com o recurso deveriam estar articuladas nela.

Neste seminário, também foi muito importante a definição do papel de cada organização a partir do potencial e experiência de cada uma no enfrentamento da questão da criança e do adolescente em situação de rua. Na ocasião, foi realizado um mapeamento das ações das organizações dirigidas a este segmento, clareando a especificidade de cada uma: na educação de rua, no atendimento em abrigos e em meio aberto, no atendimento aos usuários de drogas, na inserção e reinserção das crianças e adolescentes na família e na escola.

A formação dos educadores era realizada por cada organização e neste seminário foi percebida a importância de uma proposta unificada e coletiva para uma formação dirigida ao conjunto dos educadores que trabalhavam diretamente com crianças e adolescentes em situação de rua. Naquele momento, foi indicado como responsável pela formação o MNMMR.

⁴ Participaram deste encontro as seguintes organizações: Tdh, CDMP, CMDCA, Fórum DCA, Pastoral do Menor, MNMMR, Desafio Jovem do Maranhão (DJOMA), Sociedade da Redenção e Lar Dom Calábria.

Este processo de fortalecimento da idéia de Rede favoreceu a acumulação de discussões coletivas e reflexões individuais, o amadurecimento e o crescimento, onde cada fato novo, cada novo conhecimento apreendido contribuía para tecer as relações e conexões entre os “fios” da rede. Neste sentido, não houve um fato determinante, mas vários acontecimentos entrelaçados e iluminadores, gerando uma rede de inter-relações.

Antônio Carlos Gomes da Costa, estudioso e militante do movimento de crianças e adolescentes, contribuiu significativamente para a compreensão da proposta estratégica de um trabalho em rede, através da sua participação no Encontro Nacional dos Dez Anos do ECA, promovido pela Pastoral da Criança, em Brasília, e em um evento de sensibilização com os gestores das políticas públicas para crianças e adolescentes, em São Luís. Ele esclareceu sobre a importância de cada organização perceber a sua incompletude, ou seja, de que não pode realizar todas as ações necessárias de forma isolada, sozinha. Mostrou que o lugar de tecer a rede era o próprio Município, que deveria ser fortalecido no processo de municipalização das políticas e que o Conselho de Gestão deveria ser o espaço articulador de construção das relações de uma rede. Estas idéias empolgaram e impulsionaram os militantes e profissionais das organizações que estavam iniciando a rede.

O primeiro Encontro Geral da Rede

Ainda em março de 2000, na seqüência do seminário promovido pelo CMDCA, aconteceu um encontro com a participação de 26 representantes de 15 organizações governamentais e não-governamentais⁵, no auditório do CMDCA, com a assessoria de Anselmo Lima, daTdh. Foi uma discussão muito rica, elaborada de forma conjunta e construtiva, que ampliou e aprofundou as reflexões realizadas no seminário, na direção da prioridade definida, ou seja, do trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua.

Aquele encontro não definiu todas as ações necessárias para a articulação, visto que estas foram construídas depois, com a criação da Rede, mas ele acrescentou e acumulou informações para a própria construção da Rede, mesmo sem que a estratégia estivesse claramente definida naquele momento. O relatório deste encontro foi um dos subsídios para a elaboração do Protocolo de Intenções da Rede e para o Planejamento Estratégico, além de indicar comissões ou equipes de trabalho ligadas às áreas de intervenção, que depois passaram a se constituir em grupos de trabalhos, como uma instância de gestão e de funcionamento da Rede Amiga da Criança.

⁵ Participam deste encontro as seguintes organizações: Secretaria Municipal de Educação (SEMED), FUMCAS, FUNAC, CMDCA, MNMMR, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Centro Dialético de Pais e Amigos dos Excepcionais (CDPAE), CDMP, Pastoral do Menor (PAMEN), Pastoral da Criança, Lar D. Calábria, Conselho Tutelar Itaqui-Bacanga.

As discussões deste encontro resultaram no que podemos considerar como um primeiro esboço de trabalho em Rede. Foram definidas algumas estratégias ou áreas de intervenção, a saber: a educação de rua; a capacitação e a formação de educadores; o acompanhamento e apoio psico-sócio-jurídico e familiar; o apoio à operacionalização do sistema de atendimento à crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas; o apoio à inserção e reinserção de criança e adolescente na escola e na família; e a divulgação das ações existentes na área de criança e adolescente.

Para cada área de intervenção foram definidos alguns resultados ou iniciativas para potencializar um trabalho já existente ou um outro a implantar; ações e atividades estratégicas; atores envolvidos ou grupo responsável pela realização das ações e a previsão de encontros e reuniões com o grupo de responsáveis pelas ações.

O fortalecimento da Educação de Rua

No processo de articulação foi definida a realização de encontros mensais da Rede. O encontro geral de abril de 2000 foi um momento de monitoramento do trabalho articulado previsto em março, onde cada grupo apresentava o resultado de suas discussões e os encaminhamentos das ações previstas. O grupo responsável pela estratégia da educação de rua⁶, com a participação do CMDCA, definiu que o número de educadores sociais de rua deveria ser ampliado de 11 para 21⁷ devido a necessidade de fortalecer o trabalho desenvolvido pelo Projeto Construindo Cidadãos.

Neste propósito, Tdh e FUMCAS firmaram um Acordo de Parceria para fortalecer a educação de rua. Foi a formalização de uma parceria que estava sendo construída e que vigorou de junho de 2000 a 31 de dezembro de 2002. No último trimestre da vigência, entretanto, ele foi renovado por mais três anos, sendo que a FUMCAS assumiu o compromisso de, gradativamente, garantir toda a remuneração da equipe até o término da nova fase, assegurando a continuidade do trabalho, visto que o apoio da Tdh é temporário.

No processo de fortalecimento, foram selecionados e contratados mais dez pessoas, sendo quatro novos educadores de rua, quatroicineiros e dois educadores de família. Para conduzir o processo de seleção foi escolhida uma equipe que depois passou a ser identificada como Grupo de Trabalho de Seleção. Nas necessidades seguintes de seleção de pessoal, o GT de Seleção foi reativado automaticamente.

Este GT foi composto por representantes da Pastoral do Menor (Pamen), de Tdh, da FUMCAS e do MNMMR. Os candidatos deveriam atender aos critérios de ter alguma experiência como educador e de apresentar uma carta de referência de

⁶ O grupo foi composto pela FUNAC, FUMCAS, MNMMR, PAMEN e Tdh.

⁷ Influenciou muito nesta decisão a perspectiva de apoio técnico-financeiro de Tdh.

uma organização integrante da Rede - tudo para que o processo acontecesse de forma coerente com a proposta de uma intervenção ampliada e qualificada, séria, ética e transparente. Ao final, o grupo descobriu o potencial de vários educadores inseridos nas instituições, com disposição e habilidade para o trabalho da educação de rua.

A seleção dos educadores pode ser considerada um indicador relevante da aceitação da articulação que estava em curso e, ao mesmo tempo, de credibilidade em um trabalho em rede, em detrimento às ações isoladas. A FUMCAS, apesar de ser a organização executora da educação de rua, participou da seleção nas mesmas condições das outras organizações que integravam o grupo. Desta forma, a experiência da articulação em Rede começou a ser inserida na dinâmica das organizações que a compunham.

Foi definido, também, que o trabalho de abordagem de rua deveria ser responsabilidade apenas da FUMCAS. Antes, tanto a FUMCAS quanto a FUNAC desenvolviam a abordagem das crianças e adolescentes nas ruas⁸. A FUNAC considerou que, no processo de municipalização da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, a abordagem de rua deveria ser uma competência do Município e, portanto, que continuaria com o trabalho de apoio às famílias, com a execução das medidas sócio-educativas e com o atendimento em abrigos, dentre outras ações.

O Acordo de Parceria entre Tdh e FUMCAS foi, ao mesmo tempo, um apoio técnico-pedagógico e um investimento financeiro. Com este acordo, Tdh assumiu a responsabilidade de prestar assessoria técnica ao projeto no planejamento e no processo de execução, acompanhamento e avaliação das ações. Neste sentido, colocou à disposição da FUMCAS os mecanismos conceituais e pedagógicos do Sistema Criança-Rua, com o objetivo de que os profissionais do Projeto pudessem compreender melhor a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua e intervir com mais qualidade.

Assim, também foi potencializada a dimensão teórico-metodológica da educação de rua com os estudos sobre o Sistema Criança-Rua, iniciados em junho de 2000 e com a oficina ministrada por Daniel Stöecklin⁹, continuados em vários outros eventos de formação.

Em julho de 2000, foi realizado o planejamento estratégico da Educação de Rua, anterior mesmo ao da Rede, feito em agosto. A partir do planejamento, o Projeto Construindo Cidadãos passou a realizar, em média, quatro atividades de monitoramento e de formação anuais, com a assessoria sistemática de Françoise Correvon, assessora pedagógica de Tdh.

Por sua vez, a FUMCAS, como organização executora, continuou assumindo, além da remuneração de parte da equipe e a infra-estrutura básica de funcionamento do projeto, todas as obrigações legais decorrentes das contratações.

⁸ Esta decisão concretizou anseios do movimento social em defesa da criança e adolescente, especialmente no âmbito do Fórum DCA e CMDCA, anteriores à articulação da Rede.

⁹ Daniel Stöecklin é Professor Doutor em Sociologia, colaborador de TdH – Lausanne, estudioso da questão da criança e do adolescente em situação de rua e especialista no Sistema Criança – Rua.

Teoria também se faz em rede

Além de monitorar as estratégias de ação nas principais áreas de intervenção definidas em março, o encontro geral de abril iniciou as discussões sobre a concepção da Rede que estava em processo de articulação e sobre seus objetivos. Inicialmente, várias propostas foram apresentadas e discutidas pelas organizações. Para sistematizar as propostas contemplando o coletivo, foi escolhida uma comissão composta por representantes da Tdh, da FUMCAS, do CMDCA e do CCN¹⁰, que cumpriu sua tarefa em reunião realizada na semana seguinte.

O encontro geral da Rede realizado em maio, foi iniciado com a exposição da proposta de concepção e objetivos da Rede, apresentada pela comissão. Na discussão, algumas alterações foram realizadas e, com a participação de todas as organizações presentes, foi aprovado o texto abaixo:

Concepção da Rede Amiga da Criança

É uma estratégia político-pedagógica de articulação de ONG's e OG's, com propósitos definidos, baseados em princípios e diretrizes comuns, para garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de rua.

Objetivos da Rede:

- *Intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências para fortalecer a capacidade interventiva da Rede;*
- *Promoção de oportunidades de apoio, capacitação e potencialização das organizações que compõem a Rede, possibilitando a qualificação das ações;*
- *Mobilização de organizações para a atuação em rede, de forma eficaz e articulada, tendo como foco de intervenção a criança e adolescente em situação de rua;*
- *Colocação em pauta, para a sociedade, a realidade da vulnerabilidade em que se encontram as crianças e adolescentes em situação de rua;*
- *Publicização das ações implementadas pela Rede, fortalecendo iniciativas positivas que contribuam para uma nova consciência social;*

¹⁰ Os componentes da comissão foram: Renato Pedrosa pela TdH, Zulene Marques e Lúcia Azevedo pela FUMCAS, Socorro Guterres pelo CCN e Alexandrina Abreu pelo CMDCA.

- Construção de estratégias e mecanismos para captação de recursos que garantam a viabilização das ações da rede (*RELATÓRIO DO ENCONTRO GERAL DA REDE DE ARTICULAÇÃO: 04/05/2000*).

A definição desta concepção da rede e de seus objetivos não foi fruto apenas deste encontro geral, mas foi resultado de um processo de discussão coletiva, de acúmulo de experiências vivenciadas e da vontade de se juntar e tecer a Rede. Mais do que qualquer referência teórica, a prática acumulada por mais de duas décadas e o compromisso com as crianças e adolescentes, possibilitaram avançar nas reflexões sobre a concepção da Rede.

Assim, o debate sobre o significado de redes e, de forma especial, sobre a Rede que estava em construção, não teve inicialmente um conceito básico nem um estudo de referência. Porém, os integrantes da Rede tiveram acesso a um conjunto de informações através de seminários, encontros e em outros eventos¹¹ que serviram de bases para as reflexões. Contribuíram, também, para o processo de discussão os documentos do CMDCA, do Fórum DCA e do Projeto Estrela da Rua, dentre outros. Mais tarde, na assembléia de julho de 2002, foram discutidos alguns elementos fundamentais para a compreensão de redes, na perspectiva de ampliar e unificar a concepção da Rede já em curso.

No entanto, a idéia fundamental da concepção da Rede foi o princípio da incompletude e a convicção da necessidade de somar esforços, de juntar todas as organizações que buscavam eficiência e efetividade no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua. Desde o início havia a certeza de que estava sendo construída uma rede de atendimento. Este era o diferencial e a marca da Rede: a garantia de um atendimento mais amplo e de qualidade, com uma prática mais orgânica e articulada.

Porém, ao longo da experiência da Rede Amiga da Criança, principalmente devido ao seu processo de planejamento, monitoração e avaliação, a concepção inicial da Rede foi sendo ampliada. Atualmente ela continua uma rede de atendimento à crianças e adolescentes em situação de rua, mas ampliou suas estratégias para garantir que este atendimento seja melhor efetivado. Ela também é uma Rede de formação, de sustentabilidade, de visibilidade, de mobilização, de influência nas políticas públicas e pode vir a ser também de denúncia de omissões.

¹¹ Dentre estes eventos destacamos o Seminário Regional "Atuação em Redes: impactos na realidade", realizado pela Rede de Intervenção em Políticas Públicas - RIPP (a Rede Amiga da Criança foi convidada para participar e apresentar a sua experiência de rede).

Vamos nos organizar?

Em maio de 2000 foram realizados dois encontros gerais da Rede. No primeiro, ficou como tarefa para cada organização elaborar uma proposta para a gestão e o funcionamento da Rede. No segundo encontro, os participantes dividiram-se em três grupos, socializaram as propostas iniciais, discutiram, sistematizaram e apresentaram para o coletivo propostas diferentes. A primeira defendia um colegiado coordenador e a segunda, uma coordenação com representantes de todas as ONG's e OG's. O terceiro grupo propôs uma nova forma administrativa, com três instâncias ou níveis de gestão: colegiado, assembléia e grupos de trabalho. Esta última proposta foi aprovada no encontro geral de junho e significou uma ruptura com as estruturas verticalizadas e uma busca de horizontalização nas decisões, com limites, definição de competências e objetividade.

Os "Encontros Gerais da Rede" se transformaram em "assembléias" que passariam a ser realizadas mensalmente no CMDCA e seriam compostas por representantes de todas as organizações que fazem parte da Rede, tendo cada uma o direito a um voto. As assembléias definem ações em consonância com as políticas aprovadas pelo CMDCA, avaliam e deliberam sobre a inserção de novas entidades na Rede, definem grupos de trabalho e elegem o colegiado.

O colegiado é composto por representações de cinco organizações integrantes, eleitas em assembléia para um mandato de um ano, podendo ser renovado anualmente em até 3/5 de sua composição. Coordena e monitora o desempenho das ações pactuadas no âmbito da Rede e a representa quando necessário sem, no entanto, assumir essa função com exclusividade, mas compartilhando-a com as outras organizações ou instâncias, conforme as competências específicas de cada uma. Tem uma importância fundamental para a efetivação da Rede porque é um espaço de construção política que dá encaminhamento às decisões da Assembléia e garante agilidade e efetividade na dinâmica cotidiana.

Para a primeira composição do colegiado¹² não houve uma definição prévia de critérios. A partir da compreensão do papel do colegiado na Rede e de acordo com a disponibilidade, os representantes das organizações foram naturalmente indicando pessoas ou propondo a sua própria participação no colegiado. Não houve necessidade de uma definição normativa de critérios, explicitada ou escrita. Entretanto, de forma subjetiva, difusa e política, houve uma demonstração de reconhecimento e credibilidade àquelas organizações que tinham mais envolvimento direto e condições de, conjuntamente, exercer as atribuições do colegiado.

Em sua fase inicial, essa nova forma de gestão - coletiva e horizontal -, provocou, naturalmente, o aparecimento de dificuldades que foram superadas no percurso. Uma delas foi a dificuldade do coletivo das organizações da Rede em

¹² A primeira composição do Colegiado foi formada por: Maria Soraia Pinheiro, do DJOMA; Zulene Marques da Silva, da FUMCAS; Maria Ribeiro da Conceição, do MNMMR; Luca Bianucci da Pastoral do Menor e Elizabeth Ramos, da Tdh.

compreender o papel do colegiado e efetivar sua participação. Fato que estava diretamente relacionado à frágil visibilidade que a Rede tinha no interior das suas organizações integrantes. Isto dificultou também a representação da Rede, visto que a maioria das organizações não se disponibilizava para representá-la em outros espaços e remetiam esta função para o colegiado, parecendo que apenas seus membros tinham domínio sobre a história e a dinâmica da articulação.

Desde a sua primeira composição, em setembro de 2000, o colegiado não sofreu alterações significativas. Em 2001, ocorreu apenas a substituição de uma organização que acabou retornando no ano seguinte¹³. A não disponibilidade para compor o colegiado pode ser explicada pela crescente demanda de trabalho e o reduzido número de profissionais das organizações.

Ao final de 2002, novos fatos indicaram mudanças no colegiado da Rede. A sua composição foi renovada¹⁴ com a substituição de três organizações (MNMMR, PAMEN e CDI) pela SEMUS, CCN e DJOMA. Continuam por mais um ano Tdh e FUMCAS.

É importante destacar que as mudanças não dizem respeito apenas à composição do colegiado. Hoje a participação das organizações é mais qualitativa e dinâmica. Há uma melhor compreensão sobre o papel do colegiado e maior clareza sobre as atribuições da assembléia. A experiência mostrou também a necessidade de inserir na composição do colegiado representações de todos os GT's, facilitando o acompanhamento do trabalho da Rede como um todo.

Os Grupos de Trabalho (GT's) são as "células vivas" da Rede. São estratégias de participação das organizações integrantes na operacionalização dos trabalhos. Constituem-se em instâncias de articulação, participação, discussão, proposição, negociação, deliberação e execução. Contribuem com a gestão participativa, com a descentralização das decisões e com a operacionalização das ações pactuadas. Os GT's qualificam e enriquecem o processo de organização da Rede e das suas integrantes a partir da socialização e das discussões coletivas nas áreas temáticas específicas da Rede. Eles podem ser temporários ou permanentes.

Os GT's permanentes tiveram origem em cada área temática de intervenção discutida no primeiro encontro geral da Rede, realizado em março. Algumas equipes ou comissões, articuladas para contribuir com o processo de construção da Rede passaram naturalmente a ser identificadas como Grupos de Trabalho, mesmo sem a formalidade da aprovação em Assembléia. Outros foram criados a partir da elaboração do Planejamento Estratégico, realizado em agosto de 2000. O GT de Marketing e Captação de Recursos foi o primeiro a ser criado, em oficina com o mesmo nome, realizada em maio de 2000.

¹³ Em janeiro de 2001, o CDI, em substituição ao DJOMA, passa a integrar o colegiado através da participação de George Washington Castelo Branco Coelho. Em 2002 o DJOMA retornou

¹⁴ Atualmente os representantes do colegiado são: Ana Lúcia Nunes, pela SEMUS; Marta Andrade, pelo CCN; Moisés Bezerra, pelo DJOMA. Elizabeth Ramos, por Tdh e Zulene Marques, pela FUMCAS.

Assim, cada área temática demandou sua necessidade e foram criados quatro GT's: o de Família, o de Formação, o de Marketing e Captação de Recursos e o de Criança e Adolescente. Meses depois, o GT de Família foi incorporado ao de Criança e Adolescente. Em outubro de 2001, para coordenar o processo de sistematização da experiência da Rede, foi criado o GT de Sistematização.

Os GT's temporários também são criados de acordo com as necessidades da Rede e aprovados em Assembléia Geral. Porém, não têm o caráter de continuidade, mas podem ser reativados quando for preciso. Vários GT's temporários contribuíram para o processo de construção da Rede: o de seleção dos educadores; o de elaboração do texto de primeiro Protocolo de Intenções; o de discussão sobre a personalidade jurídica da Rede; o de organização dos aniversários da Rede e das confraternizações anuais, etc. Outros GT's temporários foram formados com a finalidade de elaborar projetos visando pleitear recursos para custear as ações da Rede.

Além da concepção, objetivos e forma de gestão e funcionamento, outro marco significativo para a construção da identidade da Rede foi a nomeação da articulação como "Rede Amiga da Criança". Esta denominação teve origem no GT de Marketing e Captação de Recursos, que assumiu como uma de suas atribuições a tarefa de estimular as organizações para a escolha do nome da Rede e da sua logomarca, visando a elaboração do portfólio de negócios e dos demais instrumentos de marketing, como home-page, folders, cartazes, papel timbrado, etc.

Nas discussões provocadas pelo GT de Marketing, no final do mês de maio de 2000, sobre a definição do nome da Rede, algumas propostas foram apresentadas. Porém, a denominação "Rede Amiga da Criança" teve uma aceitação imediata, em um clima de certeza e alegria. A idéia foi de Maria Ribeiro, do MNMMR. O argumento básico foi a credibilidade das organizações articuladas como "amigas da criança". A existência de formas de reconhecimento de trabalhos positivos na área da criança e do adolescente, usando o termo "amigo" (Prefeito, Jornalista, Empresa, Hospital "Amigo da Criança"), contribuíram para que também esta Rede fosse identificada como amiga da criança.

Empenhando a palavra

No mês de abril do ano de 2000, as organizações iniciaram internamente um processo de discussão sobre a sua participação na Rede. No encontro geral de maio, cada organização apresentou sua proposta de contribuição, de acordo com a sua especificidade de ação na área da infância e adolescência. Algumas na formação de educadores, outras no atendimento direto nas ruas e nas retaguardas, na organização de meninos e meninas, na inserção na escola, etc.

Após a discussão das propostas, foram observadas algumas lacunas que ameaçavam o trabalho em rede, como na área do atendimento jurídico aos casos de criança e adolescente e na área da saúde. Na área jurídica, foi sugerida a contribuição do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Padre Marcos

Passerini - CDMP. Após discussões, este informou que diante da nova postura dos Centros de Defesa no Brasil e do seu quadro de técnicos, o seu apoio seria aos casos difusos e coletivos, ou seja, àqueles em que um grande contingente de crianças e adolescentes tem seus direitos violados. Para os demais casos foi definido o apoio jurídico da FUMCAS.

No que se refere à área da saúde, foi definida a inclusão da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS. Após um processo de discussão interna, a SEMUS definiu que garantiria o acesso e o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua na rede municipal de saúde e no Sistema Único de Saúde, além de viabilizar atendimento especializado às crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas.

O encontro geral de junho, marcante pela definição da forma de gestão e funcionamento da Rede, também definiu um GT provisório para elaborar uma proposta de texto para o Protocolo de Intenções. O processo de discussão desenvolvido facilitou a compreensão do significado do Protocolo de Intenções e a sua aprovação, por unanimidade, na primeira Assembléia da Rede Amiga da Criança, realizada no dia 27 de junho de 2000 com participação do conjunto das organizações integrantes. No Protocolo, cada organização assume sua responsabilidade e competência junto ao coletivo da Rede. A idéia do Protocolo de Intenções foi resgatada da experiência do Projeto Estrela da Rua.

Após a aprovação do Protocolo de Intenções, a assembléia propôs a realização de um evento oficial de assinatura do documento, com confraternização e promoção da visibilidade da Rede. O GT de Marketing foi responsável pelo planejamento do referido evento, que aconteceu no dia 15 de agosto de 2000, no auditório do Ministério Público, no Centro. Participaram da cerimônia de assinatura do primeiro Protocolo de Intenções todas as organizações integrantes¹⁵ da Rede naquele período.

A solenidade de assinatura do Protocolo de Intenções foi marcante, mobilizadora e energizante para o conjunto das pessoas e organizações que participaram do processo de articulação. Houve a participação de grupos de crianças e adolescentes atendidas pelas organizações, apresentação de coral, coquetel e um alegre acolhimento. Para as crianças e adolescentes foi um momento inicial de compreensão sobre a Rede e de sentirem-se integrantes dela.

¹⁵ Neste período, as organizações que integraram a Rede Amiga da Criança e assinaram o "Protocolo de Intenções" foram: Centro Comunitário Cultural e Eclesial Vila Passos - CCCEVP, Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN, Centro de Defesa "Pe. Marcos Passerini" - CDMP, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselhos Tutelares, Desafio Jovem do Maranhão - DJOMA, Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS, Terre des Hommes- Tdh, Lar do Menor Dom Calábria, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

O Protocolo de Intenções da Rede Amiga da Criança significou a formalização da rede que estava sendo construída, ou seja, o empenho da palavra, da responsabilidade assumida e do compromisso com a luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua. Ele é fundamental para a clareza dos papéis e da competência de cada organização, para a construção da Rede e para o alcance dos seus objetivos. Além disso, a existência de um Protocolo de Intenções representa também um diferencial, uma marca própria da Rede Amiga.

Apesar do caráter formal, o Protocolo de Intenções é flexível. As organizações têm liberdade para sair da Rede caso considerem necessário. Também podem modificar a sua competência ou responsabilidade, desde que seja aprovado em assembléia. Afinal, o caráter democrático, participativo e de horizontalidade da Rede não mudou com a assinatura do Protocolo. Ao contrário, confirmou e reforçou o processo dinâmico da articulação anterior.

Foi com base neste processo dinâmico da Rede que o primeiro Protocolo de Intenções sofreu duas alterações. A primeira aconteceu em agosto de 2001 por ocasião do aniversário da Rede e da inclusão de novas organizações,¹⁶ ocasião em que foram revistas as atribuições das organizações integrantes. A segunda, realizada em abril de 2002, surgiu da necessidade de repensar e atualizar as atribuições de cada organização.

No Protocolo de Intenções (anexo 1), além das atribuições de cada organização, consta também o objeto, a concepção, os objetivos e a forma de gestão e funcionamento da Rede, bem como esclarecimentos sobre as competências dos grupos de trabalhos, da assembléia geral e do colegiado.

¹⁶ As novas organizações que integraram a Rede Amiga da Criança em agosto de 2001 foram: O Centro Educacional Profissionalizante do Maranhão – CEPROMAR, o Grupo de Dança Afro Malungos – GDAM, o Movimento em Defesa da Pessoa Humana – NINHO, a Sociedade da Redenção, o Comitê para a Democratização da Informática – CDI e Conselhos Tutelares da Cidade Operária e do Coroadinho.



3

**DEFININDO A ROTA,
AVALIANDO O PERCURSO**

Vários planos, um só objetivo

A fase inicial das primeiras articulações até agosto de 2000, período de intensas movimentações pela construção da Rede, foi muito rica. Isto porque possibilitou a construção de uma nova forma de vivenciar o movimento de criança e adolescente em São Luís, e aumentou a confiança em maiores possibilidades de alcançar resultados que impactassem positivamente na realidade das crianças e adolescentes em situação de rua.

Neste propósito e, de acordo com as áreas estratégicas da articulação, foram construídos alguns planos específicos no ano 2000: da educação de rua, em julho; da formação da educação de rua, também em julho; e de marketing e captação de recursos, em dezembro. Em agosto, foi realizado o planejamento estratégico da Rede Amiga da Criança para o período de outubro de 2000 a dezembro de 2002.

Na ânsia de abrir caminhos e construir trilhas que possibilitassem, ao mesmo tempo, a construção da idéia da Rede e o alcance de seus objetivos e resultados, os atores sociais¹⁷ não perceberam, naquele momento, que a setorialização dos planos apontava limites para a articulação. Parece que a preocupação dos GT's em ter planos específicos que direcionassem seus trabalhos, reduziu as possibilidades de, naquele período, em nível do planejamento, se compreendessem em um coletivo mais amplo: a própria Rede.

Por outro lado, a riqueza proporcionada pela discussão coletiva em cada planejamento específico contribuiu significativamente para o fortalecimento e o amadurecimento dos GT's, dos educadores sociais de rua e da própria Rede Amiga da Criança.

No entanto, nas atividades de monitoramento do Plano Estratégico da Rede, estes problemas foram esclarecidos e, aos poucos, superados. Na revisão do planejamento realizada em janeiro de 2002, os planos específicos foram incorporados, na forma de eixos (Criança, Adolescente e Família; Formação; Visibilidade e Sustentabilidade), a um único Planejamento Estratégico da Rede Amiga da Criança, demonstrando amadurecimento na construção coletiva da Rede.

¹⁷ Neste trabalho "atores sociais" são compreendidos como sujeitos construtores, ou seja, profissionais, dirigentes e militantes representantes das diversas organizações integrantes da Rede Amiga da Criança.

Educação de Rua

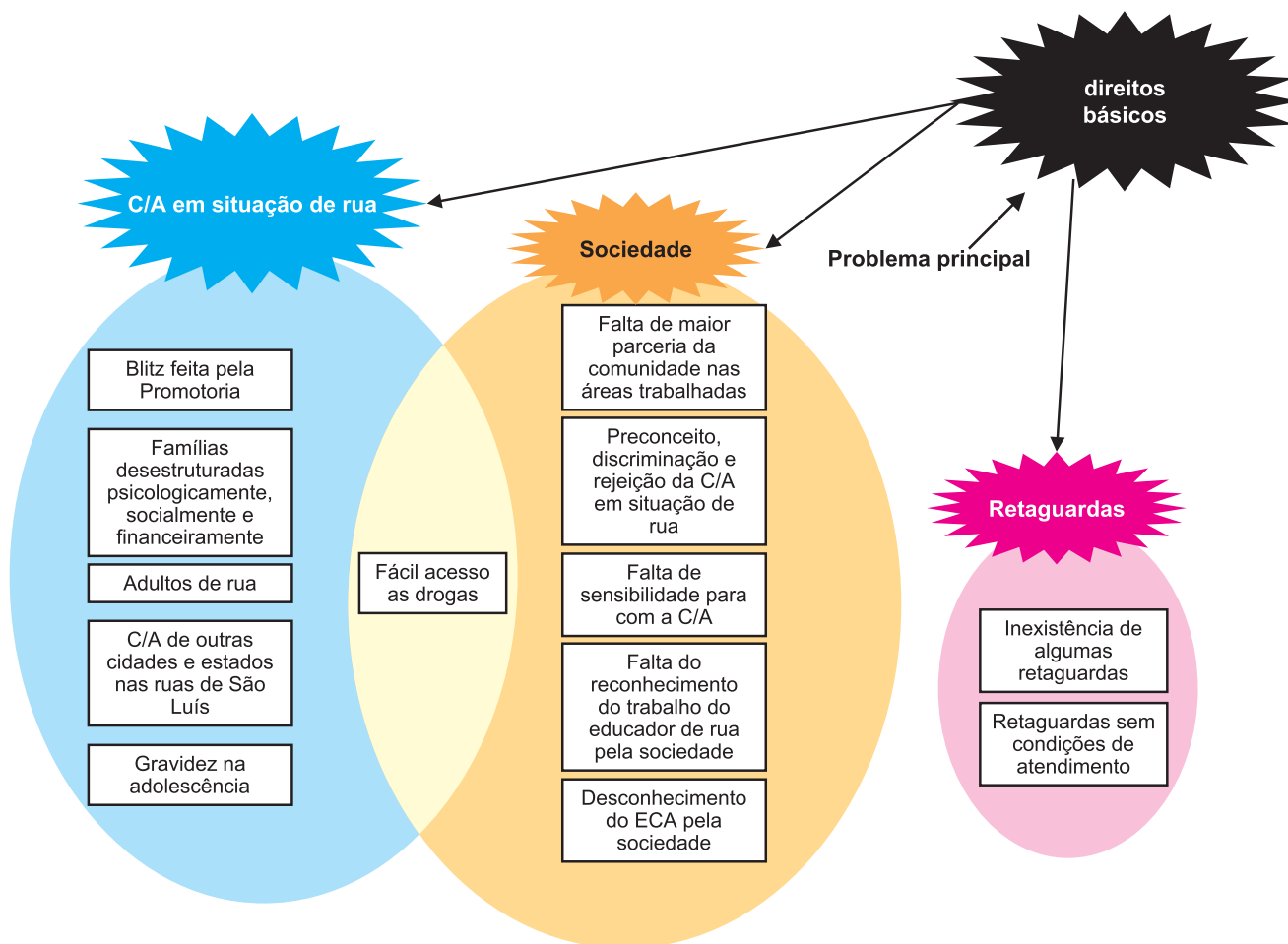
A Oficina de Planejamento da Educação de Rua¹⁸, facilitada por Françoise Correvon, foi um momento ímpar para a Rede, devido a importância estratégica desta ação para a redução da incidência de criança e adolescente nas ruas da cidade de São Luís. A partir dos problemas enfrentados pelos educadores de rua, fundamentalmente pela negação dos direitos sociais básicos das crianças e adolescentes, foram estabelecidas estratégias para atingir resultados nas áreas da família, da própria criança e adolescente em situação de rua e da visibilidade das suas ações perante a sociedade e o governo (vide problemas enfrentados pelos educadores de rua e estratégias do planejamento da Educação de Rua, nos quadros seguintes).

REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

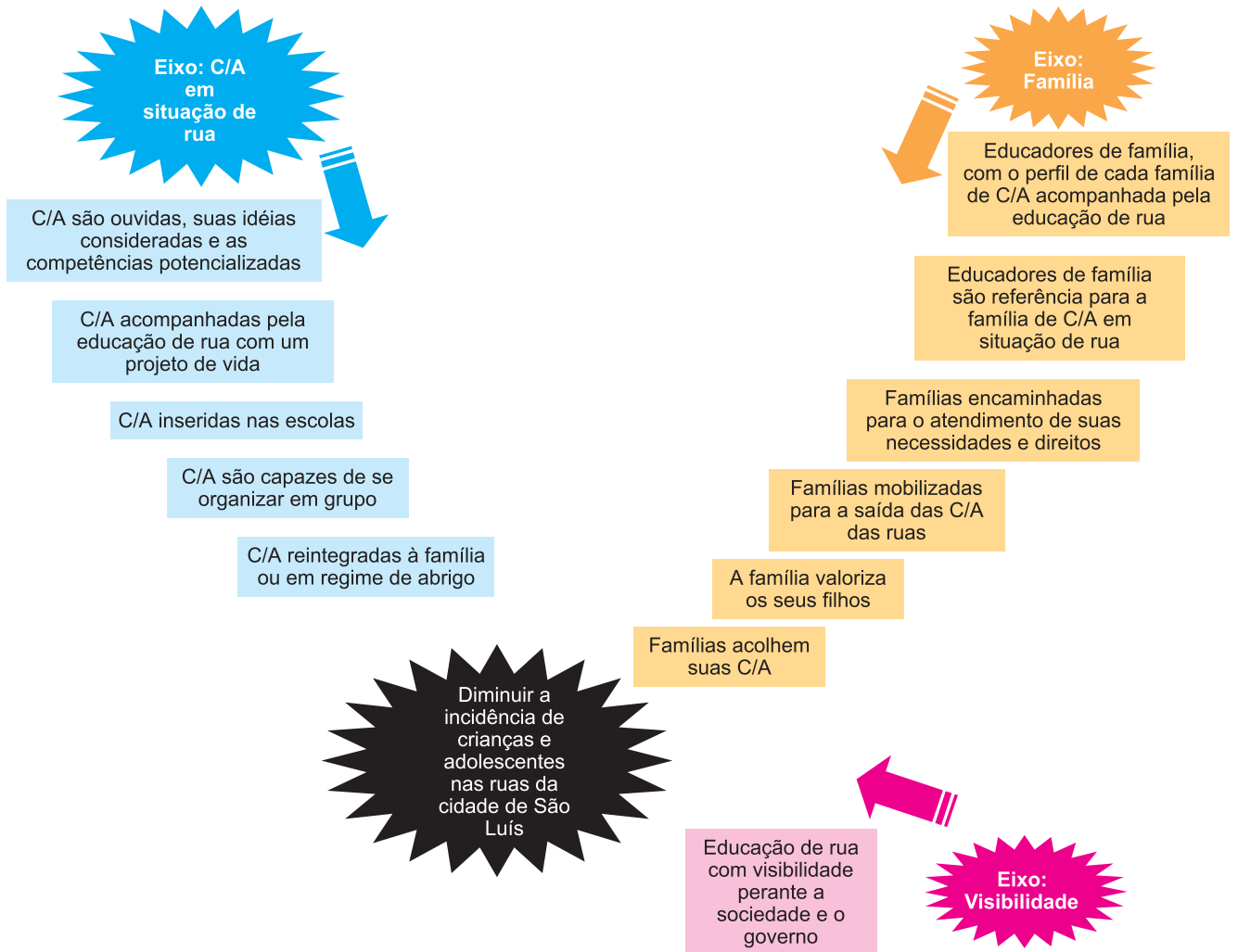
¹⁸ Esta atividade de planejamento foi incorporada ao Plano de Formação da Educação de Rua, com o objetivo de que os educadores e educadoras adquirissem conhecimentos básicos para planejar suas ações futuras.

OFICINA DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO DE RUA Julho / 2000. PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES E EDUCADORAS DE RUA, EM SÃO LUÍS



OFICINA DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO DE RUA – julho / 2000 ESTRATÉGIAS

(Resultados a serem atingidos até dezembro 2002)



REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

Formação da Educação de Rua

O Plano de Formação da Educação de Rua foi aprovado na assembléia de agosto de 2000, mas as ações que começaram a ser executadas a partir do primeiro encontro geral da Rede, em março, foram consideradas parte integrante dele. Nesta ocasião, foi definida a necessidade da formação de educadores de forma articulada, através da implantação de uma política de formação que contasse com o apoio das organizações que já tinham experiência na área. Assim, foi definida uma comissão¹⁹ para elaborar o primeiro Plano de Formação da Rede.

Antes da Rede, a formação ocorria nas organizações, mas de acordo com as suas necessidades específicas e institucionais, de forma isolada. Com a Rede, ficou clara a necessidade da formação de pessoal, de forma articulada, contínua e sistemática.

Para a elaboração do plano foi realizado um levantamento sobre a experiência de formação acumulada pelas organizações integrantes. A intenção era discutir princípios comuns e formular conteúdos temáticos que atendessem às necessidades de formação mais relevantes para as organizações. Desta forma, foram definidas as áreas prioritárias: a formação de educadores, a intervenção junto às famílias, e marketing e captação de recursos.

A formação de educadores, talvez pela definição da educação de rua como estratégica e devido ao público prioritário da Rede, ganhou maior relevância no Plano de Formação - o que se observa pela quantidade de atividades previstas e desenvolvidas e pelas temáticas abordadas. Os eixos temáticos definidos foram: identidade, educação popular, cultura e etnia, gênero e sexualidade e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estas temáticas foram organizadas em um "Curso de Formação Básica de Educadores para a Educação de Rua", organizado em cinco módulos e quatro intermódulos²⁰.

Além do Curso de Formação Básica, fez parte também do planejamento de Formação dois eventos sobre o Sistema Criança - Rua. O primeiro em São Luís, sobre os princípios metodológicos e a discussão sobre os instrumentais utilizados no Sistema, com a facilitação de Daniel Stöecklin. O segundo, foi a visita dos educadores à Fortaleza para conhecer a experiência da Associação Curumins na utilização do Sistema Criança - Rua.

¹⁹ A Comissão de Formação foi composta pelo CDMP, CCN, FUMCAS; a Terre des Hommes/Hommes e o MNMMR. Esta comissão deu origem ao atual GT de Formação da Rede Amiga da Criança.

²⁰ 1º módulo - "Conhecimento de si, do outro e das práticas educativas".

1º intermódulo - Seminário sobre etnia e cultura

2º módulo - Sistematização da Prática

2º intermódulo - Seminário sobre gênero e sexualidade

3º intermódulo - Seminário sobre ética e cidadania

3º módulo - Análise das práticas educativas

4º módulo - Avaliação das práticas educativas

4º intermódulo - Sistematização do processo educativo

5º módulo - Reorientação das práticas

O Plano de Formação da Educação de Rua começou a ser efetivado antes mesmo da sua aprovação na Assembleia Geral da Rede. Isto se explica porque já existia uma série de ações formativas que foram consolidadas em um plano. Outras foram realizadas a partir do próprio plano. Mas, a emergência das necessidades de formação, no auge das articulações pela construção da Rede, não podia esperar. A relevância do plano estava diretamente associada à necessidade de qualificação do atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua.

Marketing e Captação de Recursos

No período das articulações iniciais da Rede não havia, na maioria dos trabalhos desenvolvidos com crianças e adolescentes em São Luís, estratégias sistemáticas de visibilidade e sustentabilidade - mas havia o interesse coletivo de garantir a continuidade dos trabalhos. A visita de Christoph Schmocker²¹ contribuiu para que a temática fosse colocada em pauta no âmbito das organizações. Para responder à demanda de formação nesta área, a Rede realizou, em maio de 2000, uma Oficina de Marketing e Captação de Recursos, com assessoria de Eudes Holanda²².

Esta oficina permitiu uma aproximação inicial com a temática “marketing e captação de recursos”, e uma melhor compreensão da necessidade de se criar estratégias para garantir a visibilidade e a sustentabilidade da rede em formação.

Nesta oficina foi criado o Grupo de Trabalho de Marketing e Captação de Recursos, que a partir de então passou a desenvolver trabalhos nas áreas de sustentabilidade e visibilidade da Rede, com a colaboração sistemática de um profissional de comunicação, integrante da equipe de apoio da Rede²³. Um dos primeiros trabalhos do GT foi estimular a discussão sobre a denominação da Rede e em seguida providenciar a sua identidade visual, com a definição da marca²⁴.

O planejamento de Marketing e Captação de Recursos foi realizado em dezembro de 2000, onde foram clareados os objetivos do GT. A partir dos resultados previstos para os eixos de visibilidade e de sustentabilidade, definidos no planejamento estratégico da Rede, foi elaborado um resultado geral, desdobrado em vários resultados intermediários, conforme abaixo:

²¹ Christoph Schmocker era diretor de Marketing e Captação de Recursos de Tdh.

²² Eudes Holanda é administrador, assessor de Marketing e Captação de Recursos da Associação Curumins, em Fortaleza. (ainda é?).

²³ A “equipe de apoio” é formada por colaboradores de Tdh que tem pactuada, dentre outras coisas, no Protocolo de Intenções, a função de colocar à disposição da Rede apoio técnico e financeiros, inclusive para implementação do Plano de Marketing e Capacitação de Recursos.

²⁴ A marca da Rede Amiga da Criança nas cores azul e amarelo-terra foi uma criação da designer Mary Macedo, que produziu também o Manual de Identidade Visual da Rede.

ESTRATÉGIA DO PLANEJAMENTO DE MARKETING E CAPTAÇÃO DE RECURSOS (dez. / 2000)

RESULTADO GERAL

- A rede é reconhecida por 70% dos aliados em potencial e tem garantido 100% dos recursos necessários para viabilizar as ações previstas no Plano Estratégico Trienal.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

EIXO VISIBILIDADE	EIXO SUSTENTABILIDADE
<ul style="list-style-type: none">- Imprensa sensibilizada e mobilizada para divulgar as ações da Rede Amiga da Criança.- Justiça, Segurança Pública e Ministério Público participando e apoiando as ações da Rede Amiga da Criança.- ONG's reconhecendo e participando das iniciativas da Rede Amiga da Criança.- Parlamentares apoiando as ações da Rede Amiga da Criança.- Empresariado sensibilizado e reconhecendo a Rede Amiga da Criança.- Cidadãos sensibilizados e mobilizados para as ações da Rede Amiga da Criança.- Instituições afirmando identidade como Rede Amiga da Criança.	<ul style="list-style-type: none">- Setores do empresariado investindo na Rede Amiga da Criança.- Governo investindo nas ações da Rede Amiga da Criança.- Organismos de cooperação financeira e técnica, cooperando com as ações da Rede Amiga da Criança.- Cidadãos sensibilizados e mobilizados para as ações da Rede Amiga da Criança.

REDE AMIGA DA CRIANÇA

Sistematização da Experiência

O Planejamento Estratégico da Rede Amiga da Criança

O primeiro Planejamento Estratégico da Rede foi realizado em agosto de 2000, sob a assessoria de Raimundo Coelho de Almeida Filho²⁵ e com a participação das 16 organizações que a integravam no momento. A intenção era identificar os desafios que o coletivo enfrentava e traçar as ações necessárias para atingir resultados diretamente ligados à realidade das crianças e adolescentes em situação de rua. Os resultados desejados precisavam ser claramente definidos e acordados em um plano que orientasse o caminho a ser percorrido e ampliasse as possibilidades de êxito.

Não foi fácil elaborar um planejamento estratégico para uma articulação, visto que a Rede encampa muitas dimensões do trabalho com crianças e adolescentes. É um desafio diferente, mais complexo do que planejar para uma única organização. Além disso, foi no planejamento que as atribuições das organizações, definidas no Protocolo de Intenções, ficaram mais claras. Foi no ato de planejar que os participantes vivenciaram mais fortemente o sentimento de pertencer à Rede, porque a articulação estava se materializando na construção de algumas possibilidades de complementação entre as organizações.

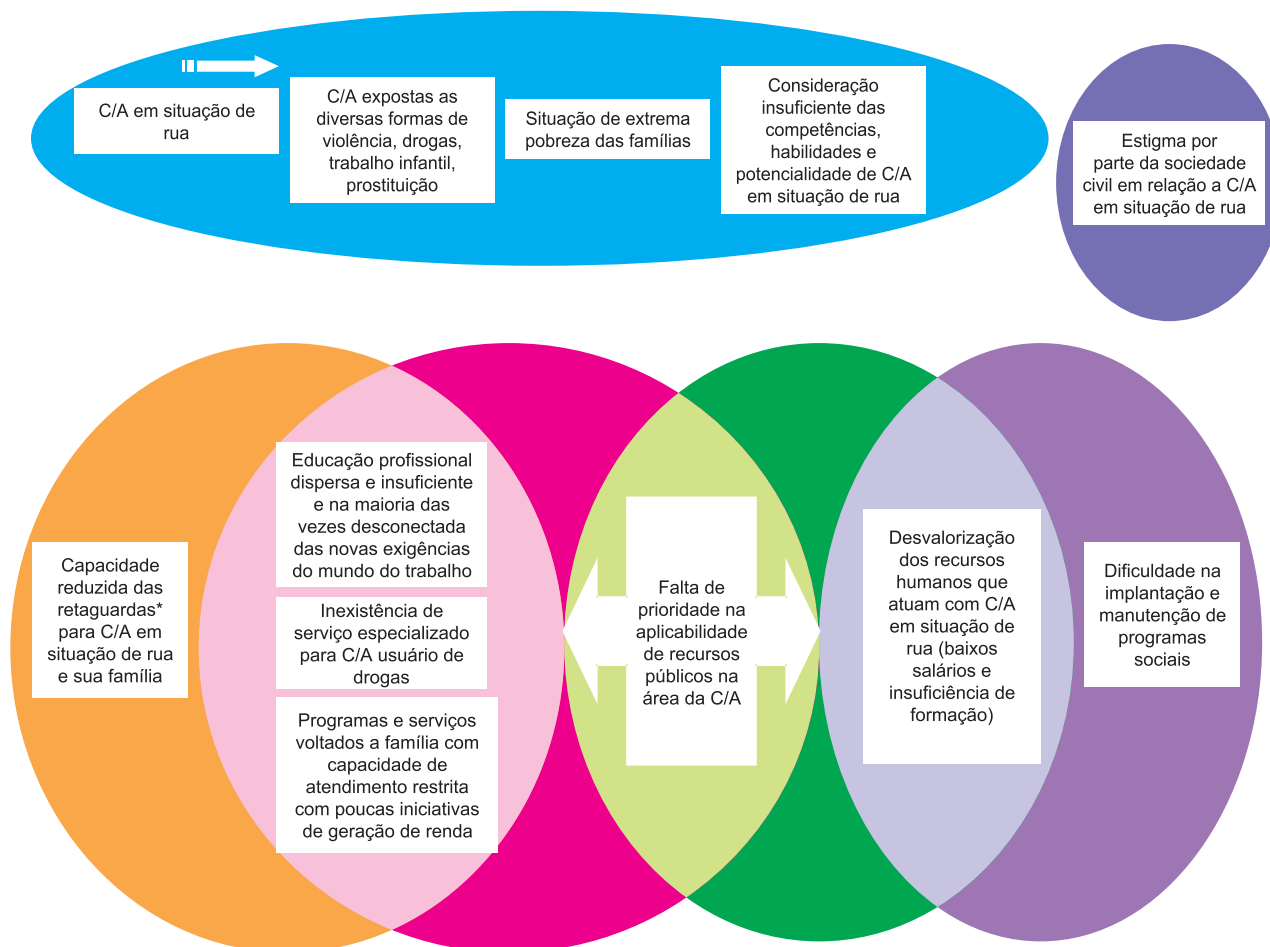
Se por um lado, as experiências iniciais nas áreas de marketing e captação de recursos e de Formação, mesmo por um curto período, possibilitaram reflexões significativas para clarear os rumos e fazer fluir as discussões com mais facilidade, por outro, não ocorreu o mesmo na área do atendimento às crianças e adolescentes e famílias. Naquele momento, as articulações para potencializar o atendimento pareciam mais complexas, talvez porque ainda não tivesse sido criado o GT de Criança e Adolescente, e o GT de Família passava por sérias dificuldades de articulação.

No processo de elaboração do planejamento, após as discussões dos problemas enfrentados pelas organizações no trabalho com crianças e adolescentes (conforme quadro ao lado), foram definidas as estratégias do plano, em quatro eixos: o eixo criança, adolescente e família, que foi dividido em seis sub-eixos; o de sustentabilidade; o de visibilidade e o de formação e capacitação. Para cada eixo e sub-eixo foi definido um resultado intermediário a atingir, contribuindo para os objetivos e a missão da Rede (veja quadros seguintes):

²⁵ Psicólogo e coordenador da Associação Curumins de Fortaleza – Ceará.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REDE AMIGA DA CRIANÇA - Outubro / 2000

PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA REDE AMIGA DA CRIANÇA

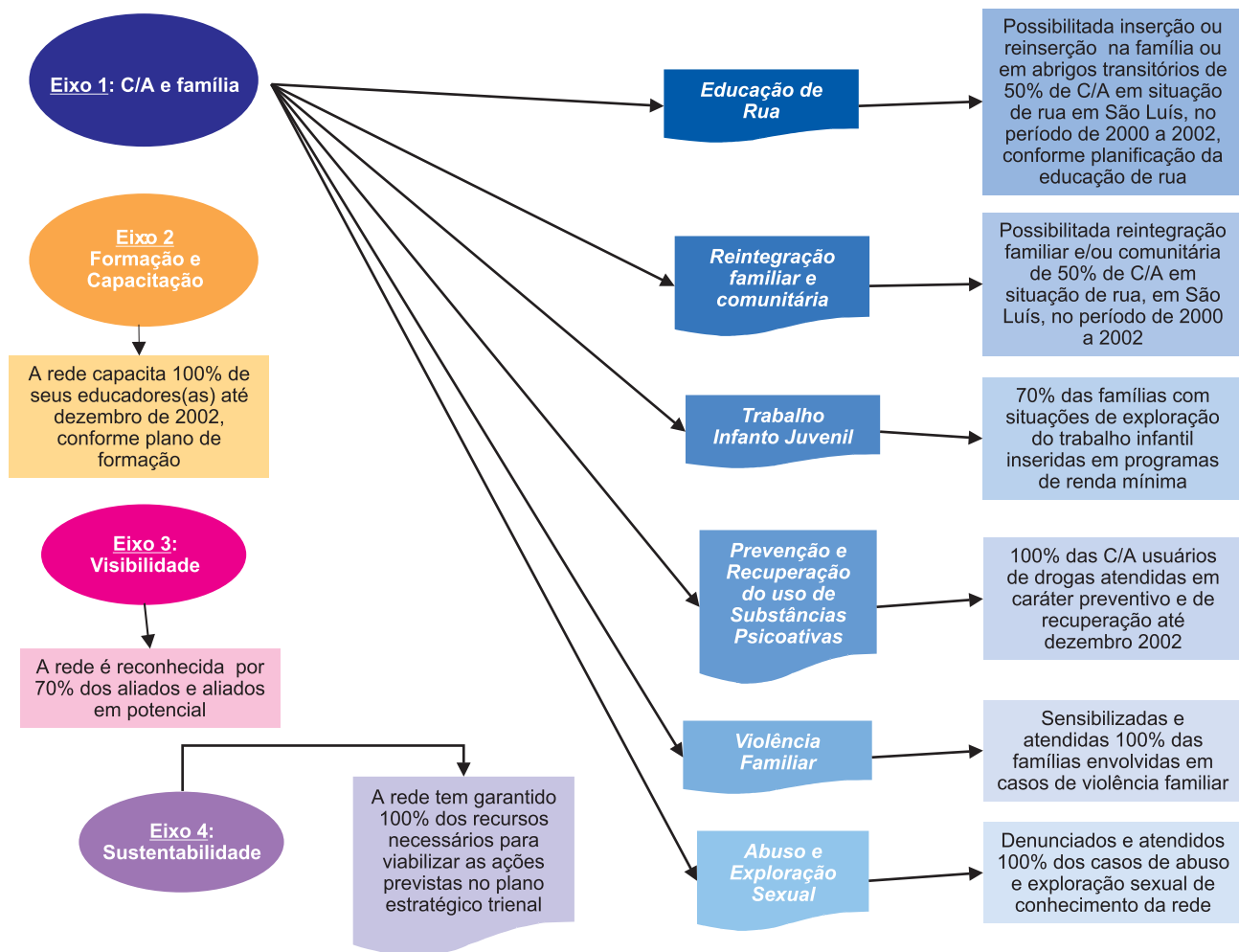


REDE AMIGA DA CRIANÇA

Sistematização da Experiência

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REDE AMIGA DA CRIANÇA Out. / 2000 - ESTRATÉGIAS

(Resultados esperados até dezembro de 2002)



REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

Neste período, a missão da Rede, definida no seu Plano Estratégico Trienal, era “garantir os direitos de crianças e adolescentes, em situação de rua, na cidade de São Luís, através de um processo de articulação consistente de OG’s e ONG’s, possibilitando o exercício da cidadania”. O objetivo era “reduzir em no mínimo de 50%²⁶, até dezembro de 2002, o número de crianças e adolescentes, em situação de rua, no município de São Luís, garantindo-lhes assistência integral, respeitando seus interesses, habilidades, potencialidades e competências”.

Importa salientar que os planos de Formação e da Educação de Rua passaram a ser anexos do Planejamento Estratégico da Rede, não precisando, portanto, de um outro detalhamento operacional. No entanto, o Plano de Marketing e Captação de Recursos, elaborado quatro meses depois, incorporou os resultados definidos no Planejamento Estratégico e garantiu maior qualidade no detalhamento das ações.

Avaliar para seguir em frente

As discussões iniciais sobre o monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede foram realizadas em duas reuniões de trabalho promovidas pelo CMDCA e assessorados pela assistente social Maria Jacinta da Silva²⁷, em outubro e dezembro de 2000. A construção do processo de monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede foi realizada de forma coletiva, com representação significativa da maioria das organizações integrantes.

Na primeira reunião de trabalho foram apresentadas reflexões sobre a compreensão de redes e sobre o processo de avaliação e monitoramento de planejamentos. No período, não havia muita clareza sobre os limites das competências do CMDCA e da Rede no processo de monitoramento, razão pela qual houve um rico debate que culminou com a definição das responsabilidades de ambos. O CMDCA passaria a monitorar o cumprimento das atribuições das organizações integrantes da Rede, definidas no Protocolo de Intenções. Deveria também acompanhar a aplicação dos recursos oriundos do FMCA repassados às organizações da Rede. A Rede, por sua vez, passou a ter a atribuição de monitorar o processo de construção dos resultados parciais e finais do seu Planejamento Estratégico.

Na segunda reunião de trabalho, ocorreram três momentos fundamentais. O primeiro foi referente às instâncias de avaliação e monitoramento no âmbito da Rede, quando foi definido, em nível de cada instância, a responsabilidade com o monitoramento, os produtos e a participação nas atividades gerais, conforme quadro seguinte:

²⁶ Referência com base na contagem realizada pela FUMCAS, em maio de 1999.

²⁷ Maria Jacinta da Silva é Assistente Social, Mestre em Educação e Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Integra também o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Processos de Desigualdade e Exclusão Social do Departamento de Serviço Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

INSTÂNCIAS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

INSTÂNCIAS DE MONITORAMENTO	ATIVIDADES DE MONITORAMENTO INTERNO	PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES GERAIS DE MONITORAMENTO	PRODUTOS ESPERADOS
1 Organizações integrantes	-Acompanhamento das ações definidas no Protocolo de Intenções da Rede Amiga da Criança.	-Participação em atividades de monitoramento realizadas pela FUMCAS, CMDCA e por outras instâncias da Rede.	-Relatórios de monitoramento das organizações integrantes e prestação de contas (trimestral).
2 GT's da Rede	-Acompanhamento das ações definidas no Planejamento Estratégico da Rede, por eixo e/ou sub-eixos.	-Encontros para troca de experiência e de avaliação e monitoramento; -Reuniões de monitoramento com o colegiado.	-Relatório de monitoramento por eixo e sub-eixo (trimestral); -Relatório de monitoramento por eixo e sub-eixo (anual).
3 Colegiado da Rede	-Acompanhamento das ações definidas no conjunto dos eixos do Planejamento Estratégico da Rede; -Apreciar relatório síntese de monitoramento das organizações integrantes, referentes ao Protocolo de Intenções da Rede.	-Indicação de pauta e participação nas Assembléias de Monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede.	-Relatório Geral de Monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede (anual).
4 Assembléia da Rede	-Assembléia Geral da Rede para apreciação e aprovação de Relatórios de Monitoramento e deliberação de encaminhamentos (trimestral).		-Relatório da Assembléia de Monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede (trimestral).
5 CMDCA	-Visitas, por amostragem, às organizações integrantes (atividades relevantes) da Rede. -Reuniões ordinárias trimestrais para apreciação dos relatórios de monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede, da FUMCAS (convênio FMCA) e dos Representantes do CMDCA na Rede. -Encaminhamento, recebimento, análise dos relatórios de monitoramento das organizações integrantes da Rede. -Elaboração do relatório síntese de monitoramento das organizações integrantes, referente ao Protocolo de Intenções da Rede.	-Participação em eventos de monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede.	-Relatório de compatibilização de metas, objetivos e ações previstas e realizadas (semestral)
6 FUMCAS	-Visitas às organizações conveniadas com a FUMCAS e integrantes da Rede (trimestral). -Reuniões com organizações integrantes da Rede que são conveniadas com a FUMCAS (trimestral). -Análise de relatórios de atividades e prestações de contas das organizações integrantes e conveniadas. -Elaboração de relatórios de compatibilização de resultados previstos e realizados, conforme convênio e envio para o CMDCA (semestral).	-Participação em eventos de monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede.	-Relatório de compatibilização de metas, objetivos e ações previstas e realizadas (semestral).

No segundo momento, foi discutido o sistema geral de monitoramento e gerenciamento do Planejamento Estratégico, quando se evidenciou a necessidade de uma coordenação geral e de coordenações por eixo, com apoio de colaboradores, assumidas por pessoas de cada GT, para garantir a efetividade do monitoramento. A definição dos responsáveis por cada coordenação foi anunciada posteriormente nas assembléias da Rede, porém, no processo de monitoramento, tiveram níveis diferenciados de contribuição.

No terceiro momento, definiu-se os instrumentais que passaram a ser utilizados no monitoramento das ações e dos resultados previstos no Planejamento Estratégico da Rede.

Durante o ano de 2001, a Rede vivenciou um intenso processo de monitoramento, que abarcava todos os eixos e sub-eixos do Planejamento Estratégico. A educação de rua, por ser estratégica para a Rede devido ao seu foco específico, passou por um monitoramento sistemático, mesmo antes da definição do Planejamento Estratégico e do seu processo de monitoramento. Contava com assessoria trimestral de Françoise Correvon, o que favoreceu o processo de acompanhamento e busca de resultados.

Para o conjunto, havia uma necessidade natural de compreender o processo de monitoramento em rede, que exigia uma linguagem e uma metodologia própria. Ao mesmo tempo, precisava-se de informações quantitativas e qualitativas sobre as ações pactuadas no planejamento, mas enfrentava-se muitas dificuldades na obtenção dessas informações (próprias daquele momento da experiência da Rede). Era o aprendizado de fazer e monitorar em rede.

Parte das organizações, por não ter uma cultura de planejamento e monitoramento, não registrava as informações sobre as ações planejadas.

No processo de monitoramento foi detectado que o Planejamento Estratégico da Rede, especialmente no eixo Criança, Adolescente e Família, não possibilitava que as organizações retratassem algumas de suas ações ou projetos, reque-rendo a implantação de novas iniciativas. Havia também alguns projetos passíveis de articulação que naquele momento não integravam a Rede e que poderiam contribuir para o alcance dos resultados previstos.

O monitoramento por eixo aconteceu com níveis diferenciados de participação, conforme a dinâmica de cada GT. O GT de Formação, em geral, cumpria as metas estabelecidas em cada período, de acordo com o planejamento. A área de Marketing e Captação de Recursos fortaleceu suas ações no eixo visibilidade, tornando a Rede rapidamente conhecida.

As principais dificuldades surgiram no eixo Criança, Adolescente e Família, na maioria dos seus sub-eixos. A participação das organizações era limitada e tímida, as informações eram insuficientes e as ações previstas no planejamento nem sempre eram coerentes com os resultados esperados. Além do mais, o GT encontrava-se em fase de articulação, o que não favorecia a reflexão e a definição dos ajustes e correções necessárias para garantir a realização dos objetivos traçados.

Apesar de várias discussões, muitas das dificuldades consideradas como “nós” da Rede só foram superadas nos anos seguintes. Talvez elas tenham contribuído para a reduzida participação de algumas organizações nas atividades de monitoramento dos GT's, principalmente do GT Criança, Adolescente e Família, que se vincula diretamente ao atendimento.

Foram realizadas durante o ano de 2001, três assembléias de monitoramento. A primeira em maio, relativa ao primeiro trimestre. A segunda, em setembro, relativa ao segundo trimestre. E a terceira, em dezembro, relativa ao segundo semestre do ano.

A mudança na periodicidade do monitoramento estava ligada, além das dificuldades apontadas, ao acúmulo de trabalho tanto nas organizações como na articulação. Mesmo assim, era necessário realizar o monitoramento para ampliar as possibilidades de qualificar e subsidiar a avaliação anual, na perspectiva da revisão do planejamento estratégico.

Apesar das dificuldades, o monitoramento permitiu à Rede avançar nos seus propósitos. Com o monitoramento, foi possível acompanhar o processo de execução das ações planejadas, analisar a relação entre o percurso das ações e os resultados esperados, identificar problemas e apontar indicativos para superação, inclusive encaminhando pautas para a assembléia. Vale destacar que o monitoramento possibilitou também identificar problemas no próprio processo de planejamento, o que era natural para uma primeira aposta coletiva; e indicar possíveis alternativas de ajustes e correções, que foram consideradas na revisão do planejamento e no planejamento da segunda fase.

A revisão do Planejamento Estratégico da Rede

Em janeiro de 2002, no contexto da revisão do Planejamento Estratégico, aconteceu o monitoramento e a avaliação dos resultados relativos ao período 2000/ 2001. Foi uma avaliação que considerou as informações quantitativas e qualitativas para analisar melhor o alcance da intervenção da Rede. Contribuiu significativamente, não só para a revisão do planejamento, mas também para o processo de auto-avaliação que ocorreu em setembro.

Ao longo do monitoramento foram observados vários problemas²⁸, tanto na dinâmica da ação, quanto no próprio planejamento. Ao serem discutidos nas assembleias e nos grupos de trabalho, indicou-se a necessidade de aprofundar e definir elementos conceituais essenciais para a dinâmica do trabalho da Rede²⁹ e para a revisão e o ajuste do próprio planejamento.

Havia muita expectativa de a revisão do Planejamento Estratégico desenhar as mudanças que se mostravam necessárias. A revisão foi mais uma oportunidade de novos aprendizados, de trabalhar e planejar coletivamente e de se aperfeiçoar no processo, à medida que se refletia coletivamente sobre a experiência de tecer a Rede.

Assim, em janeiro de 2002, o conjunto das organizações integrantes, com assessoria de Françoise Correvon, repensou o planejamento estratégico visando novas orientações para o percurso das ações da Rede na direção dos seus objetivos. O novo documento de planejamento atualizou os problemas enfrentados pela Rede e ficou mais condensado. Foram definidos três eixos: o de criança e adolescente, sem divisão em sub-eixos; o de formação; e o de visibilidade e sustentabilidade, que antes eram separados e passaram a compor um único eixo (Veja quadro da página seguinte).

²⁸ Cf. item anterior relativo ao processo de monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede.

²⁹ Um dos elementos era o significado e a caracterização de “criança e adolescente em situação de rua”. Apesar de ser o foco da Rede, não havia consenso este conceito..

REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Jan / 2002 EIXO: CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA

PROBLEMAS

. Crianças, adolescentes e famílias não têm suas necessidades e competências atendidas satisfatoriamente.

. A geração de renda para as famílias, atendimento aos usuários de drogas e qualificação profissional para adolescentes são insuficientes ou inexistentes.



. Ações previstas para consecução dos resultados não desenvolvidas ou desenvolvidas de maneira insatisfatória.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

. Crianças, adolescentes e famílias ouvidas, suas histórias conhecidas e suas competências e necessidades atendidas.



. Assumindo o compromisso de trabalhar em Rede.

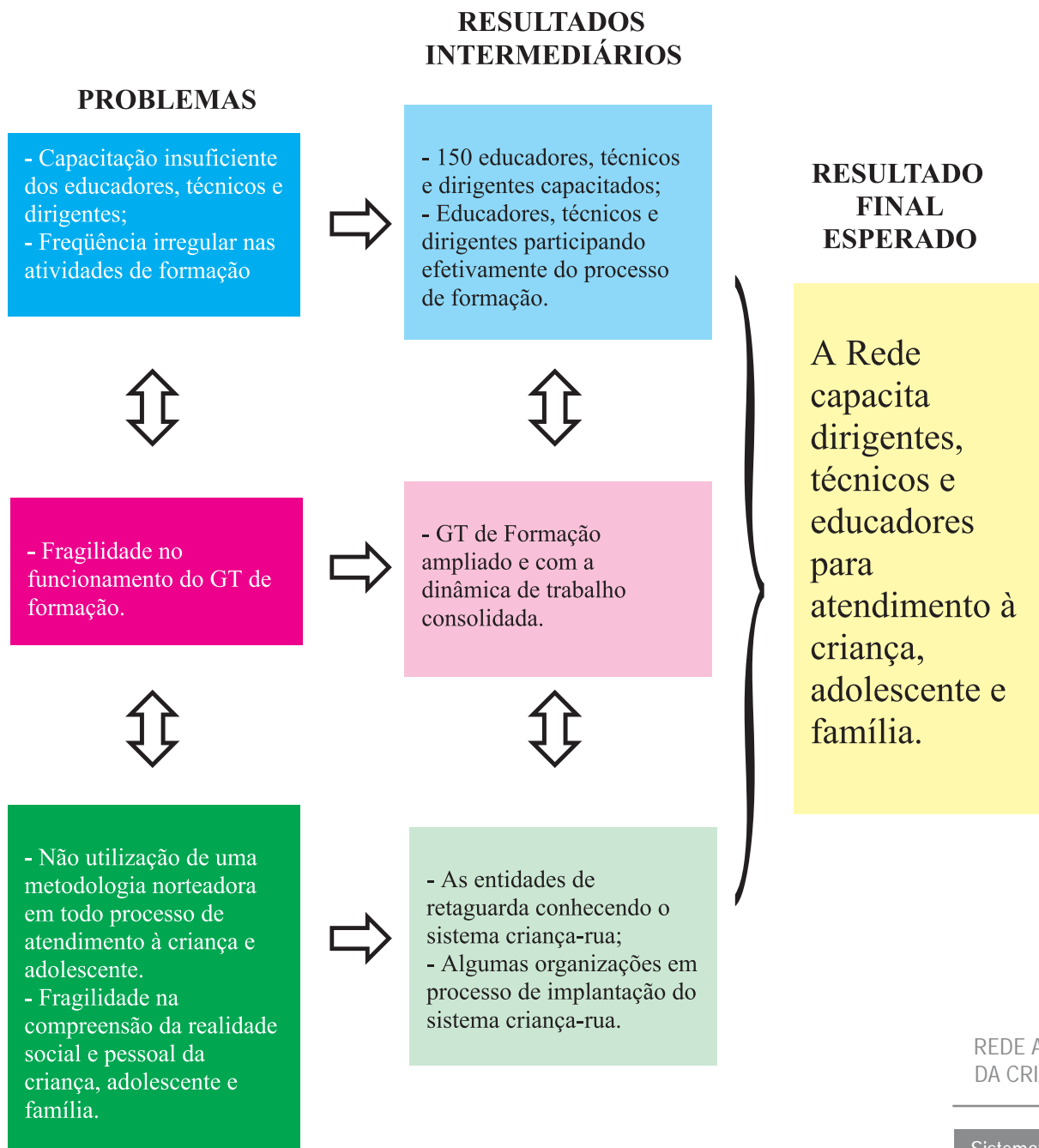


RESULTADO FINAL

. Possibilitada a reintegração familiar (nuclear ou substituta) e comunitária de 50% de crianças e adolescentes.



REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Jan 2002 EIXO: FORMAÇÃO

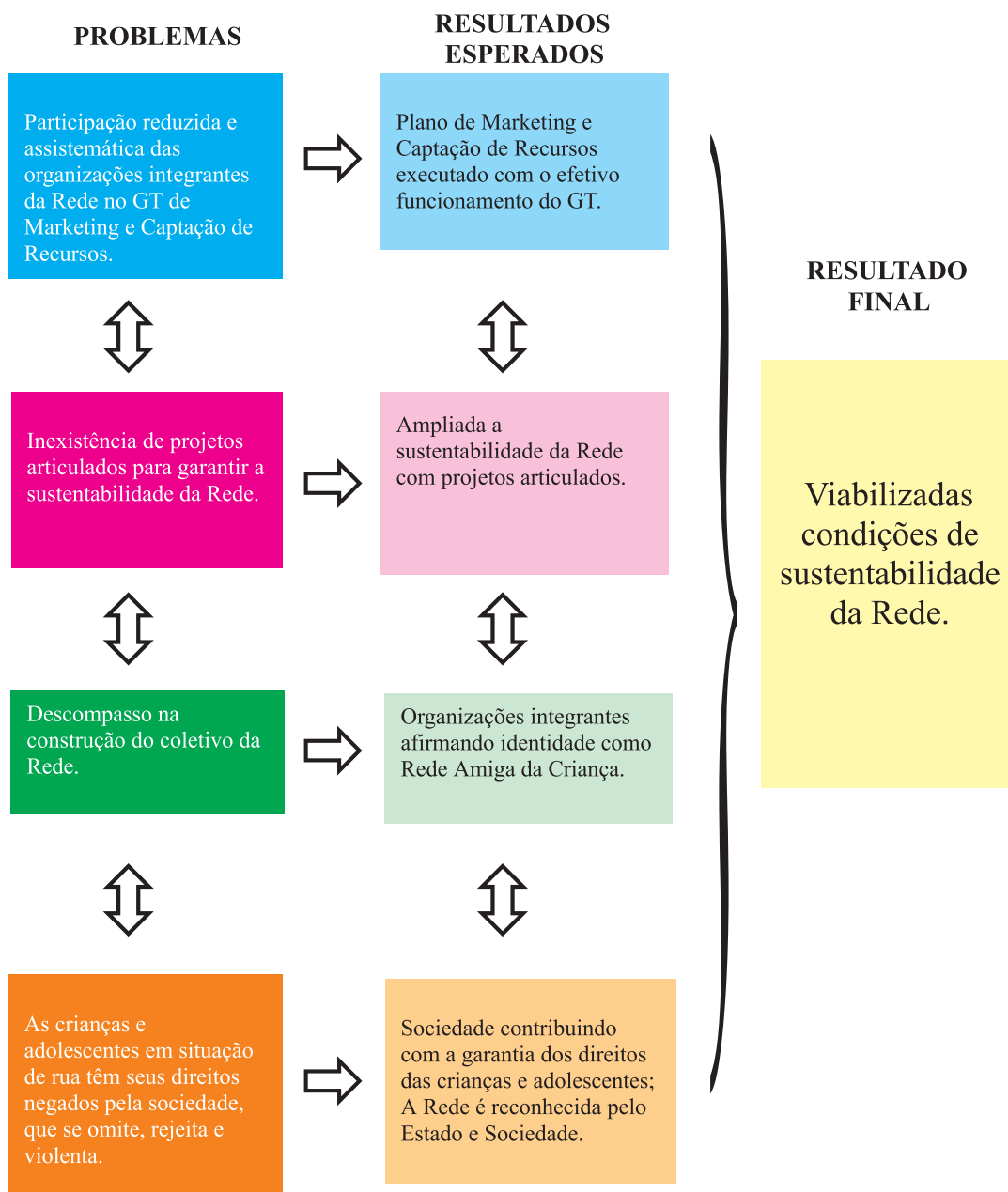


REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Jan 2002

EIXO: VISIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

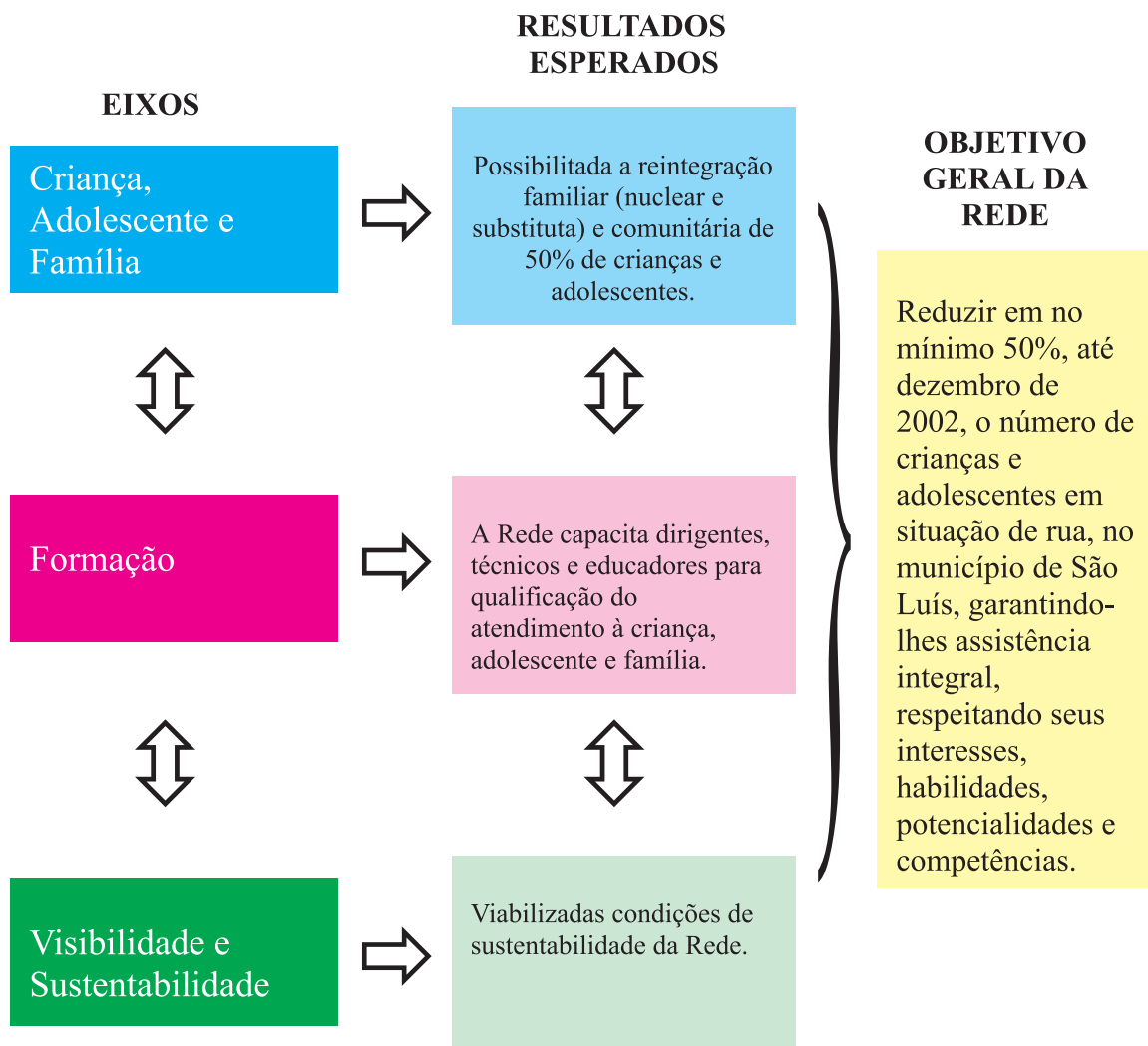


REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

Com estes três eixos, a Rede reconstruiu a sua estratégia geral de ação para a construção dos seus objetivos, que continuaram os mesmos definidos em agosto do ano 2000, conforme quadro abaixo:

REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Jan 2002 ESTRATÉGIA GERAL DE INTERVENÇÃO



REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

A revisão do planejamento possibilitou também a unificação dos diversos documentos de planejamento que a Rede tinha no passado³⁰ e que dificultavam o processo de monitoramento. A partir de então, passou-se a ter um documento único de planejamento. A idéia de conjunto foi fortalecida, permitindo maior compreensão sobre a articulação em rede e maior sentimento de pertença por parte das organizações integrantes.

Este novo Planejamento Estratégico foi atualizado com a dinâmica da Rede e tinha como objetivo qualificar as ações para que crianças e adolescentes em situação de rua tivessem assegurado o direito à convivência familiar e comunitária e fossem valorizados como sujeitos de direito.

A Auto-avaliação e o Planejamento da segunda fase da Rede

A auto-avaliação da Rede Amiga da Criança foi realizada no período de 09 a 23 de setembro de 2002, por um grupo de trabalho composto por representantes das diversas organizações que integram a Rede e com a colaboração de Riccardo Rodari³¹ como assessor externo. O referido grupo recebeu mandato da assembléia geral e a ela submeteu o relatório da auto-avaliação³² no final dos trabalhos, que foi aprovado no dia 23 de setembro de 2002, pela totalidade das organizações da Rede.

Participaram da auto-avaliação mais de 100 pessoas, incluindo crianças, adolescentes e representantes de famílias que participam dos programas de atendimento das organizações. Através de manifestações cotidianas e nas oficinas realizadas como parte do processo de auto-avaliação, crianças, adolescentes e famílias demonstraram a importância da Rede nas suas vidas, fazendo acreditar que valeu à pena os esforços para sua construção, que a ajuda da Rede realmente ajuda, e pode ajudar muito mais.

A auto-avaliação ajudou muito o coletivo a refletir sobre a essência da Rede, considerando aspectos mais qualitativos, apesar de considerar elementos quantitativos. Permitiu esclarecer conceitos e indicadores para poder redefinir os objetivos com mais segurança. Como exemplo, antes não havia consenso sobre o público focal da Rede, ou seja, sobre o significado e abrangência da expressão “crianças e adolescentes em situação de rua”. Isto dificultava o monitoramento e não permitia replanejar com objetividade. Hoje está claro: inclui também as diversas situações que caracterizam a permanência das crianças e adolescentes no espaço das ruas, não só aquelas mais cristalizadas³³. No entanto, para atingir os resultados, a Rede deve atuar também na prevenção e após a saída das ruas.

³⁰ Nos primeiros dois anos de Rede, havia o Plano de Formação, o Plano da Educação de Rua e o Plano de Marketing e Captação de Recursos.

³¹ Riccardo Rodari é Psicólogo e consultor independente contratado por Tdh para assessorar a auto-avaliação e o planejamento da nova fase da Rede Amiga da Criança (2003/ 2005).

³² O relatório da auto-avaliação foi produzido coletivamente pelo grupo de representantes das organizações integrantes. Os esboços dos textos foram melhorados à cada dia da avaliação, com a contribuição e consenso de todos os participantes.

³³ A situação de rua “cristalizada” diz respeito àquela em que a criança ou o adolescente rompeu os laços com sua família e fez das ruas seu espaço de moradia.

Além disso, não havia indicadores³⁴ confiáveis, que servissem de parâmetros para a elaboração de objetivos e resultados de forma mais concreta. Isto dificultava o monitoramento e a revisão do planejamento. Foi por isso que a auto-avaliação destacou a necessidade de diagnosticar a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua e de suas famílias, em São Luís.

Para o conjunto da Rede, a auto-avaliação foi uma oportunidade de reflexão coletiva, a partir de diversos olhares, sobre os “nós”, desafios e dificuldades que o monitoramento vinha apontando nas etapas anteriores. Possibilitou maior clareza sobre os elementos conceituais que orientam a ação da Rede e deu condições para redirecionar a estratégia de intervenção.

A auto-avaliação também possibilitou um novo olhar para questões que anteriormente não estavam tão presentes nas discussões, mas que se tornaram fundamentais para a Rede: a necessidade de fortalecer e intensificar o trabalho com as famílias das crianças e dos adolescentes; a maior valorização do entorno comunitário e das redes primárias que agem no meio onde as crianças e adolescentes vivem; e a importância da descentralização das ações, de ir ao encontro dos destinatários.

Foi fundamental também refletir sobre elementos essenciais que dão sentido à existência da Rede: valores e princípios, que unem uma diversidade de atores em uma articulação com sonhos comuns. Mais do que as ações (que podem ser diferentes, mas constroem os mesmos ideais), os valores e princípios³⁵ permitem a existência da articulação em rede, o sentido de estar juntos, de construir a unidade na diversidade.

A Rede Amiga da Criança é plural. Congrega uma diversidade de organizações: governamentais, não governamentais, religiosas com diferentes crenças, populares, culturais. Na Rede, a diversidade e as diferenças entre as organizações são riquezas porque permitem a complementaridade. Individualmente, as organizações são limitadas e incompletas.

Ao final da auto-avaliação da Rede, seus integrantes concluíram que “no processo de construção da Rede, os ganhos são maiores e mais significativos que as dificuldades enfrentadas... **Tecer a Rede Amiga da Criança vale a pena!**” (RELATÓRIO DA AUTO-AVALIAÇÃO DA REDE - 2000-2002 - São Luís, setembro de 2002. P. 26)

Em setembro de 2002, o processo de elaboração do Planejamento Estratégico da segunda fase da Rede representou um salto de qualidade em relação aos

³⁴ Em São Luís não existem dados oficiais que caracterizem com precisão a problemática das crianças e adolescentes em situação de rua. Existem apenas dados do Projeto Construindo Cidadãos – FUMCAS, sobre as áreas de sua atuação, onde se encontram crianças e adolescentes em diversas situações: morando, trabalhando, esmolando, perambulando, usando drogas e se prostituindo.

³⁵ Para os integrantes da Rede os valores são as crenças fundamentais que norteiam uma ação. E, princípios de ação são os elementos que contribuem para que os valores sejam expressos nas práticas do cotidiano.

momentos anteriores. Ele absorveu as discussões do monitoramento de janeiro e da auto-avaliação e reconstruiu a estratégia para a nova fase da Rede. Significou o amadurecimento da experiência, a superação da fase inicial, onde predominava o aprendizado e, ao mesmo tempo a descoberta, na própria dinâmica de construção.

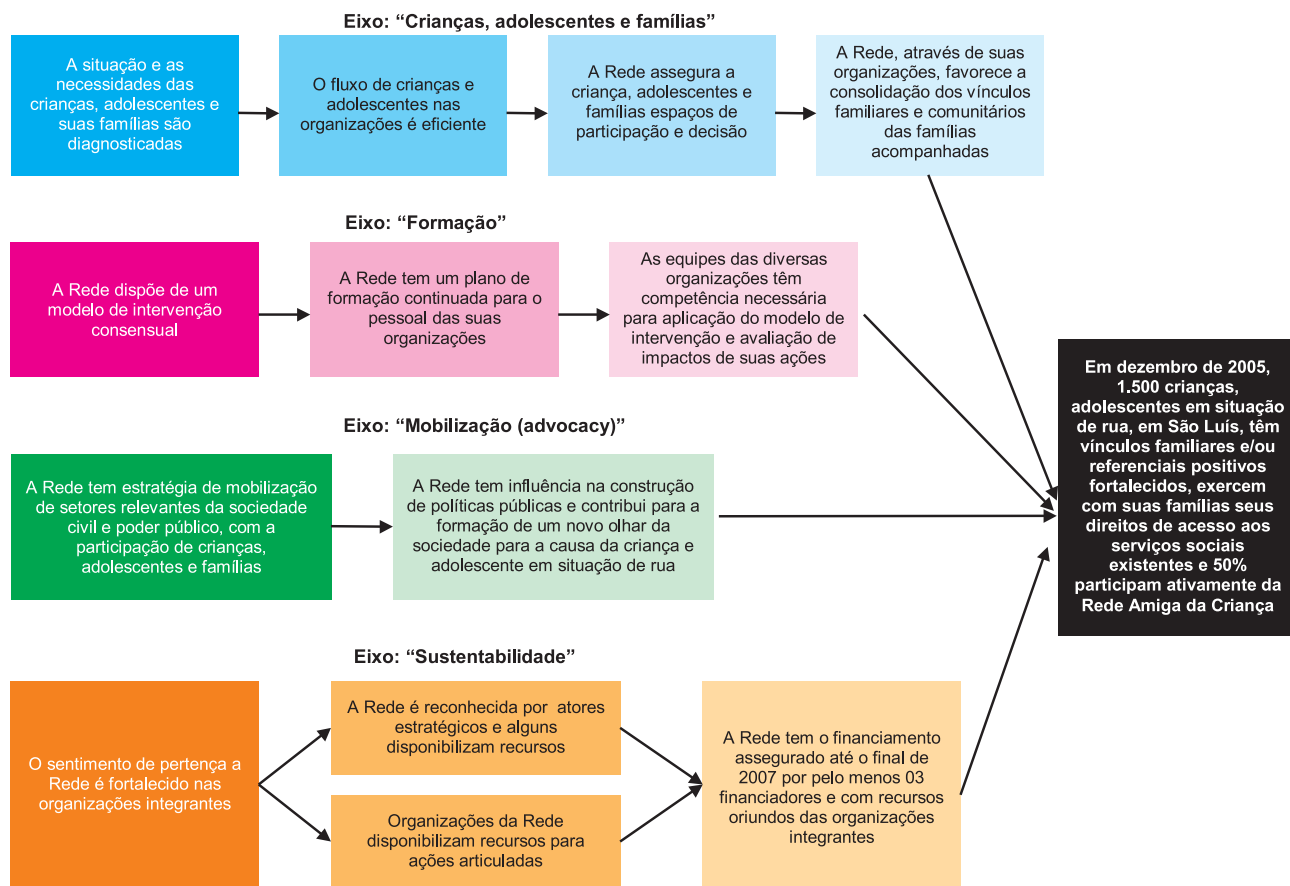
Um dos elementos mais importantes na elaboração deste novo planejamento foi a clareza da necessidade de investir no protagonismo juvenil. É preciso criar as condições para a participação efetiva, onde a criança e o adolescente possam ser realmente sujeitos, e não apenas usuários dos serviços das organizações da Rede. É necessário possibilitar, também, a participação gradativa de criança e adolescente e suas famílias nos diversos espaços e instâncias da Rede.

Neste novo planejamento, o objetivo ficou mais claro, porque muitos conceitos foram esclarecidos³⁶ e consensuados, muitos “nós” foram desatados. Com base nas idéias de mudança apontadas na auto-avaliação, foi criada uma nova estratégia global de intervenção (conforme quadro abaixo) com resultados mais ousados, demonstrando que os próximos três anos exigirão muito mais esforços para garantir os sucessos desejados.

³⁶ No documento do planejamento estratégico trienal foram acrescentados na estratégia de cada eixo alguns “comentários” que esclarecem o significado de elementos polêmicos e evitam interpretações diferentes sobre eles.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REDE AMIGA DA CRIANÇA –(2002-2005)

ESTRATÉGIA GLOBAL DE INTERVENÇÃO (Quadro sinótico)



REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

Nesta estratégia, uma forte mudança é a introdução de um novo eixo: o de mobilização. A problemática de crianças e adolescentes em situação de rua é pouco entendida pela população e isso gera comportamentos de rejeição e hostilidade frente a eles. A Rede acredita que pode mudar esta situação através de uma ação junto a setores do governo e da sociedade para que estes manifestem atitudes favoráveis e influenciem no olhar dos outros, gerando comprometimentos. Deve-se construir uma estratégia para mobilizá-los, em ações que podem ter como efeitos mudanças de atitude frente à realidade da criança e do adolescente em situação de rua.

Outra mudança foi no eixo “visibilidade e sustentabilidade”, que neste planejamento ficou denominado apenas “sustentabilidade”. A estratégia é aumentar a visibilidade interna e fortalecer o sentimento de pertença à Rede, de modo que as organizações possam disponibilizar recursos para as ações articuladas. Além disso, a Rede deverá se tornar reconhecida por atores estratégicos, como governo, empresariado, mídia, ONG’s e pelos cidadãos. Esse reconhecimento deve atingir também os organismos de cooperação, garantindo a diversificação de fontes financiadoras, inclusive para a manutenção da “unidade de apoio”.



**TRABALHAR EM REDE É
TRABALHAR EM GRUPO**

GT de Formação

Desde a movimentação inicial para a formação da Rede, as organizações que integram o GT de Formação participaram ativamente das discussões. A partir da aprovação do Planejamento Estratégico da Rede e do primeiro Plano de Formação, ficou mais evidente a importância deste GT, que tem a atribuição de concretizar a estratégia de formação.

O GT compreende a formação como um conjunto de processos de aprendizagens, constituído a partir dos anseios e necessidades dos diversos atores envolvidos, que buscam a implantação de práticas pedagógicas que assegurem a cidadania de crianças e adolescentes. Sua necessidade está diretamente associada à qualificação do atendimento às crianças e adolescentes.

Para a Rede, os princípios pedagógicos são fundamentais para a formação. Eles são baseados na concepção pedagógica da Educação Popular, que compreende a ação educativa como um processo constante de criação do conhecimento que parte da prática, aprofunda o saber sobre ela e volta para transformá-la. Neste sentido, crianças, adolescentes, educadores e outros profissionais, públicos do processo formativo, têm um saber acumulado, porque são sujeitos construtores da história e do conhecimento, com desejos, vontades e capacidades. Aprendem no processo de desenvolvimento da sua experiência e da formação.

Considerando as discussões internas da primeira fase da Rede, o GT de Formação priorizou inicialmente, nos anos de 2000 e 2001, as atividades formativas voltadas para os educadores sociais de rua. Em seguida, o público foi ampliado para os educadores das retaguardas³⁷. Em 2002, a partir das indicações dos monitoramentos e avaliações, o público da formação foi ampliado para os dirigentes, coordenadores e técnicos das organizações de atendimento às crianças e adolescentes. Este novo público, porém, ainda não foi atingido efetivamente.

O GT tem uma forma própria de organização. Nas reuniões mensais, ou antes de cada atividade formativa, o grupo divide entre seus membros as responsabilidades pelas diversas ações. O conteúdo ministrado pode ser desenvolvido pelas pessoas do próprio GT ou por assessores externos, mas o grupo articula,

³⁷ Em 2002 uma das contribuições mais significativas do GT foi a formação da segunda turma de educadores das retaguardas. Retaguardas são organizações ou programas de atendimento sócio-educativo em meio aberto e sócio-familiar, que garantem atendimento complementar à Educação de Rua, dando suporte à inserção escolar, familiar e/ou comunitária.

discute, contribui, acompanha e apóia, de modo a garantir que os objetivos das atividades sejam cumpridos.

No entanto, na fase inicial, o GT apresentou fragilidades nas discussões prévias sobre o conteúdo das atividades, devido ao acúmulo de atividades dos seus componentes. Isso demonstrou a necessidade de uma maior organização interna e da ampliação do grupo. Assim, o MNMMR passou a ser o articulador do grupo. Atualmente o GT conta também com a participação da Pastoral do Menor e da FUNAC e está buscando novos integrantes.

Vale ressaltar que todas as atividades de formação previstas pelo GT para os anos de 2000 e 2001 foram realizadas com sucesso. No entanto, no processo de formação, algumas dificuldades e limites foram encontrados: o reduzido tempo dos participantes do GT, o que impediu a realização de algumas atividades planejadas; a falta de regularidade na frequência dos educadores nas atividades de formação, principalmente os das retaguardas; um acúmulo de demandas para um reduzido número de pessoas nos programas de atendimento e a insuficiência de recursos para algumas atividades formativas demandadas e, fundamentalmente, a existência de uma cultura de não valorização da formação.

Os resultados conquistados com o processo de formação dos educadores foram mais significativos que as dificuldades e incidiram diretamente na prática de cada um deles. Hoje eles têm uma maior compreensão sobre a realidade das crianças e adolescentes; potencializaram o desempenho e organização na realização das atividades com encaminhamentos mais fundamentados; melhoraram as relações e a integração no trabalho entre os educadores das diversas organizações e como grupo; fortaleceram sua auto-estima como profissionais e como pessoas e ampliaram o sentimento de pertença e de identidade com a Rede.

A formação possibilitou uma base de conhecimento comum aos educadores, ampliando a consciência sobre a sua própria prática e sua capacidade de auto-crítica. Os educadores passaram a ter maiores condições de reorientar suas práticas, com o apoio de novas ferramentas e atitudes pedagógicas, e com mais clareza sobre os valores comuns que impulsionam a ação educativa com as crianças e adolescentes. Isto evidencia o processo de formação como um dos pilares de sustentação da Rede Amiga da Criança.

Vale ressaltar que, além do Curso de Formação Básica, os estudos sistemáticos sobre o Sistema Criança-Rua com os educadores de rua e os estudos mensais sobre os princípios norteadores do referido sistema, com alguns educadores da retaguarda, favoreceram significativamente a melhoria da qualidade no atendimento às crianças e adolescentes.

Além do compromisso dos componentes do GT, um dos elementos que mais contribuiu para o sucesso do processo de formação foi a diversidade dos educadores participantes, o que possibilitou a troca de experiências e potencializou a capacidade de aprendizagem. São educadores de organizações diferentes, governamentais e não governamentais, com níveis diferentes de escolaridade e com atribuições diversas junto às crianças e adolescentes.

Além disso, a Rede contou com apoio do FMCA para o desenvolvimento das ações do Eixo Formação. Contou também com a cooperação técnica e financeira da Tdh e do UNICEF.

Um grande desafio é superar o limite da formação pessoal e ampliar a leitura de mundo dos educadores, possibilitando a mudança de atitude de cada um, no que se refere a busca de sua própria formação e realização profissional. Talvez isso possa clarear um problema metodológico, que é a dificuldade em compreender o conteúdo das temáticas e traduzi-las em uma prática pedagógica, como se precisassem de fórmulas ou receitas.

Para a próxima fase da Rede, o GT de Formação tem como perspectiva aprimorar o processo formativo dos educadores. Para isso, deve intensificar o estudo sobre o Sistema Criança-Rua com as retaguardas; fortalecer o potencial das organizações no processo formativo, com definição de estratégias que possibilitem a multiplicação desse processo; incluir novas temáticas, como violência doméstica e sexual, protagonismo juvenil, gestão de programas e projetos e, sobretudo, trabalho com famílias.

GT de Marketing e Captação de Recursos

Maio de 2000 foi o marco inicial para a Rede Amiga da Criança na área de Marketing e Captação de Recursos. Naquele mês foi realizada a primeira oficina com esta temática, criado o GT de Marketing e Captação de Recursos³⁸ e contratado um jornalista, pela Tdh, para desenvolver ações de comunicação, marketing e captação de recursos para a Rede.

Estes fatos impulsionaram o GT para se articular e definir seu papel na articulação, ou seja: trabalhar a imagem da Rede junto à sociedade e, internamente, junto às organizações integrantes; desenvolver ações de articulação, mobilização e captação de recursos para o conjunto das organizações que integram a Rede.

³⁸ A primeira formação deste GT foi composta por: Darci Testolin, do Lar D. Calábria; Márcia Maia, do CDPAE; Lourdes Pereira Silva, da CNBB; Elizabeth Ramos e Marcelo Amorim, de Tdh; Janine Cidreira, da FUMCAS; Joana Marques, da FUNAC e Nelma Pereira, do CDMP.

Uma das primeiras contribuições do GT foi trabalhar a identidade e a visibilidade da Rede. Para isso, estimulou a discussão sobre o nome da Rede, providenciou propostas de criação da sua marca e elaborou o manual de identidade visual da Rede, com modelos de várias peças publicitárias. Destas peças, a primeira confeccionada foi a camiseta de identificação dos educadores sociais de rua, do Projeto Construindo Cidadãos. Em seguida foram confeccionados o folder e o banner da Rede, além de vários materiais para divulgação dos eventos da articulação.

Outra iniciativa significativa para a visibilidade da Rede foi a criação do boletim informativo “Balanço da Rede”, em novembro de 2000. Ele divulga as atividades realizadas no âmbito da articulação e das organizações que a integram. O boletim encontra-se na sua 10ª edição, com tiragem de mil exemplares, e é enviado para todas as organizações integrantes, além dos demais parceiros e colaboradores locais, nacionais e internacionais.

No primeiro semestre de 2000 a Rede começou a ser divulgada na imprensa através da articulação com a mídia, da produção de press-releases e da organização de entrevistas individuais e coletivas. Porém, não havia por parte dos jornais, rádios e TVs uma clareza sobre o que era a Rede - muitos a confundiam com mais uma organização. Aos poucos, a Rede foi se tornando conhecida e atualmente ela é referência para a mídia, não só no que se refere às suas próprias ações, mas para outras temáticas na área da infância e da adolescência.

Em 2001 a relação com a mídia foi mais intensa, com mais investimentos na visibilidade da Rede. Em 2002, com a imagem mais estabelecida, a Rede teve menos visibilidade na imprensa porque optou por priorizar outras ações de comunicação, marketing e captação de recursos. No entanto, o retorno do investimento na visibilidade é demonstrado pela crescente procura de estudantes por informações e subsídios para os seus estudos, e por organizações com interesse em participar da Rede.

Os contatos para captação de recursos começaram no mesmo período das articulações iniciais da Rede com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As discussões sobre a Rede contribuíram para a elaboração conjunta do Projeto Fortalecendo a Rede Amiga da Criança, que apesar de estar em fase de negociação com o banco, já produziu resultado direto para a Rede, através doação de computadores para a Escola de Informática e Cidadania (EIC).

Esta escola teve origem em uma articulação do Comitê pela Democratização da Informática - CDI com o BNDES, visando a doação de computadores para combater a exclusão digital das camadas populares. O banco, que já conhecia a Rede, recomendou que, em São Luís, a doação fosse feita direta à Rede, para concentrar esforços e recursos.

Assim, o CDI de São Luís passou a integrar a Rede e a discutir com o coletivo a elaboração e a implementação do Projeto “Escola de Informática e Cidadania”, que se transformou no primeiro Projeto Articulado da Rede³⁹, executado pela Pastoral do Menor em articulação com o CDI. Este projeto contou com a doação de cinco computadores e começou a funcionar em agosto de 2001, beneficiando diretamente 100 adolescentes atendidos pelas organizações que integram a Rede.

Em 2001, o GT de Marketing e Captação de Recursos desenvolveu várias ações que contribuíram para com a visibilidade da Rede: o encontro com organizações não-governamentais; as articulações com vereadores; a barraca da Rede no arraial do IPEM⁴⁰ durante os festejos juninos; a participação das crianças e adolescentes da Rede no Circuito Cultural do Banco do Brasil, em oficinas e mostras de vídeo; e a participação da Rede no lançamento do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão - ICE. Atualmente o ICE é um parceiro que contribui para a credibilidade e visibilidade da Rede.

No entanto, em 2001, as ações mais significativas do GT para a Rede foram: a doação da Banda Bandida, a exposição Olhares em Rede, o primeiro aniversário da Rede, e o I Seminário Mídia e Infância no Maranhão” .

A parceria da Banda Bandida com a Rede, durante o período do Carnaval, chamou a atenção por evitar o desperdício de alimentos através da Campanha de Doação de Maisena⁴¹, “Neste Carnaval, dê uma força pro mingau”. Ao mesmo tempo, ampliou a visibilidade da Rede para um público maior e externo. Em 2002 a campanha foi mais forte e conseguiu mais apoio do público. Arrecadou 710 pacotes de maisena que foram entregues à Rede Amiga da Criança na Segunda-Feira de Carnaval. A entrega foi divulgada em vários veículos de comunicação, inclusive pelo Jornal Hoje, da Rede Globo.

Em maio de 2001 aconteceu o lançamento da Exposição “Olhares em Rede” com a fotografias relativas a inserção de criança e adolescente nos diversos programas e projetos das organizações da Rede. A exposição foi itinerante: começou no Museu de Artes Visuais, depois foi ao aeroporto, ao shopping São Luís e por último à pizzaria e sorveteria Maggiorasca. Com ela, a Rede conseguiu atingir um público bastante diverso e ampliou a sua visibilidade.

Além da visibilidade, a exposição fotográfica permitiu mobilizar públicos diferenciados, como os fotógrafos e outros profissionais das organizações da Rede, que contribuíram voluntariamente. O apoio do empresariado - como do Foto Sombra - também foi importante. Porém, o mais importante foi a participação das crianças e adolescentes que, mesmo timidamente, contribuíram com o trabalho dos fotógrafos, organizaram o lançamento e assumiram o cerimonial de abertura da exposição.

³⁹ Projetos articulados são aqueles concebidos por mais de uma organização integrante e viabilizados para atender às demandas de criança e adolescente e/ou famílias do conjunto das organizações da Rede.

⁴⁰ IPEM – Instituto de Previdência do Estado do Maranhão.

⁴¹ Faz parte da cultura carnavalesca de São Luís jogar maisena como pó sobre os brincantes, principalmente no carnaval de rua.

Em setembro de 2001, em parceria com o UNICEF⁴², a Rede realizou o “I Seminário Mídia, Infância e Adolescência no Maranhão”. Foi um momento muito importante, onde estudantes e profissionais da comunicação puderam discutir e se sensibilizar com a causa da criança e do adolescente. Na inscrição, doaram um brinquedo para a Rede Amiga da Criança, que repassou para as organizações integrantes.

Este Seminário foi a primeira ação específica da Rede voltada para a mídia, público privilegiado pelo poder de sensibilizar a sociedade e formar opinião. Possibilitou o início da relação da Rede Amiga da Criança com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI⁴³). A Faculdade São Luís, a Rádio Universidade, a Companhia Vale do Rio Doce e os Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também foram importantes parceiros neste evento.

Em 2002, o GT de Marketing e Captação de Recursos continuou desenvolvendo ações de visibilidade, mas intensificou o trabalho na área da sustentabilidade da Rede, devido às suas demandas.

Uma das contribuições mais significativas do GT para a Rede em 2002 foi o Projeto Jovem Ombudman, selecionado em um concurso promovido pela Rede Andi para apoiar projetos de comunicação que, dentre outras coisas, promovessem o protagonismo juvenil e fortalecessem a relação da imprensa com a causa da infância e da adolescência. A idéia central do projeto era capacitar adolescentes com oficinas de comunicação para a formação de uma consciência crítica sobre os meios de comunicação e sobre as notícias por estes veiculadas ou publicadas. Através do projeto, a Rede buscava também sensibilizar outros atores, como os próprios comunicadores, estudantes, empresários e a sociedade em geral para a causa da criança e do adolescente.

O Projeto Jovem Ombudman, apresentado pelo MNMMR, em nome da Rede, foi um dos seis projetos de todo o Brasil aprovados em junho pela Rede ANDI. Começou a ser executado em agosto de 2003, após a seleção dos 60 adolescentes das organizações integrantes da Rede. Contou com a parceria da Faculdade São Luís e do Centro Universitário do Maranhão - (UNICEUMA), que cederam laboratórios para as atividades de capacitação.

Na primeira etapa, os adolescentes passaram a compreender o processo da comunicação, seus princípios e elementos básicos, a ética na informação e a evolução dos meios de comunicação. Na segunda etapa, os adolescentes participaram de oficinas práticas e produziram peças variadas de comunicação: uma exposição de fotografia, um jornal mural, reportagens e programas de rádio e TV. Tudo isso possibilitou a formação de uma visão crítica sobre a comunicação, mas também ampliou o conhecimento deles sobre a Rede, por que precisaram buscar informações sobre a sua organização de origem, discutir, trocar idéias com os outros, etc.

⁴² Fundo das Nações Unidas para a Infância.

⁴³ Em 2002 a ANDI, juntamente com o conjunto de agência que formam a Rede Andi, passa a ser parceira da Rede Amiga da Criança através do apoio ao Projeto Jovem Ombudman.

Ao final do prazo de execução, a idéia do Projeto Jovem Ombudsman não morreu. Os participantes criaram o Comitê Jovem pela Qualidade na Informação. Esse Comitê é uma articulação de adolescentes e jovens da Rede e faz parte do grupo de organização de meninos e meninas, articulado pelo MNMMR. Tem como objetivo levar a outros adolescentes discussões e reflexões sobre a comunicação. A intenção é que os jovens construam uma postura crítica diante dos meios de comunicação e se capacitem para interferir e contribuir para uma maior qualidade nas informações veiculadas ou publicadas por eles.

Apesar do sucesso geral e da repercussão do Jovem Ombudsman nas organizações e na vida dos adolescentes, dois elementos se destacaram no projeto: a experiência de trabalhar a comunicação dentro do processo de fortalecimento da cidadania e a compreensão e exercício do protagonismo juvenil como processo, não limitado a algumas atividades pontuais. Foi uma experiência nova para a Rede, que a partir de então ampliou a sua visão sobre a importância da participação dos adolescentes no processo de construção da Rede, inclusive nas suas instâncias organizativas.

As comemorações do primeiro aniversário da Rede, em agosto de 2001, visavam dar uma maior visibilidade à articulação para o público externo e contaram com a participação de várias crianças e adolescentes ligadas às organizações integrantes. No segundo aniversário, em 2002, a preocupação maior foi com a visibilidade interna e com o público alvo, as crianças e adolescentes, que tiveram uma participação expressiva, chegando a entusiasmar todos os participantes e até mesmo a população, que presenciou uma passeata feita por eles do Parque Bom Menino à Praça Deodoro.

Naquele aniversário, houve uma fase preparatória de articulação com as organizações e de concursos culturais. As crianças e adolescentes puderam participar de concursos de desenhos, poesias e redações. Os educadores e funcionários das organizações participaram do concurso de artigos. O número de participantes nos concursos foi pequeno, mas a participação foi qualitativa por que as temáticas motivaram a busca e a ampliação dos conhecimentos sobre a Rede, sobre o ECA e sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Foi um evento que reuniu cerca de 600 pessoas de todas as organizações integrantes, programas e projetos, entre educadores, técnicos e crianças e adolescentes, durante um dia inteiro. Foi realizado com o patrocínio de várias empresas e com o investimento de algumas organizações integrantes, como a SEMED, a SEMUS, a FUMCAS, a FUNAC, Tdh e o CMDCA. Isto significa o fortalecimento da identidade de Rede, a sua visibilidade dentro das organizações e uma maior integração entre elas.

Este aniversário foi diferente do anterior. Foi um dia de alegria, de confraternização e de festa. Pela manhã aconteceram atividades lúdicas, artístico-culturais e esportivas, através de oficinas com crianças e adolescentes de todas as organizações. Todos usavam camisas com a marca da Rede. À tarde, os resultados

das oficinas foram apresentados e foram anunciados os vencedores do concurso cultural. Para encerrar, no final da tarde, uma passeata alegre e animada parou o trânsito, recebendo uma boa receptividade da população, que participou de um pequeno show na Praça Deodoro.

Ainda falta muito para o GT de Marketing e Captação de Recursos atingir seus objetivos na Rede Amiga da Criança, como sensibilizar e mobilizar a sociedade para com a causa das crianças e dos adolescentes em situação de rua e garantir a sustentabilidade da articulação em longo prazo. Porém, passos largos e firmes já foram dados não só para possibilitar a visibilidade externa, mas também para melhorar a visibilidade e a identidade da Rede junto ao seu público prioritário: as crianças e os adolescentes atendidas pelos programas e projetos das organizações integrantes.

O GT de Criança, Adolescente e Família

O GT de Família teve origem no Primeiro Encontro Geral da Rede, realizado em março de 2000, quando se discutiam estratégias para o atendimento às famílias das crianças e adolescentes. Já o GT de Criança e Adolescente, foi criado em outubro deste mesmo ano. No início de 2001, entretanto, os dois GT's se juntaram, formando um único grupo de trabalho.

Inicialmente, a proposta era potencializar as iniciativas de ONG's e OG's que realizam apoio e acompanhamento psico-sócio-jurídico às famílias. Passaram a constituir o GT de Família a FUMCAS, a FUNAC e a Pastoral da Criança, visto que já desenvolviam trabalhos com família, com relativa articulação entre si. A FUNAC trabalharia com terapia familiar, a FUMCAS com orientação e acompanhamento psico-social e jurídico, e a Pastoral da Criança, com ações básicas de saúde para famílias com crianças de zero a seis anos e com terapia comunitária.

Com a Rede, a articulação entre as organizações que trabalham com famílias ficou mais fortalecida, mas ainda é necessário aprofundar a compreensão sobre elas (sobre os fatores no seu interior e exterior) que levam as crianças e adolescentes para as ruas, e sobre a direção do trabalho com as famílias. Cada organização tem a sua visão teórica e metodológica que orientam o seu trabalho, mas os objetivos são os mesmos: melhorar as condições de vida e as relações familiares para que elas possam ter condições de cuidar melhor dos seus filhos e filhas.

O GT de Família definiu como prioridade realizar um mapeamento das organizações que trabalham com famílias e investir na formação de seus profissionais que atuam diretamente com elas. No mapeamento, além das organizações que integravam a Rede naquele período, foi identificada apenas uma - a Amor Exigente -, que chegou a participar de algumas assembléias mas não se integrou à Rede. Atualmente, cinco programas de atendimento às famílias integram a Rede: os Projetos Quebrando o Silêncio e Caminhando com as Famílias e o Núcleo de Apoio à Família (NAF), da FUMCAS; a Unidade de Atenção à Família (UNAF), da FUNAC; e a Pastoral da Criança.

A formação dos educadores de família ficou na dependência da articulação entre o GT de Família e o de Formação, que não aconteceu devido à fragilidade na articulação entre os dois GT's e à inexistência de recursos para formação nessa temática. Assim, a formação ficou limitada a um seminário sobre Família, realizado pela FUNAC em parceria com a Associação Brasileira Terre des hommes - ABTH, que inicialmente iria atingir somente os técnicos da UNAF, mas acabou sendo aberto para os profissionais que trabalham com família nos projetos da FUMCAS.

Como parte do plano de formação da Rede, foi realizado em outubro de 2000, o Seminário "Prevenção e Identificação de Violência Intra-familiar", coordenado e assessorado por técnicos⁴⁴ da UNAF (FUNAC). Participaram deste evento os educadores de rua do Projeto Construindo Cidadãos (FUMCAS) e outros profissionais que trabalham com família no âmbito da Rede.

Outra iniciativa para a formação dos profissionais na área da família foi o Seminário sobre Família, realizado pela FUNAC, com foco nas questões da adoção, da família substituta e da desinstitucionalização da criança e do adolescente. Foi um evento aberto, do qual participaram educadores da Rede.

Desde o ano de 2000, o GT de Família se preocupava com as informações sobre o atendimento às famílias realizado pelas organizações da Rede. Tentou implantar um sistema de informações sobre este tipo de atendimento, através de uma ficha cadastral. A idéia era ter maior controle, identificar, quantificar, evitando a sobreposição de ações e potencializando a articulação, para garantir um atendimento mais qualificado. No entanto, a desarticulação do GT não permitiu que a idéia fosse colocada em prática, apesar de algumas iniciativas para a elaboração da ficha.

A desarticulação do GT de Família por um período considerável foi consequência de um conjunto de fatores: agenda lotada e acúmulo de atividades dos participantes nas organizações; o reduzido número de participantes do grupo; a falta de clareza sobre os objetivos e o papel do grupo na Rede; e a uma articulação incipiente das organizações que trabalham com família. Consequentemente, estes fatores influenciaram para que a temática família não se constituísse uma prioridade naquele período. Atualmente, o plano de formação contempla esta temática e a participação das famílias na Rede é considerada uma estratégia fundamental para a construção dos seus objetivos e resultados.

Quando foi criado o GT de Criança e Adolescente, o de Família continuava desarticulado, com inúmeras tentativas de rearticulação. Com as atividades de monitoramento, as pessoas perceberam que não haveria razão para a existência de dois GT's, visto que o trabalho com criança e adolescente não ocorre de forma separada do com as famílias. Com a junção dos dois GT's, o número de organizações foi ampliado, os interesses se diversificaram em vários focos, e o grupo de

⁴⁴ Os técnicos que assessoraram o seminário foram: Adriana Helena Tavares de Paiva Lobato, Maria Raimunda Oliveira, Irene Pereira Rolim e Cíntia Maria Urbano Rodrigues.

família não conseguiu garantir a discussão sobre a sua temática, perdendo o seu específico para as outras questões que apareciam como mais emergentes e prioritárias, como a questão da Cohab⁴⁵.

A criação do GT de Criança, Adolescente e Família ocorreu por uma necessidade de articular melhor o trabalho das organizações em torno do atendimento. Era necessário um grupo que discutisse as ações em torno das crianças e adolescentes e família, que registrasse informações e refletisse sobre o processo de execução das ações previstas.

Além disso, a situação da Cohab também influenciou a criação do GT, pela necessidade de construir alternativas. Esta situação refere-se ao crescente número de crianças e adolescentes em situação de rua no bairro. O problema foi agravado com a presença de adultos e de traficantes de drogas na área, que influenciam as crianças e os adolescentes, dificultam o trabalho dos educadores de rua e provocam reações negativas e preconceituosas da sociedade.

Os educadores de rua do Projeto Construindo Cidadãos sentiram-se limitados na sua intervenção e levaram a discussão para o GT e para o CMDCA. Foram indicadas algumas estratégias de intervenção em articulação com a Justiça, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública e com a própria comunidade, visando diminuir a incidência de traficantes e a utilização das crianças e adolescentes na área. Essas articulações continuaram por todo o período de 2000 e 2001.

Em 2002, a situação se agravou. O CMDCA realizou reuniões com o Juizado da Infância e da Juventude, com o Ministério Público e com a FUMCAS. Várias providências foram tomadas, mas não se alcançou resultados positivos. Uma das providências foi a aprovação da utilização de um recurso financeiro pelo CMDCA, originado da Companhia Vale do Rio Doce, para que a FUMCAS, como órgão gestor, operacionalizasse um projeto para jovens e adolescentes na área da Cohab, voltado para a construção de moradia e formação profissional. A FUMCAS conseguiu junto à Secretaria Municipal de Terras e Urbanismo (SEMTHURB) a doação de dez terrenos e está negociando a colaboração de engenheiros para orientar a construção de estruturas básicas de habitação, o que deverá ocorrer em forma de mutirão.

A questão da Cohab continua sendo um grande desafio a ser enfrentado, não só pela Rede, já que está diretamente ligado aos objetivos da articulação, mas também por outros segmentos da sociedade. A esperança é que as estratégias pensadas no novo planejamento possam ajudar a construir ações inovadoras e mais assertivas para superar este desafio.

⁴⁵ Área de maior incidência de crianças e adolescentes em situação de rua, com vivência cristalizada.

O GT de Criança, Adolescente e Família também vivenciou uma fase de desarticulação durante o ano de 2001 e 2002. Deveriam participar do grupo todas as organizações que fazem atendimento direto à crianças, adolescente e famílias, no entanto, apesar de ser definida uma periodicidade mensal, as reuniões eram reduzidas à participação de poucas pessoas. Isto dificultava o processo de discussão das questões e a realização dos monitoramentos.

O GT não interrompeu o seu funcionamento, mas não houve um momento coletivo para que o grupo aprofundasse uma idéia comum sobre o seu trabalho. As pessoas elaboravam suas idéias individualmente, mas não as socializavam. Isto demonstra que a experiência de trabalhar no coletivo é um aprendizado novo para as organizações.

Como é sabido, 2001 foi um ano de monitoramento também para o GT de Criança, Adolescente e Família. Apesar da reduzida participação, o GT conseguiu a maioria das informações sobre o processo de execução das ações planejadas, identificou problemas e dificuldades, e apontou sugestões de ajustes e correções para superar as dificuldades encontradas. Mas, no entanto, não conseguiu avançar na construção e viabilização de alternativas.

Nas atividades de monitoramento sempre aparecia como um sério problema a dificuldade no fluxo de atendimento de crianças e adolescentes entre as organizações da Rede. Nos anos 2000 e 2001 o fluxo era muito pequeno, de modo que a maioria dos encaminhamentos fluía melhor entre as organizações que já tinham relação de parceria anterior à articulação na Rede. As organizações recebiam maior demanda espontânea, do que aquelas originadas de atendimentos no interior da Rede. Além disso, o número de encaminhamentos para organizações que não participavam da Rede era maior que os encaminhamentos internos.

Em 2002, foi percebida uma melhora na quantidade de encaminhamentos, mas o fluxo não se tornou visível porque algumas organizações não utilizavam o instrumental da Rede, dificultando a sistematização das informações. Não estava claro para os componentes do GT que o espaço de discussão sobre o fluxo era o próprio GT, visto que ele se limitava, naquele período, a constatar sem analisar, sem compreender o problema e sem discutir estratégias para superá-lo.

Com a melhoria na capacidade de articulação do GT, algumas discussões foram realizadas e o problema do fluxo ficou mais claro: faltava maior conhecimento sobre as organizações, seus programas, seus projetos, profissionais, critérios de inserção, metodologia e atividades, dentre outras coisas. Era preciso melhorar a confiança e o respeito de cada organização com o trabalho das outras - faltava acreditar mais na idéia de que os diferentes programas podem se complementar e garantir um atendimento com maior qualidade às crianças e adolescentes.

Algumas estratégias foram pensadas pelo GT para incrementar o fluxo de atendimento, tais como: visitas dos técnicos às outras organizações, programas e

projetos, para ampliar o conhecimento e aprofundar as relações; monitoramento do fluxo de atendimento nas reuniões do GT, de modo a identificar problemas e propor alternativas; e cuidado para que o fluxo fosse fortalecido, não só na quantidade, mas também na qualidade do atendimento.

Um fato significativo em 2001 foi a realização do I Encontro de Crianças e Adolescentes da Rede Amiga da Criança, realizado em dezembro, no Circo Escola, com o lema “Paz e violência não se misturam”. Foi uma atividade voltada para a organização e para o incentivo ao protagonismo das crianças e dos adolescentes, onde eles tiveram oportunidade de se divertir, de aprender, trocar experiências e de obter mais conhecimentos sobre a Rede. Foi organizado com a participação de todas as entidades de atendimento que integram o GT Criança, Adolescente e Família.

Em 2002, a capacidade de articulação do GT foi fortalecida, ampliando consideravelmente a participação efetiva dos programas de atendimento nas reuniões. Com isso, o GT pôde organizar informações e subsídios sobre a realidade das crianças e adolescentes e sobre os resultados dos monitoramentos, visando contribuir com a auto-avaliação. Desta forma, o GT conseguiu avançar no novo planejamento, desenhando ações de caráter estratégico e fortes, na perspectiva de reverter as situações desafiadoras. Parte desse avanço pode ser atribuído às reflexões realizadas nas atividades de monitoramento do eixo, que aconteceu em abril e em setembro de 2002, com a assessoria de Françoise Correvon. A análise dos impactos da ação da Rede sobre as crianças, os adolescentes e as famílias, dos resultados alcançados e do processo de planejamento, monitoramento e redimensionamento das ações, possibilitou, no interior do GT, um nível maior de reflexão e de amadurecimento sobre o trabalho articulado em rede.

Outro elemento importante foi a descentralização da coordenação do GT Criança, Adolescente e Família, que a partir do início do segundo semestre de 2002 passou a contar com o apoio de dois articuladores⁴⁶. Eles assumiram a tarefa de mobilizar as outras pessoas dos programas e organizações de atendimento e de registrar as discussões e deliberações do GT. Essa colaboração tem possibilitado um novo ânimo e uma nova dinâmica ao GT.

Hoje o GT tem maior clareza do seu papel na Rede. É responsável pelo acompanhamento e monitoramento do atendimento. Deve subsidiar a Rede e o CMDCA com informações vindas das crianças, adolescentes e famílias para que a demanda possa ser compreendida e atendida, na perspectiva da formulação de políticas públicas. Poderá ajudar a Rede a definir a direção, objetivos e público dos projetos articulados, para que estes possam atender às necessidades das crianças, dos adolescentes e das famílias.

⁴⁶ Passaram a colaborar com a coordenadora do GT, Luis Alfredo Lima, do Lar D. Calábria e Benigna Almeida, da FUNAC.



5

**A EDUCAÇÃO DE RUA E
O SISTEMA CRIANÇA-RUA**

E

m São Luís, a educação de rua, como estratégia político-pedagógica de trabalho direto com crianças e adolescentes em situação de rua e no espaço das ruas, foi iniciada com a experiência do Projeto Estrela da Rua.

O percurso da experiência da educação de rua desenvolvida em São Luís, do Projeto Estrela da Rua até a articulação da Rede Amiga da Criança, pode ser compreendido com três fases diferentes e complementares: a primeira foi referente ao próprio Estrela da Rua, onde a educação de rua era desenvolvida por educadores vinculados à Casa João e Maria; a segunda foi referente ao Projeto Construindo Cidadãos, idealizado e coordenado pela FUNAC e pela Fundação Criança Cidadã - FCC⁴⁷; a terceira fase diz respeito ao Projeto Construindo Cidadãos agora desenvolvido somente pela FUMCAS, que a partir do ano 2000 passou a integrar a Rede Amiga da Criança.

Vale esclarecer que o Projeto Construindo Cidadãos surgiu graças à iniciativa do CMDCA, que em 1996 propôs às organizações governamentais do Estado e Município - FUNAC e FUMCAS - que definissem ações articuladas de intervenção nas ruas, pois após o fim do Estrela da Rua, a situação agravou-se e a sociedade cobrou respostas.

A Educação de Rua do Projeto Estrela da Rua

No período do Projeto Estrela da Rua, a educação de rua era realizada junto à crianças e adolescentes que apresentavam basicamente duas situações: os “cristalizados” e os “trabalhadores”. Na época, estas duas situações eram identificadas como “meninos **de** rua” e “meninos **na** rua”. Os cristalizados eram os “**de** rua”; os trabalhadores eram os “**na** rua”. Entre os dois grupos havia muita rivalidade, brigas e disputas por espaço. Os trabalhadores não aceitavam ser identificados como “meninos de rua”. Eles se consideravam superiores. Tal sentimento é fruto do estigma que é posto à criança e ao adolescente em situação de rua.

Os considerados cristalizados tinham vínculos familiares muito fragilizados ou até mesmo rompidos. Dormiam, comiam, brincavam, e viviam diretamente nas

⁴⁷ A Fundação Municipal de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – Criança Cidadão – FCC, da Prefeitura Municipal de São Luís, a partir de 30 de dezembro de 1998, com a descentralização da Política de Assistência Social – FUMCAS é foi reestruturada e se transformou na Fundação Municipal da Criança e da Assistência Social (FUMCAS) vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

ruas. Moravam debaixo de pontes, no “inferninho” do Portinho, na “gruta” (galeria do sistema de águas e esgotos, localizada na Rua do Alecrim) e em prédios abandonados como o do Oscar Frota. A Praça Deodoro, a Rua Grande e vizinhanças eram áreas que eles frequentavam. Eles usavam drogas, mendigavam, perambulavam, envolviam-se com a prostituição e eram explorados sexualmente, faziam pequenos furtos ou “ganhos”.

As crianças e adolescentes considerados “trabalhadores” eram os pequenos vendedores de amendoim e de outras mercadorias, e os engraxates do Terminal Rodoviário, oriundos principalmente do município de Santa Inês. Durante o dia trabalhavam e à noite tinham espaços para dormir em quatinhos ou na Rodoviária. Alguns voltavam para casa nos finais de semana porque seus vínculos familiares estavam fragilizados, mas não totalmente rompidos.

As atividades realizadas pelos educadores de rua com as crianças e os adolescentes eram de dois tipos: as realizadas no espaço da rua, como recreação, jogos e algumas oficinas e as realizadas em locais delimitados, como o Lar D. Calábria e os dois espaços da Casa João e Maria (Rua da Saúde e Rua da Palma). Na casa da Rua da Saúde eram realizadas oficinas de capoeira, percussão, dança e alfabetização. Na casa da Rua da Palma, onde hoje funciona o MNMMR, eram realizados cursos de caráter profissionalizante, como os de bijuterias, de crochê e de corte e costura.

O objetivo da educação de rua realizada pelo Estrela da Rua era abreviar ao máximo possível a permanência da criança na rua. Na abordagem e no processo pedagógico do educador no cotidiano das ruas, a sua força era a linguagem. Através da sua fala, o educador se aproximava, conhecia a história de vida do menino ou da menina, dialogava, conversava, orientava e conquistava a sua confiança, tornando-se uma referência positiva para eles.

O diálogo era um elemento metodológico fundamental porque através dele se descobria a realidade da criança e adolescente e sua história de vida e, ao mesmo tempo, tinha um caráter educativo. Mas tudo isto dependia do momento, da situação, da individualidade, do jeito, da abertura e do querer de cada criança ou adolescente. A diversidade de situações vivenciadas por cada um nas ruas exigia dos educadores formas diferentes de abordagem e diálogo.

A metodologia que orientava o processo educativo dos educadores de rua com as crianças e os adolescentes era a chamada Pedagogia do Desejo, trabalhada pelo Projeto Axé, em Salvador. Acreditava-se que a criança em situação de rua tinha um potencial que era possível de ser trabalhado. O educador trabalhava esses potenciais através do diálogo, onde a sua fala e a fala da criança ou do adolescente formavam o fio condutor do processo educativo.

A educação de rua era uma espécie de ponte entre a rua e o seu retorno para a convivência familiar. Para isso, era fundamental para o educador tornar-se uma referência positiva na vida da criança e do adolescente, fazendo o contra

ponto à referência negativa que era vivenciada no espaço das ruas, de abandono, de violência e de exclusão.

A Pedagogia do Desejo comportava três fases complementares: a paquera, o namoro e o casamento. A paquera era um primeiro momento, de aproximação, abordagem e contatos iniciais. O namoro era a fase do diálogo, da conquista, era quando a criança e adolescente reconhecia o interesse do educador, se sentia seguro com ele e começava a adquirir confiança. O casamento era uma fase mais avançada, quando a criança e adolescente expressava o desejo de sair das ruas e passava a frequentar a Casa de João e Maria, se inseria nas atividades e era orientado e acompanhado de forma sistemática pelos profissionais do Projeto.

Nesta metodologia o aspecto considerado mais positivo para o sucesso da experiência era a transformação do educador em referência para as crianças e os adolescentes. Os educadores se tornavam aliados, um “porto seguro”, um apoio e proteção nas situações mais difíceis. Até hoje os educadores do Projeto Estrela da Rua vivenciam exemplos da sua força positiva junto aos meninos, -hoje adultos - com os quais trabalhavam naquele período.

A Casa João e Maria era a retaguarda principal da educação de rua e quando as crianças e adolescentes chegavam lá havia uma continuidade do trabalho. Isto acontecia porque havia uma troca forte e constante entre os educadores de rua e aqueles que faziam o atendimento interno. Tanto as discussões do cotidiano da prática, quanto as atividades de formação, eram desenvolvidas conjuntamente, visando um trabalho integrado.

Por conta da realidade de extrema violência vivenciada pelas crianças e pelos adolescentes no período do Estrela da Rua e pelo fato de o ECA ser recente e praticamente desconhecido, os educadores utilizavam muito esta lei como instrumento de defesa nas situações-limite da rua. Com isso, as crianças e os adolescentes incorporaram facilmente os seus direitos, mas os deveres e as responsabilidades não foram bem trabalhados. Faltou fazê-los compreender os limites, à exceção do não uso de drogas, quando estavam em atividades com os educadores.

Apesar do conhecimento da história e do processo educativo desenvolvido com cada criança e adolescente, o projeto não tinha um instrumento que permitisse a sistematização do acompanhamento de cada caso atendido.

Além da Pedagogia do Desejo, os educadores de rua orientavam-se pelos fundamentos teóricos da educação popular. A idéia central na época era “aprender fazendo”, ou seja, realizar a prática, refletir sobre ela, estudar, buscar aprofundamentos para reorientar o trabalho e voltar novamente à prática de uma forma renovada e mais coerente.

Fazia parte da formação as reuniões semanais da educação de rua. Alternadamente, uma semana era de estudo, com textos ou com ajuda de algum assessor externo e a outra era de discussão sobre a vivência da educação de rua, a partir das situações limites ou dificuldades encontradas pelos educadores. As duas for-

mas de reuniões complementavam-se e fortaleciam a qualidade do trabalho e do compromisso dos educadores.

O processo de formação dos educadores de rua era baseado nas necessidades que os mesmos sentiam no trabalho feito nas ruas. Durante o Estrela da Rua foi realizado um curso de formação básica, com cinco módulos sistemáticos e inter módulos, com assessoria de profissionais ligados ao MNMMR.

A Educação de Rua do Projeto Construindo Cidadãos

A retomada da educação de rua ocorreu no final de 1996, após três anos do término do Projeto Estrela da Rua, com o Projeto Construindo Cidadão, articulado e coordenado pela FUNAC e pela FCC.

No início do ano de 1997, as crianças e os adolescentes que se concentravam no centro da cidade de São Luís se deslocaram para os bairros, principalmente para a área da Cohab e dos semáforos. Algumas razões podem explicar este fato: o fechamento da Casa João e Maria; a reestruturação da área do Projeto Reviver como pólo turístico, com uma atuação mais ostensiva da polícia; e a busca de alternativas de sobrevivência através da limpeza dos pára-brisas dos carros, da mendicância e do comércio informal.

Além disso, o crescimento da área comercial da Cohab ampliou as possibilidades para que a mesma passasse a funcionar como o portão de entrada da cidade. Pela proximidade da Rodoviária, tornou-se local de concentração de crianças e adolescentes em diversas situações de rua, alguns oriundos de outros municípios e estados. Junto a estas crianças, permaneciam também muitos jovens. E por conta destas questões, o projeto reorientou sua área de atuação e as situações trabalhadas, passando a atender também os jovens - a maioria sem nenhuma assistência devido a essa faixa etária ser geralmente excluída dos projetos de proteção e promoção social. Foram realizados encontros e seminários visando a sensibilização e motivação dos jovens para a construção de um projeto de reestruturação de vida. Uma das alternativas oferecidas era a participação em programas de geração de trabalho e renda.

As principais atividades desenvolvidas pelos educadores de rua com as crianças e os adolescente era a abordagem individual, a identificação, o conhecimento das suas histórias particulares e o encaminhamento para as retaguardas, para as atividades sócio-educativas e para os encontros de organização. Além disso, havia todo um trabalho para garantir o retorno ao local de origem daqueles oriundos de outras cidades ou estados.

Para dar suporte ao trabalho nas ruas, os educadores realizavam visitas às organizações de retaguarda e faziam o acompanhamento dos casos de crianças e adolescentes anteriormente encaminhados. Além disso, participavam de um processo de avaliação das ações da educação de rua e elaboravam relatórios. A participação dos educadores nas atividades de formação era basilar para o trabalho

porém, neste período, não havia um plano que orientasse o processo educativo. As capacitações, apesar de partirem das necessidades da educação de rua, eram pontuais, sem continuidade ou sistematicidade.

Neste período, os objetivos da educação de rua continuavam os mesmos: contribuir para a saída de crianças e adolescentes das ruas. A partir dos direitos estabelecidos na Constituição Federal e no ECA, os educadores investiam para que as crianças e os adolescentes compreendessem a sua situação de vulnerabilidade no espaço das ruas e contribuíam para que eles pudessem ter acesso à cidadania. A motivação das crianças e dos adolescentes para a saída das ruas era favorecida pelo trabalho com as famílias. Os educadores funcionavam como estimuladores do relacionamento entre as crianças e os adolescentes em situação de rua e suas famílias. Escutavam seus sonhos e desejos, e os motivavam para o retorno à escola, para ter uma profissão e para o retorno à família.

A educação de rua continuava com a orientação da Pedagogia do Desejo, mas não tinha o mesmo rigor metodológico com a discussão da prática e com a formação - estava implícita como um conhecimento já acumulado. Diferente do Estrela da Rua, a situação das crianças e adolescentes não era mais compreendida de forma individual, mas como parte de um contexto familiar e comunitário. A partir daí foi iniciado o trabalho de inserção e reinserção familiar, que começava com um conhecimento mais aprofundado da história de cada criança ou adolescente. No diálogo cotidiano, os educadores passaram a enfatizar a importância do referencial da família para a criança e o adolescente, independente das condições de afetividade e sociabilidade que ela apresentasse no período.

A presença constante dos educadores em áreas determinadas contribuiu muito para a construção de sua referência, para o conhecimento da história das crianças e adolescentes e para a reinserção familiar. Nesta dinâmica, também foi muito positivo o registro sistemático da história das crianças e dos adolescentes e do trabalho de orientação e acompanhamento desenvolvido pelos educadores. Isso contribuía significativamente para o sucesso do trabalho, inclusive para a reinserção familiar.

Porém, a ansiedade pela saída das crianças e adolescentes das ruas e pelo seu retorno para a família, sem um necessário processo de formação sobre a temática "Família", gerou fragilidades na condução dos trabalhos. Algumas reinserções foram equivocadas e/ou inconsistentes e não criavam novas condições que permitissem a permanência da criança ou do adolescente na família. Assim, algumas crianças e adolescentes voltavam para o espaço das ruas e a retomada do trabalho educativo não tinha, para eles, a mesma credibilidade.

Os fundamentos teóricos que orientavam a educação de rua nesta fase do projeto eram os ensinamentos de Paulo Freire sobre a educação popular (identificada como educação alternativa) e a pedagogia construtivista com base em Emília Ferreira. Outra contribuição foi do educador russo Anton Semionóvitch Maka-

renko, um dos primeiros a trabalhar com adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais. Ele enfatizou a importância dos limites e da compreensão da história de vida dos adolescentes no processo pedagógico.

A partir de 1997 e até o início de 1999, o Projeto Construindo Cidadãos passou por uma fase bastante distinta da primeira. O mesmo projeto, para o mesmo público e com os mesmos objetivos e metodologias, funcionava como dois projetos isolados. Eram duas coordenações - uma da FUMCAS e outra da FUNAC - e dois grupos de educadores desenvolvendo trabalhos de educação de rua em áreas de intervenção diferenciadas.

Nesta etapa, a reduzida equipe de educadores deparou-se com o desafio de dar cobertura às várias áreas de concentração de crianças e adolescentes em situação de rua, principalmente para atender as situações emergenciais, que exigiam ações mais imediatas, funcionando como “bombeiros”.

As crianças e adolescentes atendidas apresentavam uma situação de rua caracterizada como “pequenos trabalhadores e pedintes”. Eram engraxates, flanelinhas, vendedores de *suquinhas*, picolés, bombons e sacolas nas feiras. Além destas atividades, muitos eram pedintes nas vias públicas (principalmente nos sinais de trânsito), perambulantes e usuários de drogas.

As crianças e adolescentes se concentravam principalmente na Alemanha e na área da Cohab (na feira tradicional, na feira livre, na Igreja Católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e nos semáforos). Frequentavam e permaneciam também nos semáforos da Alemanha, da REFESA e do São Cristóvão, na Praça da Bíblia, no Marcos Center (Renascença), na Praça Deodoro, no Mercado Central e na Praia Grande (na área do Projeto Reviver).

Eram nestes espaços que os educadores abordavam as crianças e adolescentes, objetivando contribuir para a saída deles da rua e para o retorno às famílias. Era imprescindível conhecer a realidade, a família e a história das crianças e adolescentes, para contribuir com a construção de um processo de mudança qualitativa na suas vidas.

Na construção deste processo, as atividades dos educadores de rua eram diversificadas: abordavam, orientavam, acompanhavam, realizavam jogos educativos, algumas oficinas, passeios culturais, encontros sobre protagonismo e em datas comemorativas com as crianças, adolescentes e suas famílias. Realizavam também encaminhamentos para as instituições de retaguarda.

O projeto não tinha educadores de família, mas a educação de rua não isolava as crianças e adolescentes do seu contexto familiar. Embora com fragilidades de caráter teórico-metodológico, os educadores realizavam visitas domiciliares, de orientação e acompanhamento.

No registro do trabalho eram utilizados instrumentais como a ficha de

identificação individual de crianças e adolescentes, fichas das famílias e ficha de encaminhamentos. Além disso, os educadores faziam o registro diário dos fatos relevantes no Livro de Área, além de relatórios periódicos.

Neste período, não havia uma capacitação específica que ajudasse a repensar a prática cotidiana da educação de rua. Os educadores da FUMCAS participavam de eventos gerais de formação promovidos pela própria instituição, sem conteúdos diretamente relacionados com as crianças e adolescentes em situação de rua ou com o trabalho do educador social de rua.

A Educação de Rua do Projeto Construindo Cidadãos, a partir da Rede Amiga da Criança

Em março de 2000, quando foram iniciadas as primeiras articulações das organizações da área da criança e do adolescente que resultariam na criação da Rede Amiga da Criança, o CMDCA promoveu um seminário para discutir as diretrizes para aplicação dos recursos do FMCA. Neste evento, foi definido que os recursos do FMCA, prioritariamente, seriam aplicadas nas ações direcionadas às crianças e adolescentes em situação de rua, em São Luís. Dentre estas ações, a educação de rua foi definida como uma das estratégias principais de intervenção.

Na seqüência, foi definido que a educação de rua seria responsabilidade de apenas uma organização - a FUMCAS -, através do Projeto Construindo Cidadãos, ficando a FUNAC com a responsabilidade do trabalho com as famílias, aplicação de medidas sócio-educativas, dentre outros. A partir desta definição, foi realizado um processo seletivo coordenado pelo GT de Seleção da articulação inicial da Rede Amiga da Criança, para ampliar o quadro de educadores do projeto. Depois, foi firmado um convênio entre FUMCAS e a Tdh para potencializar o trabalho de educação de rua.

Os fatos acima demarcaram uma nova etapa do Construindo Cidadão, porque a partir deles o projeto passou a integrar a Rede e a educação de rua ganhou grande relevância, como ação significativa e estratégica para a missão e para a finalidade da Rede.

A experiência da Tdh em Fortaleza, com a Associação Curumins, trouxe para as organizações da Rede a idéia de complementar a educação de rua com ações específicas de outros educadores, como os oficinairos e os educadores de família. Com isso, no processo de seleção promovido pela Rede, além de mais quatro educadores sociais de rua foram selecionados também dois oficinairos (de futebol e de grafite) e dois educadores de família.

Estas inovações na educação de rua, aliadas à parceria estabelecida no Convênio da Tdh com a FUMCAS, contribuíram consideravelmente para a valorização do educador de rua, para a elevação da sua auto-estima e para a melhor definição do seu papel. A ampliação do número de educadores, a melhoria do salário, a formação continuada e o planejamento e monitoramento sistemáticos, com as-

essoria específica, representaram um reconhecimento do seu trabalho. Com isso, foi possível definir com maior clareza o papel dos educadores de rua, de família e dos oficinairos, permitindo maior segurança na condução do processo educativo.

Os educadores de família desenvolvem um trabalho de parceria com os educadores de rua e com os oficinairos, mas seu foco principal são as famílias das crianças e adolescentes em situação de rua. Os educadores de famílias se aproximam das famílias para conhecê-las e estimulá-las, para que elas descubram suas necessidades, seus desejos e potencialidades, possam ter acesso aos programas especializados e, através deles, supram suas necessidades. Assim, a educação de família não basta, ela é apenas mais um espaço de intermediação. A educação de rua também não basta, ela precisa da retaguarda dos programas de atendimento.

Após a seleção dos novos educadores, realizada no final de maio de 2000, ocorreu o processo de inserção dos mesmos no projeto, tendo como base a formação. Parte desta formação foi realizada através de visitas para conhecimento da experiência da Associação Curumins, em Fortaleza. O grupo foi organizado em três equipes, cada uma composta por educadores com experiência no Projeto e por novatos. A primeira equipe viajou em junho e as outras duas em agosto.

Através desta visita, os educadores do “Construindo” tiveram o primeiro contato com a metodologia do Sistema Criança-Rua, que orienta o trabalho dos educadores da Associação Curumins. A intenção era conhecer de perto a experiência para utilizar a mesma metodologia em São Luís. Observaram a forma de organização do trabalho, as abordagens, os estudos de casos, a elaboração das fichas-coleta, das fichas-sistema, etc.

Antes da visita dos educadores, a assessora técnica do Projeto Construindo Cidadão, Zulene Marques da Silva, e a coordenadora, Marta Maria Andrade, visitaram a mesma experiência na ocasião de um seminário sobre o Sistema Criança-Rua, em que Daniel Stoecklin, estava assessorando Curumins.. Nesta ocasião conheceram a dinâmica da experiência, visitaram as áreas e se reuniram com as coordenações, com os educadores de rua, de família e com oficinairos.

Os educadores de família aprenderam muito com a experiência de Fortaleza, a exemplo das abordagens familiares, da compreensão do genograma, dos estudos de casos, do acúmulo teórico, dentre outras coisas. Destacaram também o trabalho da equipe interdisciplinar, composta por psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e pedagogos. E compreenderam, sobretudo, a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a temática da família para subsidiar as discussões sobre a prática, como processo constante de aprendizado e de renovação.

Outro aprendizado para os educadores de família - considerado fundamental - foi a necessária conexão/articulação entre a educação de rua e a educação de família. Para garantir esta relação, os educadores de família perceberam a necessidade de compreender o Sistema Criança-Rua e de trabalhar com os educadores de rua na elaboração das fichas-coleta e das fichas-sistema.

Como parte da formação para a inserção no trabalho da educação de rua, no início de junho de 2000, os educadores do “Construindo” e de outras organizações da retaguarda participaram de uma oficina sobre os princípios metodológicos da educação de rua, com base no Sistema Criança-Rua, com assessoria de Daniel Stöecklin. Na ocasião, os educadores participaram de exercícios teóricos e práticos, inclusive utilizando instrumentais dessa nova metodologia, ou seja, as fichas coleta e sistêmicas.

Neste intenso processo de formação, os educadores vivenciaram também um curso sobre Pedagogia Social de Rua, promovido pela FUMCAS, cujos fundamentos teóricos são os princípios da teoria e da metodologia da educação popular. A assessoria foi da professora Denise Bastos, do Núcleo de Trabalho Comunitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Antes de iniciar as atividades diretamente nas ruas, os novos educadores participaram de estudos e discussões coletivas. Acompanhados dos outros mais experientes no Projeto, conheceram as áreas de concentração, a situação das crianças e dos adolescentes e a dinâmica das ruas, para criar condições de conduzir o trabalho com maior autonomia e clareza metodológica.

Além das atividades de formação próprias do processo de inserção, o grupo de educadores participou do Curso de Formação Básica de Educadores para Educação de Rua, da Rede Amiga da Criança, coordenado pelo GT de Formação, no período de maio a dezembro de 2000.

Este curso contribuiu bastante para a educação de rua, porque ampliou o universo de conhecimento, permitindo compreender melhor as causas que levam crianças e adolescentes a vivenciarem situações de rua. Ajudou a quebrar preconceitos e a repensar a relação educador e educando, na medida em que possibilitou a cada educador se auto compreender como profissional e como pessoa. Isto porque cada educador, ao possibilitar a mudança na vida de uma criança ou de um adolescente, também deve ser capaz de mudar a si próprio.

Os educadores de família também participaram de uma formação específica. Inicialmente, aconteceu o Seminário sobre Família, promovida pela FUNAC, em julho de 2000. Depois, participaram do “Curso de profissionalização: entendimento das relações familiares”, promovido pela Vivência Consultoria e Clínica de Terapia de Família e de Casal, por um período de seis meses, visando a potencialização do trabalho com famílias dentro da educação de rua.

Em meados de julho de 2000, na atividade de planejamento da educação de rua, como forma de alterar a realidade das crianças e adolescentes, os educadores construíram resultados estratégicos a serem alcançados durante o período de julho de 2000 a dezembro de 2002. Ao final deste período, os educadores do “Construindo” e a Rede Amiga da Criança assumiram o desafio de, através do resultado do seu trabalho, reduzir a incidência de crianças e adolescentes nas ruas de São Luís.

Os resultados previstos no planejamento da educação de rua foram construídos através da realização de ações organizadas em blocos por resultados e direcionadas para duas vertentes principais: crianças e adolescentes em situação de rua e famílias. As ações previstas foram realizadas pelos educadores de rua, de família, oficinairos e pela coordenação do projeto de forma coesa e articulada e de acordo com um cronograma.

Na sequência, foi definido também um sistema de monitoramento e avaliação do plano da educação de rua. Semanalmente, a equipe de educadores avalia as ações desenvolvidas e elabora uma nova programação semanal. Trimestralmente, todo o grupo socializa o trabalho realizado e analisa os resultados obtidos, com assessoria de Françoise Correvon. Em todos eles, foi utilizado como instrumento metodológico o SEPO, ou seja, a análise dos sucessos, dos erros, (fraquezas e dificuldades), das potencialidades e dos obstáculos.

Nas atividades de monitoramento, as análises avaliativas são realizadas por eixo do plano. Depois das discussões, são identificados os elementos considerados problemas, ou seja, os mais fortes dentre os erros, fraquezas e dificuldades. A partir deles são elaboradas estratégias de solução, o desenho das ações necessárias para alcançá-los e o cronograma com previsão de prazos, responsáveis e recursos. Desta forma, a cada monitoramento o grupo do “Construindo” teve a oportunidade de auto-avaliar a condução da educação de rua e repensar a sua prática, na perspectiva dos resultados traçados coletivamente.

De acordo com as necessidades dos educadores e com a dinâmica vivenciada pelas crianças e adolescentes no espaço das ruas, as atividades de monitoramento contemplaram também outras discussões. No monitoramento de outubro de 2000 foram abordados elementos sobre a auto-avaliação e sobre as atribuições, competências e tarefas principais dos profissionais envolvidos no projeto: assessores, coordenadores, educadores de rua, de família e oficinairos.

No monitoramento de janeiro de 2001 foram discutidas mudanças na atuação dos educadores nas áreas de concentração de crianças e adolescentes em situação de rua: São Francisco – Renascença, Cohab, Centro, Távola Center (Areinha), Alemanha e Deodoro. Além disso, os educadores avaliaram a metodologia do Sistema Criança – Rua no trabalho de educação de rua, destacando sucessos e dificuldades.

Em abril de 2001, o monitoramento da educação de rua foi diferenciado dos anteriores, pois contou com participação de crianças e adolescentes, o que o enriqueceu. O instrumento SEPO foi utilizado para analisar os sucessos, dificuldades e potencialidades, não apenas do ponto de vista dos educadores, mas também das crianças, dos adolescentes e das suas famílias.

O terceiro monitoramento da educação de rua, como o de todo o planejamento estratégico da Rede Amiga da Criança, foi relativo ao período de julho a dezembro de 2001. A razão para isto foi o acúmulo de atividades das organizações integrantes da Rede, o que provocou a indisponibilidade de tempo para os profissionais realizarem mais uma atividade de monitoramento.

Durante a realização das atividades previstas, muitas dificuldades foram identificadas, porém ficaram mais evidenciadas nas discussões de cada monitoramento. No eixo Criança e Adolescente em Situação de Rua, as dificuldades principais foram a descontinuidade no manejo das relações educador-criança entre a educação de rua e as retaguardas; a falta de especificidade das ações em determinadas áreas; a não potencialização de crianças e adolescentes para apoiar os educadores nas áreas; a intervenção de adultos de rua; o despreparo de algumas retaguardas para receber crianças e adolescentes encaminhadas; a não priorização do número de vagas e da inserção de crianças e adolescentes em situação de rua nos programas e projetos da FUMCAS e a mudança contínua de criança e adolescente nas áreas.

Acrescentam-se a estas dificuldades o fato de que a maioria das crianças e adolescentes inseridas em programas como Bolsa-Escola continua frequentando as ruas. Apesar das ações do projeto voltadas para as famílias, parte das crianças e adolescentes são responsáveis pelo sustento familiar e, mesmo com bolsa incentivo de alguns programas, como o da Bolsa-Escola, são submetidos à exploração do trabalho infantil, e muitas vezes incentivado pela própria família. Isto demonstra a necessidade de intensificar e qualificar o trabalho com as famílias, para possibilitar que a criança, ao ter acesso aos programas, possa ser respeitada no seu direito de ser criança, inclusive pela família.

Os obstáculos principais para a ação dos educadores no espaço das ruas, durante todo o primeiro ano de execução do planejamento, tem sido o uso abusivo de drogas por crianças e adolescentes, especialmente na área da Cohab e da Praça Deodoro. A situação se agrava mais ainda porque as famílias têm dificuldades de aceitar as suas crianças como dependentes de drogas. Ao mesmo tempo, os educadores não têm capacitação específica para trabalhar com usuários de drogas e suas famílias.

Apesar das dificuldades, alguns sucessos são notórios na educação de rua: os educadores utilizam a metodologia do Sistema Criança-Rua nas abordagens individuais e grupais e se constituem em referências positivas para crianças e adolescentes; a identificação de atores e instituições na área da Cohab, Areinha e São Francisco para apoiar o trabalho da educação de rua; a permanência constante de educadores nas áreas e a identificação e preparação de crianças e adolescentes para apoiar o trabalho; a articulação com atores e entidades para utilização de novos espaços e serviços e a realização de oficinas artísticas, culturais, esportivas e de lazer.

No eixo Família, as dificuldades identificadas no monitoramento de outubro apontaram que os educadores de família ainda não eram referência para muitas famílias. Uma das causas era que o número de educadores de família no período era insuficiente para atender a demanda. Para solucionar este problema, foi definida a seleção e contratação de mais quatro educadores de família, sendo dois assistentes sociais e dois psicólogos.

Já no monitoramento de janeiro, o trabalho com as famílias apresentou um considerável avanço. Os educadores passaram a ser referência positiva para as famílias de crianças e adolescentes. Houve uma maior sensibilização e mobilização das famílias acompanhadas, inclusive com massiva participação nos encontros temáticos e integrativos, junto com as crianças e adolescentes. Na área do Coroadinho ocorreu uma articulação e mobilização das famílias e da comunidade sobre a problemática das crianças e adolescentes em situação de rua.

A intensificação do trabalho com as famílias garantiu os sucessos acima mas, ao mesmo tempo, permitiu evidenciar novas necessidades ou dificuldades como a ausência de articulação interna e externa com as retaguardas para assegurar a inserção de crianças, adolescentes e famílias nos projetos e programas e a falta de uma política de geração de renda e de atendimento emergenciais às famílias. Porém, os problemas e dificuldades iniciais do eixo Família não foram suficientes para impedir o avanço na construção dos resultados desejados. Ainda falta muito, mas os resultados foram considerados satisfatórios.

Outro eixo do plano da educação de rua é referente à visibilidade da ação perante a sociedade e o governo. Apesar de as ações planejadas não garantirem a visibilidade, o papel do educador social de rua foi mais reconhecido nas comunidades e na sociedade, inclusive com a percepção da redução de criança e adolescente em alguns semáforos.

Contribuíram para este avanço a realização sistemática de atividades artísticas, desportivas e culturais nas ruas; as ações interativas entre crianças, adolescentes e transeuntes; o apoio de atores da comunidade nas atividades desenvolvidas pelos educadores e oficinairos; a identificação dos educadores através do uso das camisas com a marca do projeto e a divulgação nos meios de comunicação. Como destaque, o trabalho da educação de rua da área do Jaracati foi divulgado em um programa nacional de televisão, o Ação e Cidadania, da TV Globo, com a participação de crianças, adolescentes e transeuntes, onde foi evidenciado o trabalho do Circo - Escola, Projeto da FUMCAS, integrante da Rede.

O Sistema Criança - Rua no Projeto Construindo Cidadãos⁴⁸

O Sistema Criança-Rua (SCR) é um modelo sistêmico composto por oito dimensões: espaço, tempo, socialização, sociabilidade, dinâmica, identidade, motivação e gênero. Elas são campos de observação para registro de informações e se concentram na própria percepção da criança ou do adolescente. O Sistema é uma ferramenta que ajuda o educador a apreender a realidade da criança ou do adolescente e se aproximar de sua subjetividade **a partir de sua fala**. A criança se posiciona frente a seu entorno e às pessoas com quem se relaciona, permitindo que se entenda a sua maneira peculiar de viver a rua. Compreender o sujeito, nesse caso a criança e o adolescente em situação de rua, é indispensável para qualquer ação educativa

Esse modelo sistêmico é oriundo de quatro anos de pesquisas sobre crianças e adolescentes em situação de rua desenvolvidas pelo professor Riccardo Lucchini, Presidente do Departamento de Sociologia da Universidade de Fribourg/Suíça e está em processo de adaptação pela Fondation Terre des hommes, através do Dr. Daniel Stoecklin, para a prática nos projetos.

O SCR utiliza como instrumento facilitador duas fichas: uma ficha coleta, que como o seu nome indica, serve para coletar a fala da criança; e uma ficha sistema, que é a análise da coleta, objetivando obter um retrato da criança ou do adolescente e assim traçar estratégias de encaminhamento. Portanto, não se limita ao uso das fichas⁴⁹.

O SCR serve para:

- Conhecer a criança, entender suas necessidades e competências⁵⁰, elaborar estratégias (criança e educador em conjunto) e promover sua autonomia;
- Ajudar na construção de ações que possam responder às necessidades e competências de crianças e adolescentes;
- Permitir que crianças e adolescentes exerçam suas competências em atividades educativas a um grau igual ou superior às adquiridas na rua ou em outro espaço;
- Diferenciar o olhar do educador sobre crianças e adolescentes, entendendo a suas motivações subjetivas, o sentido que eles mesmos atribuem a seus atos, seus comportamentos, suas relações;
- Apreender as estratégias que crianças e adolescentes desenvolvem, ou não, para contornar a violência que estão vivendo (grau de competência),
- Sistematizar as informações obtidas a partir da fala de crianças e adolescentes,

⁴⁸ Texto produzido por Françoise Correvon, Socióloga, Assessora Pedagógica da Fondation Terre des hommes – projetos Brasil e Claudia Gouveia, Antropóloga, colaboradora de Terre des hommes, projeto São Luís.

⁴⁹ As fichas coletas e sistema são anexos deste livro.

⁵⁰ Como competências entende-se a capacidade cognitiva, simbólica, de abstração e de elaboração de estratégias para os atos que são desenvolvidos e para a obtenção dos resultados desejados.

- Acompanhar o desenvolvimento de crianças e adolescentes nos projetos.

Chegando em São Luís para somar esforços com as instituições que trabalham na área da infância, Terre des hommes propôs o repasse do método com uma formação continuada, visando potencializar inicialmente a abordagem de rua.

O SCR foi apresentado na Rede Amiga da Criança em junho de 2000, através de um momento formativo assessorado por Daniel Stoecklin. Foi uma formação intensiva, de cinco dias, que reuniu nove organizações que trabalham diretamente com as crianças, incluindo todos os educadores sociais de rua do Projeto Construindo Cidadão da FUMCAS, e representantes do CMDCA e dos Conselhos Tutelares.

“A apresentação do Sistema Criança/Rua foi um momento significativo, porque nascia ali uma dinâmica de trabalho para a equipe do “Construindo Cidadãos”. Ele trouxe a importância da sistematização das falas das crianças e dos adolescentes, cada criança na sua individualidade, e leva o educador a valorizar suas competências e potencialidades. Antes a gente já tinha um pouco esse olhar sobre a criança, mas o Sistema Criança-Rua, penso eu, também vem nos dar maior amplitude nesse olhar...”.
(Eliane Silva - Educadora Social)

No segundo semestre de 2000, a equipe do Construindo Cidadãos viajou para Fortaleza com o objetivo de conhecer a experiência da Associação Curumins, cujo método SCR já orientava o trabalho há um ano e apresentava resultados positivos. Para os educadores sociais de rua e oficinairos, a viagem a Fortaleza reforçou a perspectiva de melhoria no desempenho do trabalho.

“... deu para a gente ver o sistema como um todo, não só o instrumental. O sistema, por exemplo, facilita a questão das abordagens. Para mim, antes de entrar eu pensava:, o mais difícil é chegar no menino, e depois não, eu vi que foi o mais fácil, conversar com as crianças...”
(Joseth França, Educadora Social)

Para as educadoras de família, tornou-se clara a necessária conexão/articulação entre a educação de rua e a educação de família.

Paralelo ao processo de implantação do Sistema Criança - Rua no projeto, a equipe do Construindo Cidadãos participou de várias formações no intuito de qualificar sua intervenção junto às crianças e adolescentes.

Esse intenso processo de formação, somado à utilização do SCR, propiciou a qualificação do trabalho da educação de rua, possibilitando uma nova forma de olhar a criança e o adolescente. Ajudou a romper preconceitos, repensar a relação

educador X educando, orientar o trabalho e dinamizar as atividades. Permitiu aprofundar o conhecimento da história de vida de crianças e adolescentes e a compreensão de suas experiências na rua.

“O Sistema nos permite ouvir e considerar as falas das crianças, adolescentes e suas famílias. Eu acho que ele veio facilitar a questão de ouvir. Veio estabelecer vínculos entre o educador e a criança”.

(Dália Almeida, Educadora de Família)

“Além de dar um melhor direcionamento das nossas ações, o sistema trouxe uma certa responsabilidade tanto para a instituição, quanto para o educador, onde a percepção do seu papel social é peça fundamental para um melhor entendimento da criança e do adolescente”.

(Telma Serejo, Educadora Social)

Durante o monitoramento, em outubro de 2000, o Construindo Cidadãos detectou desafios a serem enfrentados no uso da ficha coleta: a falta de aprofundamento da escuta da criança e do adolescente e a organização das falas das crianças nas oito dimensões do sistema. A ficha sistema ainda não estava sendo usada.

Em abril de 2001, as educadoras de família iniciaram a utilização do SCR junto às famílias, por entenderem que esse instrumento permite uma visão ampla da família (relação intra-familiar e da família com o seu meio), facilitando o cruzamento com as informações das crianças e adolescentes. Até então, usava-se um outro instrumento para visualizar a configuração e a dinâmica familiar, o genograma, que se tornou complementar na dimensão “sociabilidade” do SCR. O uso do método possibilitou às educadoras de família o levantamento de características comuns às famílias acompanhadas: a grande maioria são famílias monoparentais, em situação de desemprego, com uma cultura do trabalho infantil e leitura distorcida da posição da criança e do adolescente na família. O SCR também veio mostrar a importância do acompanhamento descentralizado, onde se discute com a família e a comunidade a importância da criança e do adolescente na vida comunitária, como sujeitos de direitos.

“O sistema vem mostrar a importância do trabalho associando crianças, adolescentes e famílias, porque a gente também coleta informações de todas as dimensões e faz a leitura das falas da família junto com a leitura das falas das crianças e adolescentes, e pode dar encaminhamentos mais assertivos para essa família, possibilitando a saída de suas crianças das ruas”.

(Líliam Nascimento, Educadora de família)

REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

Ainda em abril, na tentativa de agilizar a compreensão das crianças e adolescentes por parte dos educadores iniciou-se um levantamento das “tipologias das áreas”⁵¹, quando os educadores começaram a traçar, nas dimensões do sistema, as características de crianças e adolescentes por área. Percebeu-se assim que, por exemplo, na área do Jaracaty, as crianças e adolescentes moravam na comunidade vizinha e usavam a rua para brincar (como se fosse o quintal de suas casas), para pedir no sinal e limpar pára-brisa dos carros, ajudando na renda familiar. Os educadores começaram então a desenvolver atividades na própria comunidade. Foram realizadas atividades com as crianças e adolescentes, oficinas temáticas com as famílias e reuniões com as lideranças da comunidade, onde se discutiu os perigos da rua e do trabalho infantil e, paralelamente, uma articulação com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) possibilitou a implantação de um pólo com atividades sócio educativas na área e reforço escolar para as crianças, possibilitando a saída de 34 crianças da situação de rua.

Integrado ao monitoramento de junho, que se deu com a participação de quatro adolescentes, foi realizado um estudo do artigo do Professor Lucchini com uma apresentação e comentários de Daniel Stöecklin, sobre “Trajetória, Identidade e Saída da Rua”, onde se vê a importância do educador trabalhar com as crianças e adolescentes uma saída ativa da rua (crianças e adolescentes saem das ruas com um projeto de vida⁵²). Foi constatado que a maioria das saídas de crianças e adolescentes em São Luís não se dava de maneira ativa, mas sim por esgotamento dos recursos da rua utilizados por eles, ou por oportunidades temporárias. Geralmente essas saídas são inconstantes, representando várias idas e vindas entre diferentes campos (projeto-rua-família-rua) até criar, em condições favoráveis, um novo sentimento de pertencimento.

Os educadores do projeto pontuaram que devido o SCR permitir ao educador conhecer melhor a criança e o adolescente, e junto com eles refletir sobre sua situação de rua, as estratégias e os encaminhamentos vinham se dando de maneira mais assertivas, respondendo as necessidades e competências das crianças ou adolescentes, rompendo-se com a visão da institucionalização da criança e do adolescente. As saídas das ruas passaram a ser melhor discutidas, a partir da percepção de cada criança e adolescente na sua individualidade, e do entendimento de que cada um criança ou adolescente tem sua história, seu tempo de desenvolvimento.

⁵¹ Leitura dos espaços geográficos onde os educadores desenvolvem a abordagem de rua

⁵² As crianças e os adolescentes têm visão de futuro motivadora e elaboram estratégias para concretizá-la.

“Com o sistema, nós educadores começamos a ver que cada criança é uma criança, porque antigamente a gente pensava: “a criança está na rua, ela tem que ir para casa de qualquer jeito”, sem querer saber como estava lá na casa dela, dos problemas da família, o que ela achava da família, ou então levava logo para o abrigo, sem perguntar para a criança, agora não, a gente olha para cada criança, conversa com ela, procura saber o seu desejo e aí encaminha. São muitos passos, mas os encaminhamentos estão mais certos, poucas crianças que voltam para casa estão retornando para as ruas. Isso para o trabalho é uma vitória”.

(Alzira Pacheco, Educadora Social)

No final do ano de 2001, no quadro da formação contínua, Daniel Stoecklin introduziu a noção de perfis-tipo de crianças e adolescentes, visando facilitar a leitura da história de vida da criança e do adolescente pelo educador. Realizando um exercício prático com a equipe a partir das fichas-coleta, dois perfis encontrados em São Luís foram elaborados: o Comunicativo e o Cristalizado. O Comunicativo vê a rua como um espaço lúdico, tem competência para pedir, traçando estratégias para tal, está na família e tem uma auto-estima fortalecida; o Cristalizado tem a rua como seu lugar de referência, está com os vínculos familiares rompidos, usa drogas, pode cometer pequenos delitos. Daniel também apresentou a Pirâmide de Maslow, onde após as interligações das informações da criança e do adolescente na ficha sistema, se traçam estratégias a partir das necessidades (fisiológicas, abrigo, amor, estima, auto-realização) e competências de cada um, a fim de facilitar os encaminhamentos e torná-los mais assertivos. No exercício prático, foram analisadas as necessidades e competências de crianças e adolescentes com os perfis traçados anteriormente. O Cristalizado, por exemplo, necessita de um abrigo, de atividades que despertem o sentimento de amor e elevem sua auto-estima.

Sempre priorizando a participação efetiva de crianças e adolescentes, foi pensada uma maneira lúdica de devolver para eles a compreensão que o educador teve de sua história de vida, confrontando-a com a sua visão. Em pequenos grupos, os educadores criaram desenhos para representar as dimensões do sistema, objetivando a elaboração de um jogo.

Em seguida, foi apresentada a estratégia setorial de Terre des hommes na área da criança e adolescente em situação de rua, oriunda da capitalização das experiências práticas em diversos projetos apoiados por esta fundação: partir da compreensão da criança com a ficha-coleta e a ficha-sistema, identificar os perfis a fim de considerar as necessidades (segundo a pirâmide de Maslow), e as competências das crianças e adolescentes que culminam com a auto-realização e fazer corresponder esses perfis às atividades apropriadas (estratégias). Só no final da análise pode ser definido o espaço aonde encaminhar a criança e o adolescente. A

fim de verificar se sua compreensão é exata, o educador deve apresentá-la à criança numa linguagem acessível (desenho, fotos, jogos) e permitir que ele tome posição frente a essa compreensão.

Foi apresentado também um modelo de integração social: o triângulo sociedade-projeto-criança e suas inter-relações permite visualizar que o projeto/programa/rede pode criar um movimento para a integração social da criança, finalidade de um projeto com crianças e adolescentes em situação de rua.

O programa/projeto/ou redes focadas em crianças e adolescentes devem trabalhar dois eixos, em paralelo:

- A sensibilização da sociedade e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes devem possibilitar que esses direitos sejam assegurados pela sociedade.
- A ação direta deve possibilitar que crianças e adolescentes aumentem suas competências e tornem-se autônomos. Crianças e adolescentes autônomos vão, gradativamente, ter uma influência sobre a cultura. Mais a criança ou o adolescente tem competências simbólicas, mais ele se torna autônomo, consciente de seus direitos, buscando uma resposta diretamente na sociedade.

A integração social se dá quando acontecem esses dois movimentos:

- A sociedade muda seu olhar sobre crianças e adolescentes e desenvolve políticas públicas que respondam às suas necessidades.
- Crianças e adolescentes com mais autonomia exercem uma influência na transformação social.

Após a vinda de Daniel, a equipe do projeto passou a desenvolver quinzenalmente exercícios formativos para o término da elaboração dos perfis a partir de análise de fichas coleta e sistema, de crianças e adolescentes acompanhadas sistematicamente; um roteiro de entrevistas e a tipologia das áreas. Através do levantamento de características comuns, chegou-se ao levantamento de quatro perfis-tipo. Como o perfil não tem o objetivo de categorizar crianças e adolescentes, os dois nomes pensados no exercício de formação foram retirados.

- Perfil 1: identificam-se como trabalhadores, não se vêem como crianças de rua; tem auto-estima positiva; consideram-se responsáveis; são conversadores, dinâmicos e comunicativos; tem boa competência para negociar; estudam e vêem os estudos como oportunidades de mudança; buscam a profissionalização como projeto de vida, dando os passos necessários para essa conquista (procuram projetos que possam fortalecer suas competências); possuem boa leitura dos seus direitos e deveres como adolescentes; são atualizados quanto aos fatos da sociedade; analisam os perigos da rua; na rua, trabalham sozinhos porém mantêm boa relação com os amigos; mantêm boa relação familiar; são vistos como provedores da família.
- Perfil 2: apresentam uma auto-estima oscilante; usam a criatividade para conseguir dinheiro nas ruas (inventam histórias, cantam, fazem arte) e

mostram habilidade para negociar; gostam de estudar e vêem os estudos como algo importante para o desenvolvimento de seu projeto de vida, mas possuem dificuldades no aprendizado; são alegres; motivados para participarem de projetos e programas; estão ameaçados por situações de exploração sexual, de drogas e de gangues; encaram a rua como espaço lúdico e de oportunidades, porém avaliam os perigos que ela oferece, se dizendo capazes de enfrentá-los; andam em pequenos grupos; assumem posição de liderança frente aos novatos na rua; o dinheiro que ganham é usado para comprar objetos pessoais (roupas, sapatos, lanches); mantêm relação de afeto com a família.

- Perfil 3: Têm auto-estima e imagem oscilante (positiva-negativa); são introvertidos, solidários e organizados; se preocupam bastante com a aparência; percebem a escola como oportunidade de mudança, mas não priorizam os estudos; projetam um futuro melhor foras das ruas, mas tem dificuldades de desenvolver seu projeto de vida; apresentam dificuldades de relacionamento; desenvolvem as atividades na rua de forma solitária, mostrando boa competência para negociar; estão nas ruas por imposição da família, mas não gostam dessa situação; fazem uma análise negativa da rua; se envolvem com drogas e gangues; discutem as relações familiares.
- Perfil 4: Têm auto-estima negativa; são sonhadores, mas não desenvolvem estratégias para realizá-los; fazem pouca reflexão sobre a importância de desenvolver um projeto de vida; vislumbram um futuro melhor mas não se sentem capazes de conseguir; possuem mecanismos de defesa aguçados; são usuários ou dependentes de drogas e cometem pequenos furtos; vêem a rua como um espaço de liberdade, fazendo dela seu lugar de referência; procuram andar em grupo e estabelecem relação de solidariedade e cumplicidade com os colegas; negociam para garantir a sua sobrevivência na rua; mantêm uma relação significativa (negativa/positiva) com transeuntes; estão constantemente expostos, por longo tempo, a situações de risco (violência física/psicológica/sexual); vivem relação de conflito com a família.

No levantamento dos perfis se percebe uma fragilidade quanto ao preenchimento das dimensões socialização e identidade, dimensões subjetivas que necessitam de uma maior abstração.

“ Existe a dificuldade de coletar informações sobre identidade..., de identificar a imagem que o indivíduo constrói de si mesmo, e da avaliação que os outros fazem sobre ele.”
(Carla Algarves, Educadora Social)

Entretanto, ao procurar entender a subjetividade de crianças e adolescentes, o SCR propicia ao educador refletir sobre sua própria subjetividade, sua história de vida e seus valores. É um processo de desconstrução e reconstrução.

“O sistema nos proporciona levar em consideração a subjetividade da criança, é onde o educador também pode discutir seus próprios valores. Você começa a se entender melhor para poder trabalhar com aquela criança. Além de levar em consideração essa subjetividade, acho que a gente também passou a entender melhor a nossa subjetividade enquanto educador”.

(Maria Domingas - Educadora Social)

A atividade de criação do jogo resultou, inicialmente, na criação de dois jogos: o Buscando Respostas, criado a partir do jogo Banco Imobiliário, pelo educador Adriano; e o Construindo Auto-Estima, criado a partir do jogo Cancã, pela educadora Carla Algarves. Com o decorrer da atividade, acabou-se priorizando o Buscando Respostas como o jogo do projeto e se trabalhou na sua criação e interpretação. É um jogo de coleta de informações, onde as crianças e adolescentes respondem, de forma lúdica, a perguntas relativas a sua visão sobre si próprios e sobre o mundo que o cerca. O roteiro de entrevista criado anteriormente para os perfis foi adaptado para o jogo. Foi uma experiência muito rica, pois as crianças e os adolescentes participaram ativamente da construção, dando as diretrizes para a sua finalização. A boa aceitação nas áreas fortaleceu as abordagens.

Em 2002, o Professor Riccardo Lucchini veio a São Luís junto com Daniel Stoecklin para apresentar o processo de pesquisas e elaboração do SCR e observar como suas teorias estão se transformando em ações práticas. Foi uma intensa troca, permitindo a interação entre o saber científico e o saber prático.

Naquele ano, não obstante o amadurecimento da equipe no acompanhamento de crianças e adolescentes com o SCR, foi detectada uma fragilidade na análise dos dados: as educadoras de família e os educadores sociais de rua fazem o cruzamento das falas da família e de crianças e adolescentes, o que reduz a compreensão da visão da criança. Foi decidido então que a análise se faria com a fala da criança e do adolescente. Uma vez elaborada a ficha-sistema, seria apresentado o genograma da família.

O preenchimento das fichas coleta e sistema, a análise dos dados, as estratégias e os encaminhamentos acompanhados de ficha e/ou histórico já foram incorporados na rotina dos educadores.

O Sistema Criança - Rua ultrapassa hoje a esfera do Projeto Construindo Cidadãos, ocasionando mudanças no olhar sobre crianças e adolescentes em situação de rua dentro da própria FUMCAS, através da implantação do método pelo Projeto Circo Escola, e fora do Projeto, sendo implantado também nos abrigos masculino e feminino da FUNAC e na Pastoral do Menor. Esses projetos estão mudando suas dinâmica interna, os educadores passam a ter acesso e a alimentar os dossiês individuais, permitindo assim a socialização das informações sobre as crianças e os adolescentes.



6

**RESULTADOS
ALCANÇADOS**

Eixo Criança, Adolescente e Família

O resultado final esperado do eixo Criança, Adolescente e Família, definido em janeiro de 2002 foi “possibilitada a reintegração familiar (nuclear ou substituíta) e comunitária de 50% de crianças e adolescentes”⁵³. Apesar de a Rede ainda não ter indicadores precisos sobre a quantidade de crianças e adolescentes que vivenciam as diversas situações de rua⁵⁴ em São Luís, o monitoramento demonstrou que o resultado não foi apenas atingindo, mas superado. E isto pode ser evidenciado quando se constata que:

- 1.154 crianças e adolescentes deixaram de vivenciar situações de rua a partir da intervenção das organizações integrantes da Rede;
- Reintegração familiar⁵⁵ de 154 crianças e adolescentes em situação de rua, que tinham rompido os vínculos com suas famílias;
- 1.604 crianças e adolescentes em situação de rua e 1.409 famílias de crianças e adolescentes em situação de rua atendidas pelas organizações integrantes da Rede. Com a ação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, o número de crianças e adolescentes atendidas aumenta para 6.501 e o de famílias de crianças e adolescentes para 4.337;
- 1.313 crianças e adolescentes foram inseridas na escola, têm frequência regular e rendimento satisfatório. Com o PETI, a quantidade de crianças e adolescentes na escola aumenta para 5.025;
- 342 adolescentes participaram de cursos de qualificação profissional;
- 815 crianças e adolescentes foram sensibilizadas para o exercício da cidadania, por meio de iniciativas diversas nas organizações e com o grupo representativo de crianças e adolescentes da Rede.
- Potencialização e maior facilidade no acesso de crianças e adolescentes em situação de rua atendidas pela Rede a serviços e programas das diversas políticas sociais, em especial as de saúde, educação e assistência social;

⁵³ Cf. item 5.2 (a) deste documento, referente a revisão do Planejamento Estratégico da Rede Amiga da Criança, em janeiro de 2002.

⁵⁴ O referencial é a contagem realizada pela FUMCAS em dezembro de 1999, que identificou 1.083 crianças e adolescentes em situação de rua.

⁵⁵ A Rede Amiga da Criança compreende “reintegração familiar” como o retorno da criança e do adolescente à família, após ruptura com a mesma.

- Fortalecimento da articulação entre as organizações integrantes, demonstrado pela execução de projetos articulados para o atendimento das necessidades de crianças e adolescentes e famílias (Rede Amiga em Ação, Escola de Informática e Cidadania e Projeto Jovem Ombudman);
- Maior efetividade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias, a partir do uso do Sistema Criança-Rua, favorecendo a saída ativa das crianças e adolescentes das ruas e a permanência na família.

Eixo Formação

O resultado final esperado do eixo Formação, definido em janeiro de 2002 foi - “ A Rede capacita dirigentes, técnicos e educadores para qualificação do atendimento à criança, adolescente e família”. Pode-se afirmar que a formação tem se constituído em um dos pilares de sustentação da Rede, à medida que contribuiu para a melhoria da qualidade do atendimento à crianças, adolescentes e famílias. O monitoramento demonstrou como principais os resultados listados abaixo:

- Desenvolvimento de ferramentas e atitudes para melhorar o atendimento: curso de formação básica continuada que capacitou em sua primeira fase 105 educadores (25 do Projeto Construindo Cidadãos e 80 das retaguardas);
- Encaminhamentos das crianças e adolescentes mais fundamentados com o Sistema Criança-Rua, garantindo resultados mais efetivos;
- Maior compreensão da realidade cultural e social das crianças e adolescentes por parte dos educadores capacitados, que tiveram uma participação qualitativa no processo formativo e são referência para as crianças e adolescentes em situação de rua;
- Existência de referenciais comuns expressos em um novo olhar para a criança e o adolescente, a partir do paradigma do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- Fortalecimento e integração das organizações integrantes da Rede, contribuindo para a construção da identidade como articulação.

Eixo Visibilidade e Sustentabilidade

O resultado esperado do eixo Visibilidade e Sustentabilidade, definido em janeiro de 2002 foi - “viabilizadas as condições de sustentabilidade da Rede”. Pode-se afirmar que nos dois primeiros anos de atividades, as ações foram prioritariamente de visibilidade, consideradas como essenciais para o desenvolvimento posterior das ações voltadas para a sustentabilidade. Destacam-se como resultados nesta área:

- A Rede se tornou referência para a mídia, na área da criança e adolescente;
- O informativo Balanço da Rede evoluiu na sua forma e raio de alcance;
- A realização de eventos e atividades pontuais como, por exemplo, participação em eventos, reuniões com empresários, estudantes e ONG's, legislativo municipal, imprensa, etc., contribuiu para a visibilidade da Rede;
- A Rede tornou-se referência para a criação de outras articulações similares, como a Rede Rio Criança²⁰ e a Rede Amiga da Mulher;
- As organizações integrantes melhoraram a qualidade de sua inserção na Rede, observada em algumas manifestações espontâneas de identidade com a Rede;
- Aumento da credibilidade da Rede junto à sociedade, se refletindo pela procura de várias organizações que pleiteiam seu ingresso na articulação, e da oferta de serviços voluntários, principalmente pelos jovens;
- Início da formação, entre as organizações integrantes, de uma cultura de planejamento e realização de atividades de visibilidade e sustentabilidade;
- A maioria das organizações investe recursos próprios, humanos e financeiros, em eventos realizados pela Rede.

Resultados no conjunto da Rede

Num sentido mais amplo, além dos limites de cada GT, vivenciar uma experiência de articulação coletiva em forma de rede, na área da infância e adolescência em São Luís, tem demonstrado que é possível alterar a realidade para melhor. Isto porque a Rede Amiga da Criança tem possibilitado:

- A ruptura com práticas individualistas de algumas organizações que redefiniram suas responsabilidades no coletivo e numa visão de complementaridade, buscando melhorar o atendimento às demandas. As experiências a seguir embasam estas afirmações:
 - A definição de apenas uma organização - a FUMCAS - para desenvolver a educação de rua, qualificou o atendimento, ampliou seus resultados e tornou possível a melhoria do atendimento às famílias, com a concentração de esforços pela FUNAC no atendimento à família;
 - A descentralização do atendimento às famílias realizado pela FUMCAS - Projeto Caminhando com as Famílias, que antes era realizado no Centro da cidade, e atualmente ocorre nas comunidades de procedência, em parceria com outras organizações integrantes da Rede, com execução compartilhada, tem facilitado o acesso e aumentado o nível de satisfação das famílias.

- O fortalecimento da consciência de que o atendimento restrito às crianças e adolescentes poderia favorecer sua permanência nas ruas, exigindo a ampliação de esforços no trabalho com as famílias:
 - O projeto Construindo Cidadãos ampliou sua equipe de assistentes sociais e psicólogos que numa relação direta com as famílias nas comunidades visa o restabelecimento ou reforço dos vínculos familiares das crianças e adolescentes;
 - A ampliação de três para cinco programas de retaguarda para atendimento à família, tornando possível o encaminhamento para atendimentos especializados, como situações de violência doméstica e sexual, com ofertas de serviços psicológicos, sociais e jurídicos. Conta-se também com o atendimento individual e grupal, terapia familiar e comunitária e com inserção em atividades de profissionalização e geração de renda.
- A viabilização de projetos articulados tem contribuído para a consolidação e a visibilidade do trabalho em Rede, destacando-se:
 - O Projeto Escola de Informática e Cidadania - EIC, (coordenado, em sua primeira fase, pela Pastoral do Menor e pelo Comitê pela Democratização da Informática - CDI) que possibilita a alfabetização digital associada à temática cidadania, para 100 adolescentes;
 - O Projeto Jovem Ombudsman (coordenado pelo MNMMR e Tdh) que capacitou 60 adolescentes na área de comunicação, contribuindo para o desenvolvimento de um olhar crítico em relação à mídia, e resultou na formação de um comitê de adolescentes pela qualidade da informação.
- O processo de formação e organização de crianças e adolescentes desenvolvido de forma sistemática pelo MNMMR, com representantes de todas as organizações, ajuda e possibilita o empoderamento e os capacita como multiplicadores entre as crianças e adolescentes, com perspectiva de oxigenar os GT's da Rede, com sua eminente participação.



7

DE OLHO NO FUTURO



experiência da Rede Amiga da Criança, como articulação de ONG'S e OG'S, e Conselhos, e ao mesmo tempo como estratégia político-pedagógica voltada para a criança e o adolescente em situação de rua, tem mostrado que aglutinar forças é mais proveitoso que dispersar, que somar dá mais resultado que dividir, que articular com o outro amplia mais as possibilidades do que quando se está sozinho.

No período de 2000 a 2002, a Rede Amiga da Criança vivenciou um processo intenso de construção que apontou, no final, para a redefinição de rumos. No início foram as articulações, a definição das prioridades, da forma de organização, da identidade, do planejamento e do monitoramento. Depois, o momento de refletir sobre a caminhada, descobrir os avanços e as debilidades para, na seqüência, repensar as estratégias e vislumbrar novos sonhos e possibilidades para a nova fase, a de consolidação da Rede.

A Rede Amiga da Criança tem uma forma de se organizar e uma dinâmica interna que a torna singular e diferente das outras. Ela tem um foco específico na criança e no adolescente em situação de rua, mas não é fechada ou isolada. Como Rede, ela se articula com outras redes. Apresentou sua experiência à Rede Rio Criança, por ocasião do seu Seminário Especial de Planejamento. Articula-se na Risolidária, um portal temático da área social, que tem como primeiro tema "criança e adolescente", iniciativa da Fundação Telefônica desenvolvida pela Universidade de São Paulo - USP.

A Rede Amiga da Criança também interage com outras articulações ou sistemas: o Sistema de Atendimento a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas/Drogas; o Sistema de Atendimento a Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. Estes Sistemas e Fórum podem ser compreendidos como sub-redes ou redes temáticas em relação à Rede Municipal de Proteção Social à Criança e ao Adolescente e fazem interface com a Rede Amiga da Criança. Esta relação está implícita no seu público prioritário, por que as crianças e adolescentes em situação de rua vivenciam situações de drogadição, de violência doméstica e sexual e de trabalho infantil.

Outra razão da interface é a participação das organizações integrantes da Rede nestes sistemas. É uma participação ativa, algumas vezes impulsionando as discussões ou redirecionando a criação, estruturação e o processo de capacitação

de profissionais. Como no interior da própria Rede Amiga da Criança, estes sistemas ou sub-redes se articulam de uma forma natural por fazer parte da área de criança e adolescente, mas com formas de organização diversas e focos específicos que se entrecruzam e se complementam.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também pode ser compreendido como a primeira rede da área, com cunho estratégico e papel deliberativo e de formulador de políticas públicas. É o órgão máximo, que congrega todos os sistemas específicos, inclusive a Rede Amiga da Criança. Todas as articulações se ligam ao CMDCA, que tem a competência de monitorar o processo de desenvolvimento da política da criança e do adolescente.

Em São Luís, a problemática da criança e adolescente em situação de rua ganhou expressividade no interior das organizações, chegando a alterar a dinâmica interna, porque ampliou seu nível de compreensão e de compromisso. Como exemplo o CCN, que no seu trabalho com crianças e adolescentes tinha uma atuação centrada no fortalecimento da auto-estima, com corte racial e cultural, e que com a Rede ampliou para a perspectiva de acesso aos direitos nas diversas políticas públicas, e para o aumento da compreensão da criança e do adolescente como protagonista, como sujeito construtor da sua história.

Apesar dos avanços que a Rede conseguiu construir, inclusive com a saída ativa de criança e adolescente das ruas, é preciso lembrar que a realidade do Maranhão retrata um dos piores índices de desenvolvimento humano e de pobreza, aliada a situação de exclusão social e de trabalho infantil. Estas condições, além de outras também importantes, produzem a cada dia novas situações de crianças e adolescentes que permanecem no espaço das ruas para sobreviver, agravando ainda mais a sua situação de vulnerabilidade.

Isto permite enfatizar a necessidade de pensar ações estratégicas para garantir que a população excluída possa ter acesso aos serviços das políticas sociais públicas. Além da política de educação, de saúde e de assistência social, a Rede Amiga da Criança pretende influenciar no sentido de garantir políticas públicas de habitação e de geração de renda para as famílias de criança e adolescente em situação de rua e de risco social. A perspectiva é de que as famílias com melhores condições de vida possam cuidar melhor de suas crianças.

Atualmente, o trabalho em rede é valorizado por organizações de cooperação técnica e financeira. No entanto, a Rede Amiga da Criança, por não ser entidade jurídica, não tem possibilidade de captar recursos ou até mesmo apresentar projetos. Essa situação provocou a realização de um seminário interno para debater a questão e levantar alternativas que não contrariem os princípios da articulação. Ainda não está claro qual deve ser a alternativa, mas está claro que ela deve ser construída.

Os Projetos em articulação e negociação com parceiros nacionais e internacionais, aliados à definição do CMDCA quanto à prioridade de apoio a projetos

com crianças e adolescentes em situação de rua e o compromisso da Prefeitura de São Luís em assumir gradativamente a educação de rua, também financeiramente, apontam para uma provável sustentabilidade da Rede. Nessa mesma direção, vislumbra-se o aumento da responsabilidade social por parte de empresas e outros atores como artistas, imprensa, sindicatos, igrejas, universidades e parlamentares.

Os projetos articulados, como o Jovem Ombudman e a Escola de Informática e Cidadania acenam para novas possibilidades de articulação em rede, com uma melhor qualidade na interação entre as organizações, visto que, ampliam a disponibilidade de vagas para o público da Rede. A Rede busca condições para dar continuidade aos projetos articulados existentes e construir novas possibilidades na mesma linha, como através de um Projeto que vise capacitar crianças e adolescentes na área de artes plásticas e ao mesmo tempo, mobilizar e conquistar artistas para a causa das crianças e adolescentes. Isto pode aumentar o sentimento de pertença à Rede e gerar efeito multiplicador junto às crianças e adolescentes e suas famílias.

Para 2003, a Rede tem um grande desafio: ter indicadores sociais precisos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. É necessário basear a sua intervenção em um conhecimento mais aprofundado da realidade. Para isso será necessário investir na realização desse diagnóstico e também estabelecer novas parcerias, principalmente com as universidades.

O Observatório da Criança, em implantação numa parceria entre CEDCA, CDMP e UNICEF, aponta a possibilidade de realizar pesquisas e de disponibilizar informações sobre crianças e adolescentes em situação de rua, tornando possível o monitoramento da realidade, com dados confiáveis e com respaldo de estudiosos e pesquisadores. Aliado a isso, o CMDCA prevê realizar em 2003 o diagnóstico desta realidade.

Conhecer a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua não é suficiente. É necessário também sistematizar as informações sobre o trabalho que a Rede realiza com as crianças e adolescentes e suas famílias. Para isso, será necessário desenvolver uma rede de informações que atenda a todos os programas e projetos. Será um banco de dados, que ao mesmo tempo sistematizará e disponibilizará as informações sobre o atendimento para o conjunto da Rede.

As discussões no GT Criança, Adolescente e Família indicam uma retomada das suas articulações, com maior clareza e objetividade, com conteúdos mais significativos e maior capacidade de direção. Nesta perspectiva, há uma forte tendência de que o incremento do fluxo de atendimento contribua para fortalecer a articulação e a complementaridade entre as organizações integrantes da Rede, e com outras organizações, para atender as necessidades e direitos das crianças e adolescentes e suas famílias.

O trabalho em rede aponta também para a necessidade de maior articulação entre os Grupos de Trabalho, visto que os objetivos de um, só se complementam com os outros. Algumas iniciativas do GT de Marketing e Captação de Recursos com o GT de Formação já estão em curso, como também deste último com o GT de Criança, Adolescente e Família. Este faz interface com as outras instâncias da Rede, através da sua representação. O colegiado tem uma participação efetiva dos seus membros nos GT's, facilitando uma maior articulação e agilizando encaminhamentos.

A intervenção em rede não deve só ajudar crianças, adolescentes e famílias a melhorar a sua condição de vida e de suas relações sócio-familiares, mas também permitir seu empoderamento, isto é, aumentar o poder sobre suas vidas. Portanto, eles não são meros consumidores de serviços, mas atores que interagem com as organizações, participando diretamente nas tomadas de decisão que os atingem. Os programas e projetos deverão então abrir espaços reais para a sua participação efetiva.

É neste sentido que a Rede busca estimular e viabilizar a participação de crianças, adolescentes e famílias em suas diversas instâncias, tornando possível a obtenção de resultados previstos em seus diversos eixos de atuação. Um dos exemplos é o Comitê Jovem pela Qualidade da Informação, que representa uma ação concreta de empoderamento de adolescentes jovens, não só no interior da articulação, mas com possibilidade de colaborar com a estratégia de mobilização de setores relevantes da sociedade civil e do poder público para com a causa das crianças e adolescentes em situação de rua.



anexos

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM *Centro Comunitário Cultural e Eclesial Vila Passos - CCC.EVP, Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN, Centro de Defesa "Pe. Marcos Passerini" - CDMP, Centro Educacional Profissionalizante do Maranhão - CEPROMAR, Comitê para Democratização da Informática - CDI, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselhos Tutelares, Desafio Jovem do Maranhão - DJOMA, Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS, Fondation Terre des hommes - Tdh, Grupo de Dança Afro Malungos - GDAM, Lar do Menor Dom Calábria, Movimento em Defesa da Pessoa Humana - NINHO, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS,* visando o desenvolvimento da **Rede Amiga da Criança** que se propõe ampliar e qualificar as ações e diminuir a incidência de crianças e adolescentes nas ruas do município de São Luís do Maranhão.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente protocolo de intenções o estabelecimento de mútua cooperação no âmbito da **Rede Amiga da Criança** que se define como uma estratégia político-pedagógica de articulação de ONG's e OG's, sediadas na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com propósitos definidos, baseados em princípios e diretrizes comuns, para a garantia de proteção integral à criança e adolescente em situação de rua, através de :

- a) Intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências para fortalecer a capacidade interventiva da rede;
- b) Promoção de oportunidades de apoio, capacitação e potencialização das organizações que compõem a rede, possibilitando a qualificação das ações;
- c) Mobilização de organizações para atuação em rede, de forma eficaz e articulada;
- d) Colocação em pauta, para a sociedade, da realidade de vulnerabilidade em que se encontram as crianças e adolescentes em situação de rua;
- e) Publicização das ações implementadas pela rede, fortalecendo iniciativas positivas que contribuam para uma nova consciência social;

- f) Construção de estratégias e mecanismos para a captação de recursos que garantam a viabilização das ações da rede;
- g) Difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente contribuindo assim para sua operacionalização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INTENÇÕES

Para o desenvolvimento e consolidação da rede caberá:

- a) Ao Centro Comunitário Cultural e Eclesial Vila Passos - CCCEVP :
 - garantir a inclusão de crianças e adolescentes em atividades sócio-educativas;
 - inserir crianças, adolescentes e suas famílias em atividades que contribuam para o combate e erradicação do trabalho infantil.
- b) Ao Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN :
 - contribuir na formação de educadores sociais;
 - contribuir na formação e organização de crianças e adolescentes;
 - oferecer atividades sócio-educativas e afro-culturais para a formação da cidadania;
 - inserir crianças, adolescentes e suas famílias em atividades que contribuam para o combate e erradicação do trabalho infantil.
- c) Ao Centro de Defesa "Pe. Marcos Passerini" - CDMP :
 - contribuir na formação de educadores sociais;
 - garantir o atendimento e assessoria jurídica e social a casos de violação dos direitos difusos e coletivos.
- d) Ao Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão - CEPROMAR :
 - desenvolver atividades sócio-educativas e profissionalizantes com adolescentes e jovens;
 - disponibilizar o espaço físico (Sítio Piranhenga) para ações da rede.
- e) Ao Comitê para Democratização da Informática - CDI :
 - contribuir para a implantação e implementação de Escolas de Informática e Cidadania para atender adolescentes da Rede.
- f) Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

- deliberar e monitorar a execução de políticas públicas de saúde, educação e assistência social;
- destinar recursos para a rede;
- monitorar as ações implementadas pelas organizações integrantes da Rede.

g) Aos Conselhos Tutelares :

- atender crianças e adolescentes em situação de rua, aplicando-lhes medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsáveis quando for o caso;
- encaminhar ao judiciário e ao Ministério Público os casos de suas competências;
- promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos e representar à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificados de suas deliberações.

h) Ao Desafio Jovem do Maranhão - DJOMA :

- desenvolver atividades para o atendimento, recuperação e reinserção social de adolescentes, na faixa etária de 13 a 21 anos, relacionados com dependência química, bem como apoio às famílias afetadas pelo problema;
- desenvolver ações preventivas ao uso indevido e abusivo de substâncias psicoativas com crianças e adolescentes em situação de rua e famílias.

i) A Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC :

- garantir o atendimento de crianças e adolescentes em regime de abrigo;
- garantir atendimento psicossocial a casos de violência familiar doméstica, sexual contra crianças e adolescente;
- apoiar a formação e capacitação de educadores na temática família;
- acompanhamento familiar a grupo de terapia comunitária.

j) A Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS :

- executar ações de educação de rua;
- contribuir na formação de educadores sociais;
- garantir o atendimento a crianças e adolescentes em regime de abrigos;
- articular e coordenar ações que contribuam para o combate e erradicação do trabalho infantil;

- inserir crianças e adolescentes oriundas da educação de rua e de outras iniciativas no âmbito da rede amiga da criança no programa de erradicação do trabalho infantil - PETI;
- inserir crianças e adolescentes oriundos da educação de rua nos projetos circo-escola, esperança, recriando o lúdico;
- realizar atendimento social, psicológico, jurídico e pedagógico às famílias advindas da educação de rua e de outras iniciativas no âmbito da rede amiga da criança;
- capacitar famílias de crianças e adolescentes em situação de rua, no âmbito da geração de trabalho e renda;
- promover atendimento especializado a crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência sexual e doméstica.

k) A Fondation Terre des hommes :

- Estimular, articular e apoiar a Rede Amiga da Criança;
- colocar a disposição da Rede Amiga da Criança o sistema criança-rua - instrumento conceitual para a compreensão e intervenção de crianças e adolescentes em situação de rua;
- contribuir na formação dos educadores sociais;
- apoiar na implementação do Plano de Marketing e Captação de Recursos;
- colocar a disposição da Rede espaço físico e estrutura de apoio técnico e financeiro

l) Ao Grupo de Dança Afro Malungos - GDAM:

- oferecer atividades sócio-educativas, culturais e esportivas para a formação da cidadania de crianças e adolescentes;
- disponibilizar para a rede o espaço físico e as oficinas do GDAM.

m) Ao Lar do Menor Dom Calábria :

- oferecer atendimento em regime de abrigo as crianças e adolescentes de 07 a 14 anos em situação de rua;
- oferecer educação profissional para adolescentes e jovens.

n) Ao Movimento em Defesa da Pessoa Humana - NINHO :

- oferecer atividades sócio-educativas e culturais a crianças e adolescentes

o) Ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR :

- articular e efetivar o processo de formação dos dirigentes, técnicos e educadores(as) sociais.
- contribuir na formação e organização de crianças e adolescentes.

p) A Pastoral da Criança :

- acompanhamento familiar em grupo de terapia comunitária;
- acompanhar famílias com gestantes e crianças de 0 a 06 anos desenvolvendo as ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania.

q) A Pastoral do Menor :

- apoiar a inserção e reinserção de crianças e adolescentes na escola e na família através de atividades sócio-educativas nas áreas de Itaqui-bacanga e Cidade Operária;
- inserir crianças, adolescentes e suas famílias em atividades que contribuam para o combate e erradicação do trabalho infantil;
- gerenciar a escola de informática e cidadania para atender crianças e adolescentes da Rede Amiga da Criança.

r) A Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

- garantir vagas na rede municipal de ensino e acompanhamento sistemático com vistas a permanência e sucesso;
- articular o processo de sensibilização de educadores(as) na rede municipal de ensino para crianças e adolescentes em situação de rua.

s) A Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS:

- garantir o acesso e atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua na rede municipal de saúde e ou sistema único de saúde;
- efetivar a implantação do sistema de atendimento a crianças e adolescentes usuários de drogas em parceria com órgãos da administração municipal e demais instâncias envolvidas.

t) Sociedade da Redenção :

- garantir atendimento em regime de abrigos a adolescentes gestantes e com bebês;
- oferecer iniciação profissional aos adolescentes;
- oferecer atividades sócio-educativas e culturais a crianças e adolescentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OPERACIONALIZAÇÃO

- I. A **Rede Amiga da Criança** tem como forma de gestão e funcionamento as seguintes instâncias:
 - Assembléia Geral, Colegiado e Grupos de Trabalho - GT.
 - a) Assembléia Geral:** órgão de deliberação das ações da rede, composta pelas entidades que a integram, através de dois ou mais representantes, sendo que apenas um (01) terá direito a voto. A Assembléia Geral tem as seguintes atribuições:
 - definir ações em consonância com as políticas definidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - avaliar e deliberar sobre a inserção de novas entidades na rede;
 - definir grupos de trabalho;
 - eleger o colegiado.
 - b) Colegiado:** órgão de operacionalização e monitoramento do desempenho das ações da rede, composto por 5 representantes de instituições, eleito em Assembléia Geral, com mandato de 01 ano, que se reúne quinzenalmente e extraordinariamente sempre que necessário. O Colegiado tem as seguintes atribuições:
 - coordenar e monitorar o desempenho das ações pactuadas no âmbito da rede, conforme Plano Estratégico definido em Assembléia,
 - deliberar e representar a rede nas instâncias de direito,
 - manter intercâmbio entre as entidades,
 - garantir suporte administrativo a rede.
 - c) Grupos de trabalho - GT :** constituídos conforme necessidades da rede e definidos em Assembléia Geral, composto por entidades integrantes da rede e assessores quando preciso.
- II. A **Rede Amiga da Criança** se articula conforme Plano Estratégico Trienal, elaborado de forma participativa pela Assembléia.
- III. A **Rede Amiga da Criança** garante o funcionamento e a sustentabilidade a médio e longo prazo, mediante estratégias de Marketing e Captação de Recursos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente protocolo de intenções é de 3 anos a partir da data da sua assinatura, podendo ser revisto a qualquer momento, conforme deliberação da Assembléia.

São Luís, 30 de agosto de 2002.

ficha coleta

REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

128

Criança (nome/ apelido)

Local: Comunidade

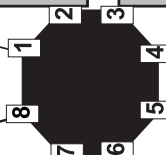
Nº da ficha:

Redator da ficha:

.....

Data/ lugar

Data/ lugar:

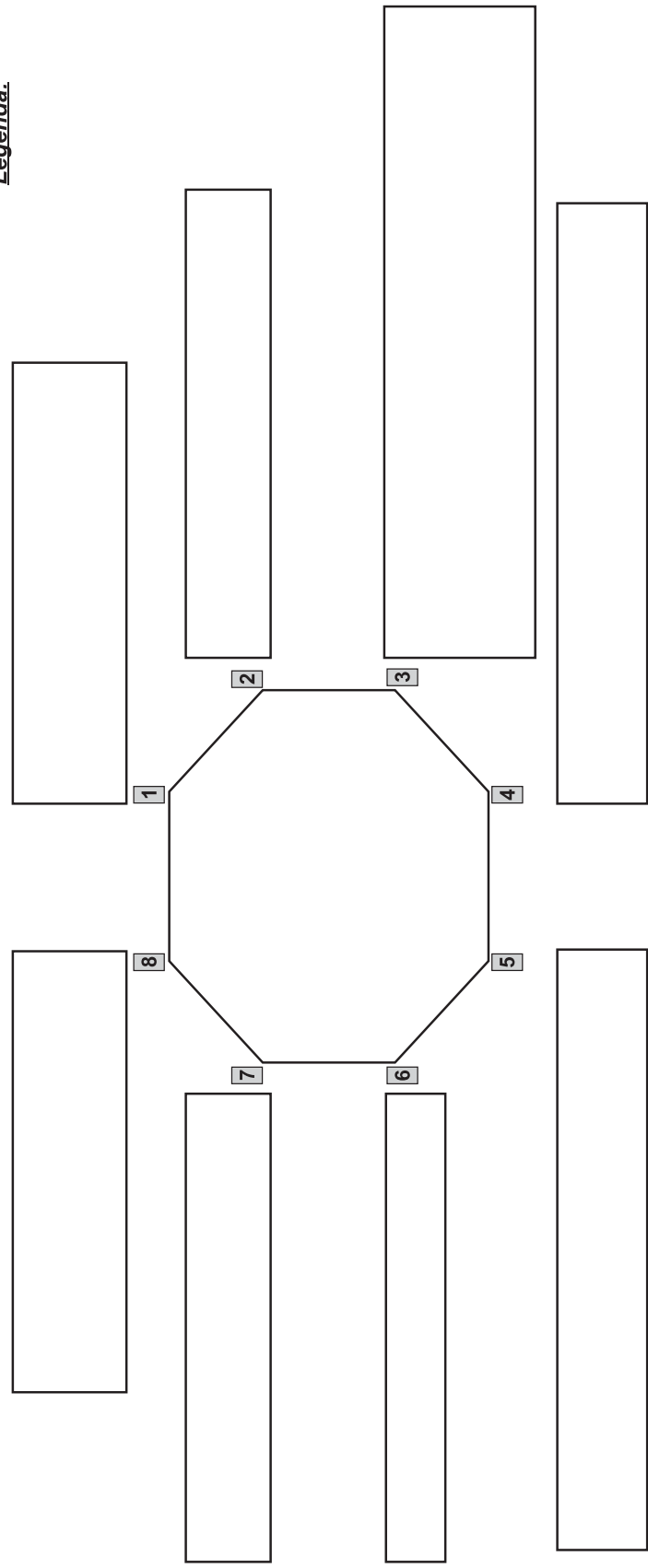


Criança:.....

SISTEMA

Equipe:

Legenda:



Legenda

ficha sistema

REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

participantes

- 01- Adriano César dos Santos Costa
- 02- Airton Ferreira da Silva
- 03- Alberes Siqueira Cavalcante
- 04- Alexandrina Abreu
- 05- Alzira Pacheco
- 06- Ana Amélia Santos
- 07- Ana Cláudia Silva Sousa
- 08- Ana Cristina Souza Martins
- 09- Ana Lúcia Nunes
- 10- Ana Luísa Martins
- 11- Anize Ângela Lopes
- 12- Anselmo Albuquerque de Lima
- 13- Antônio José Lima Rodrigues
- 14- Antônio Renato Gonçalves Pedrosa
- 15- Araidna Ferreira Barroso
- 16- Benigna Regina Almeida
- 17- Carlos Eduardo C. do Nascimento
- 18- Cinthia Maria Urbano Rodrigues
- 19- Claudeth de Jesus Ribeiro
- 20- Cláudia Rejane Gouveia Martins
- 21- Claudiomar Leocádio Rodrigues
- 22- Cleane Costa Santos
- 23- Dália Almeida Pestana
- 24- Déborah Ferreira Martins
- 25- Denise Maia Correia de Albuquerque
- 26- Edith Maria B. Ferreira Ribeiro
- 27- Eliane Cristina Vera Cruz
- 28- Elionaide Rodrigues dos Santos
- 29- Elisângela Correia Cardoso
- 30- Elizabeth Maria de Faria Ramos
- 31- Emerson Carlos Rego Melo
- 32- Etelvina do Rosário Martins
- 33- Eudes Costa de Holanda Júnior
- 34- Eunice da Conceição Fernandes
- 35- George dos Santos
- 36- George Washington Coelho
- 37- Graça Soares
- 38- Ir.^a Lindalva Mendes
- 39- Ir.^a Suzane Robert
- 40- Irene Pereira Rolim
- 41- Isabel Cristina Rocha
- 42- Ivanilson Seveiro Pinheiro

REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência

- 43- Joana Carla Algarves Araújo
- 44- Joana Marques
- 45- João da Cruz Vieira Júnior
- 46- João de Deus Silva
- 47- Jorge Luís Lima de Sousa
- 48- José Feitosa de Sá Júnior
- 49- José Magno Asevedo Ribeiro
- 50- José Ribamar Gusmão
- 51- José Vicente Costa
- 52- Josete Silva de França
- 53- Keila Zeneide S. Cutrim
- 54- Lilian Nascimento da Silva
- 55- Lissandra Leite
- 56- Lúcia do Rosário Soares. Costa
- 57- Lúcia Regina Pacheco
- 58- Luís Alfredo S. Lima
- 59- Manoel Alves da Silva
- 60- Margareth Cutrim Vieira
- 61- Maria do Socorro Guterres
- 62- Maria Domingas Lima Gomes
- 63- Maria Goreth Marinho
- 64- Maria José Bacelar Almeida
- 65- Maria Luiza Marinho
- 66- Maria Ribeiro da Conceição
- 67- Maria Sarafina Amorim Santos
- 68- Maria Soraia Pinheiro
- 69- Marleny de Sousa Guimarães
- 70- Mirian Nascimento da Silva
- 71- Naiara D. Barbosa
- 72- Nelma Pereira da Silva
- 73- Nildiléia do Nascimento Almeida
- 74- Pe. Ângelo Gaio
- 75- Raimundo Moacir Mendes Feitosa
- 76- Rita Oliveira
- 77- Roraima Gomes de Araújo
- 78- Sílvia Pinheiro Pereira
- 79- Telma Serejo
- 80- Valdirene Lopes dos Santos
- 81- Walkerlene Cecília Santos
- 82- Walnita Fonseca Lopes
- 83- Zulene Marques da Silva

participantes

REDE AMIGA
DA CRIANÇA

Sistematização
da Experiência